



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

NÁDIA MOCCELIN

**LEMBRANÇAS PIONEIRAS:**  
DA TRANSFORMAÇÃO DE APARECIDINHA D'OESTE EM  
ITAIPULÂNDIA

---

Londrina  
2018

NÁDIA MOCCELIN

**LEMBRANÇAS PIONEIRAS:**  
DA TRANSFORMAÇÃO DE APARECIDINHA D'OESTE EM  
ITAIPULÂNDIA

Dissertação apresentada ao Mestrado em  
Comunicação da Universidade Estadual de  
Londrina, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni

Londrina  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Moccelin, Nádia.

Lembranças pioneiras: da transformação de Aparecidinha d'Oeste em Itaipulândia / Nádia Moccelin. - Londrina, 2018.  
185 f.

Orientador: Paulo Cesar Boni.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018. Inclui bibliografia.

1. Comunicação visual - Tese. 2. fotografia e memória - Tese. 3. Itaipulândia - Tese. I. Boni, Paulo Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.



Universidade  
Estadual de Londrina



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

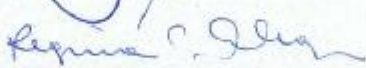
Nádia Moccelin


Título: "LEMBRANÇAS PIONEIRAS: DA TRANSFORMAÇÃO DE APARECIDINHA D'OESTE EM ITAIPULÂNDIA"

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:

  
Prof. Dr. Paulo César Boni (Orientador)  
UEL/CECA-NIC

  
Prof.ª Dr.ª Regina Celia Alegro  
UEL/MUSEU-DIR

  
Prof.ª Dr.ª Florentina das Neves Souza  
UEL/CECA-NIC

Londrina, 08 de março de 2018.

*Aos meus pais,  
minha referência de força e amor.  
Aos meus irmãos, essências de mim.*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão, primeiramente à Deus, pela caminhada dividida, pelo amor que sinto e recebo diariamente, por acalmar meu coração e por fazer morada nele.

Aos meus pais, minha inspiração e orgulho. Minha força, minha coragem, meu bem maior. Obrigada pelos desafios compartilhados, pela fé inabalável em mim, pelas palavras de amor, pelo amparo constante. À vocês, todo o meu amor e gratidão!

À minha família, mestres na arte de compartilhar sonhos. Obrigada por me mostrarem que as melhores conquistas são sempre aquelas que partilhamos. Juntos, sempre juntos, somando e dividindo dor e amor.

Aos meus amigos, injetores diários de força, alegria e de confiança. Aos de perto, aos de longe, aos antigos e aos que fiz por aqui. São fundamentais, singulares e inesquecíveis. Concretização plena do amor do universo sobre mim.

Aos meus professores, suportes inspiradores na busca pelo conhecimento. Obrigada pelo saber compartilhado, pelas sugestões, pelo aprendizado dividido. Na caminhada do mestrado, agradeço em especial, à Fabiana Alves, por me ajudar e acreditar em mim, antes de tudo começar; e às professoras Florentina das Neves Souza e Regina Célia Alegro, pelos apontamentos e contribuições nessa pesquisa.

Aos memorialistas Rodison Scarpato e Iria Bruch Bohm, pelo auxílio e disponibilidade primordial em todas as solicitações da pesquisadora. Pelas sugestões, dúvidas sanadas, incentivo ao estudo. Parabenizo-os ainda pelo trabalho indispensável, rico e desafiador que realizaram a partir da produção da obra *Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história*, registro único da trajetória local.

Gratidão especial à todos os pioneiros participantes, que acreditaram na minha pesquisa, nos meus propósitos, que me acolheram em suas casas de portas e corações abertos. Obrigada por dividirem suas vidas, experiências, lições e recordações. O amor do meu trabalho está em cada trecho narrado por vocês.

À Capes, por possibilitar, por meio da minha bolsa de pesquisa, a realização e concretização desse estudo, tão especial e valioso para mim. Poder democratizá-lo, é um sonho que se materializa.

Ao meu orientador, Paulo César Boni, pela honra de aprender e evoluir a partir de seus conselhos. Obrigada por acreditar nessa pesquisa e auxiliar, continuamente, na realização e ampliação do meu amor pelo universo da fotografia e da memória.

MOCCELIN, Nádia. **Lembranças pioneiras**: Da transformação de Aparecidinha d'Oeste em Itaipulândia. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2018.

## RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, elaborado pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Tal ferramenta metodológica explora o potencial fotográfico como acionador de memória e fonte de informações e é aplicado nesse estudo, aliando-se a técnica da história oral. O recorte espaço-temporal da pesquisa centra-se no período pré-emancipatório do município interiorano de Itaipulândia, localizado na região oeste do Paraná. A cidade, formou-se a partir da união de pequenas vilas, como Aparecidinha d'Oeste e Itacorá, sendo a última, extinta em 1982, após a formação do lago de Itaipu. Emancipada há 25 anos, Itaipulândia insere às pesquisas já realizadas a partir da proposta metodológica, o município de trajetória mais recente. Para a análise, a autora reuniu 14 fotografias selecionadas a partir dos critérios de interpretação fotográfica de Erwin Panofsky (2009) e Boris Kossov (2001). Considerou-se ainda dos apontamentos indicados por Hoffmann (2010) à respeito da aplicação dos procedimentos de seleção. As imagens escolhidas foram apresentadas à oito pioneiros itaipulandenses. Autores como Augé (1994), Bosi (2009), Candau (2012), Le Goff (2003), Lynch (1999), Pollak (1992), Halbwachs (1990), Norberg-Schulz (2006) e Thompson (1992) subsidiaram a pesquisa em termos teóricos e conceituais. Com base nos resultados alcançados, a pesquisa comprovou a funcionalidade fotográfica como meio disparador de memórias e fonte de informações, a partir das consistentes contribuições coletadas pelo estudo, através das entrevistas realizadas.

**Palavras-chave:** Comunicação visual; fotografia e memória; Itaipulândia.

MOCCELIN, Nádia. **Pioneering memories:** From the transformation of Aparecidinha d'Oeste in Itaipulândia. 2018. 185 p. Dissertation (Master in Communication). State University of Londrina, Londrina. 2018.

## ABSTRACT

The present work was developed from the application of the methodological proposal the photography as discharger of the trigger of memory, developed by the search group Communication and History, of the State University of Londrina. This methodological tool explores the photographic potential like trigger of the memory and information source and is applied in this study, combining the technique of oral history. The cut of the space-time of the search focuses on the pre-emancipatory period of the interior county of Itaipulândia, located in the western region of Paraná. This city, formed from the union of small villages, like Aparecidinha d'Oeste e Itacorá, being the last, extinguished in 1982, after the formation of Itaipu Lake. Emancipated 25 years ago, Itaipulândia inserts to the researches already carried out from this methodological proposal the municipality of most recent trajectory. For the analysis, the author collected fourteen photographs selected from the photographic interpretation criteria of Erwin Panofsky (2009) and Boris Kossov (2001). It was also considered from the notes indicated by Hoffmann (2010) regarding the application of selection procedures. The chosen images were presented to eight itaipulandienses pioneers. Authors as Augé (1994), Bosi (2009), Candau (2012), Le Goff (2003), Lynch (1999), Pollak (1992), Halbwachs (1990), Norberg-Schulz (2006) and Thompson (1992) subsidized the search in theoretical and conceptual terms. Based on the results achieved, the search proved the photographic functionality as trigger of the memory and information source, from the consistent contributions collected by the study, through interviews.

**Keywords:** Visual communication; photography and memory; Itaipulândia.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Transporte no período de colonização .....	20
<b>Figura 2</b> - Primeira casa do comércio construída em Itacorá .....	21
<b>Figura 3</b> - Escola Municipal Carlos Gomes, em Aparecidinha d'Oeste.....	30
<b>Figura 4</b> - Itaipulândia – comunidades e distrito .....	34
<b>Figura 5</b> - Guiomar Coradini .....	74
<b>Figura 6</b> - Senhorinha Carvalho .....	77
<b>Figura 7</b> - Terezinha Eva Polga Franco .....	81
<b>Figura 8</b> - Arcoli Inácio Wolmuth.....	82
<b>Figura 9</b> - Lotário Oto Knob.....	86
<b>Figura 10</b> - Adolfo João Ghellere .....	88
<b>Figura 11</b> - Jair Heindrickson e Jurema Heindrickson .....	92
<b>Figura 12</b> - Mosaico de fotografias apresentadas aos selecionados .....	124
<b>Figura 13</b> - Segunda turma de concluintes do curso técnico em contabilidade, no ano de 1987, gestão Albino Bissoloti.....	126
<b>Figura 14</b> - Escola Municipal Carlos Gomes durante a década de 1970, em Aparecidinha d'Oeste.....	130
<b>Figura 15</b> - Primeira missa realizada pelo Padre Isidoro Royer, na Igreja Católica de Aparecidinha d'Oeste, em 13 de janeiro de 1985.....	133
<b>Figura 16</b> - Igreja Católica do distrito de Itacorá sendo desmanchada para construção de outra mais ampla.....	136
<b>Figura 17</b> - Sociedade de Damas Bom Progresso no ano de 1971: primeira Sociedade de Damas de Aparecidinha d'Oeste .....	139
<b>Figura 18</b> - Inauguração do campo de futebol da Santa Inês, em 1982. Sargento Dias, doador da área do campo e Orestes Gasperini, doador das camisas.....	143
<b>Figura 19</b> - Santos M. Scarpato em destaque .....	147
<b>Figura 20</b> - Farmácia Santo Antônio de propriedade do Sr. Adolfo Ghellere, no distrito de Itacorá, em 1970 .....	148
<b>Figura 21</b> - Propriedade de Adolfo Ghellere, em Itacorá .....	151
<b>Figura 22</b> - Desfile cívico ocorrido na Avenida Tiradentes, em Aparecidinha d'Oeste, no início da década de 1980 .....	152
<b>Figura 23</b> - São José do Itavó no auge do ciclo da hortelã durante a década de 1970 .....	155

<b>Figura 24</b> - Rua Rui Barbosa, na década de 1980 .....	158
<b>Figura 25</b> - Valdir Heindrickson na localidade de Esquina Gaúcha, em 1968.....	160
<b>Figura 26</b> - Famílias acompanhando de perto a subida das águas do Rio Paraná, logo após o fechamento das comportas da Itaipu .....	164
<b>Figura 27</b> - Timbaúva (árvore da morte), localizada próximo à barranca do Rio Paraná, no distrito de Itacorá.....	169
<b>Figura 28</b> - Instalação oficial do município de Itaipulândia em primeiro de janeiro de 1993, pelo então prefeito Lotário Knob e pelo vice-prefeito José Naconeski Sobrinho.....	173

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Propriedades desapropriadas pelo projeto Itaipu.....	25
<b>Tabela 2</b> - <i>Royalties</i> repassados aos municípios limieiros pelas terras alagadas.....	35
<b>Tabela 3</b> - Problema e objetivos definidos em projeto de pesquisa inicial.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. HISTÓRIA DE ITAIPULÂNDIA .....</b>	<b>18</b>
1.1 COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE – O NARRAR DE SCARPATO E BOHM (2006) .....	18
1.1.1 Itacorá .....	19
1.1.2 Itaipu Binacional .....	23
1.1.3 Aparecidinha d’Oeste .....	27
1.1.4 Itaipulândia e a Emancipação .....	32
<b>2. FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA.....</b>	<b>37</b>
2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	37
2.1.1 Memória .....	39
2.1.2 Fotografia como Disparadora do Gatilho da Memória.....	43
2.2 FOTOGRAFIA E HISTÓRIA.....	45
2.3 MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	48
2.3.1 Memória, Identidade e Espaço .....	51
2.3.2 Lugar e Não-lugar.....	53
<b>3. A PROPOSTA METODOLÓGICA: APLICAÇÃO CONTRIBUTIVA E OS CAMINHOS DA PESQUISA .....</b>	<b>58</b>
3.1 FORMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	59
3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, DOCUMENTAL E O TRABALHO DE CAMPO ...	61
3.3 HISTÓRIA ORAL.....	66
3.3.1 Aplicação da História Oral .....	69
<b>4. OS PIONEIROS SELECIONADOS .....</b>	<b>72</b>
4.1 GUIOMAR CORADINI .....	73
4.1.1 Condições de produção da entrevista .....	75
4.2 SENHORINHA CARVALHO .....	76
4.2.1 Condições de produção da entrevista .....	78

4.3 TEREZINHA EVA POLGA FRANCO .....	79
4.3.1 Condições de produção da entrevista .....	81
4.4 ARCOLI INÁCIO WOLMUTH .....	82
4.4.1 Condições de produção da entrevista .....	83
4.5 LOTÁRIO OTO KNOB .....	84
4.5.1 Condições de produção da entrevista .....	86
4.6 ADOLFO JOÃO GHELLERE .....	87
4.6.1 Condições de produção da entrevista .....	89
4.7 JAIR HEINDRICKSON E JUREMA HEINDRICKSON .....	90
4.7.1 Condições de produção da entrevista .....	93
<b>5. APARECIDINHA D'OESTE E ITACORÁ, SOB O OLHAR DOS PIONEIROS.....</b>	<b>95</b>
5.1 INFRAESTRUTURA.....	95
5.2 SAÚDE.....	99
5.3 EDUCAÇÃO .....	102
5.4 RELIGIÃO .....	104
5.5 ALIMENTAÇÃO.....	106
5.6 LAZER .....	108
5.7 SEGURANÇA.....	110
5.8 COMÉRCIO .....	112
5.9 POLÍTICA .....	114
5.10 ITAIPU BINACIONAL E O ALAGAMENTO.....	116
<b>6. AS IMAGENS: ANÁLISE E RESULTADO DO GATILHO DA MEMÓRIA.....</b>	<b>122</b>
6.1 IMAGEM UM .....	126
6.2 IMAGEM DOIS .....	130
6.3 IMAGEM TRÊS.....	132
6.4 IMAGEM QUATRO.....	135
6.5 IMAGEM CINCO .....	139
6.6 IMAGEM SEIS .....	142
6.7 IMAGEM SETE.....	147
6.8 IMAGEM OITO.....	151
6.9 IMAGEM NOVE .....	155

6.10 IMAGEM DEZ.....	157
6.11 IMAGEM ONZE.....	159
6.12 IMAGEM DOZE.....	163
6.13 IMAGEM TREZE.....	168
6.14 IMAGEM CATORZE.....	172
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS:.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>184</b>
ANEXO A.....	185

## INTRODUÇÃO

O universo da produção fotográfica sempre esteve ligado aos conceitos de memória e documento. Intrinsecamente relacionados, tal aproximação justifica-se pela semelhança desses conceitos em narrar e registrar histórias e acontecimentos. Por meio de uma fotografia, muito se narra e se constrói. Ao visualizar uma imagem fotográfica, recorda-se não só o momento capturado, mas também o contexto, as características do grupo ou do local fotografado, a cultura, a etnia, as condições sociais e também as experiências pessoais do leitor, evocadas a partir da cena capturada.

Desse modo, vertentes da história, da fotografia e da memória sempre trilharam caminhos comuns. “Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social” (KOSSOY, 2001, p. 162). A recordação e lembrança de uma imagem tornou-se um forte meio de aproximação de determinada memória. De acordo com Sontag (2003), lembrar-se cada vez mais não significa recordar uma história, mas sim, ser capaz de evocar uma imagem.

A familiaridade de certas fotos constrói certa ideia do presente e do passado imediato. As fotos traçam rotas de referências e servem como totens de causas: um sentimento tem mais chances de se cristalizar em torno de uma foto do que de um lema verbal (SONTAG, 2003, p. 72).

A presente pesquisa investiga a fotografia e sua relação com o acionamento da memória, a partir do período transitório do distrito de Aparecidinha d’Oeste, no extremo oeste do Paraná, até sua emancipação à município, quando passou a denominar-se Itaipulândia. O estudo é uma nova aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, cunhada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, que, desde 2010, desenvolve pesquisas científicas utilizando tal proposta metodológica, aplicando e aprimorando-a continuamente. Desta forma, incrementa-se ao procedimento metodológico uma nova pesquisa e um novo contexto espaço-temporal, considerando as arestas apontadas pelos pesquisadores integrantes do grupo *Comunicação e História* em vários projetos já realizados.

Como problema central da presente aplicação, o estudo investiga de que modo a fotografia funciona como gatilho da memória dos pioneiros de Aparecidinha d’Oeste/Itaipulândia acerca da emancipação do município. A reflexão sobre a fotografia enquanto ferramenta de estímulo à memória, a partir das imagens do acervo municipal da Casa da

Memória, durante o período de transição e emancipação de Itaipulândia, também apresenta-se como objetivo da pesquisa que, para isso, identifica como a fotografia contribui para a construção visual da história do município, indica e resalta os pontos mais marcantes e recorrentes no depoimento dos pioneiros selecionados, confrontando com o processo de transição e emancipação de Aparecidinha d'Oeste para Itaipulândia e analisa, por meio de fotos e de relatos orais, o modo como ocorreu tal transformação, recuperando a memória local.

Para que a relação entre o universo da fotografia e da memória, em que a primeira atua como ferramenta de acionamento e suporte à segunda, ocorresse de modo eficiente, exploratório e reflexivo com relação a transição de Aparecidinha d'Oeste à município, a autora percorreu um amplo caminho de leitura, investigação, aplicação e análise dos materiais coletados. Como passo inicial, um levantamento bibliográfico acerca dos materiais já produzidos utilizando a proposta metodológica e de autores ligados ao universo da memória, das relações entre fotografia e história e das ligações entre o sujeito e o espaço que habita, foram realizadas pela pesquisadora para embasar e solidificar o estudo, em bases teóricas.

A pesquisa documental também integra uma importante etapa percorrida pela autora, na qual documentos escritos, visuais e audiovisuais foram consultados por meio da Casa da Memória, com o objetivo de averiguar quais eram as ferramentas e materiais históricos disponíveis sobre Aparecidinha d'Oeste/Itaipulândia e selecioná-los para aplicação e contribuição na pesquisa. Para a análise, a autora faz uso da técnica da história oral para coleta de depoimentos de pioneiros e, por meio de 14 fotografias selecionadas, utiliza-as como disparadoras do gatilho da memória dos entrevistados, para o recolhimento de novas informações a respeito do recorte temporal.

A delimitação de tal período refere-se à transição do distrito de Aparecidinha d'Oeste para o município de Itaipulândia, região localizada no oeste do Paraná, cuja emancipação ocorreu em 1992. O período é abordado no estudo a partir da seleção de fotografias da época e apresentadas a pioneiros da cidade, a fim de estudar o poder de atuação da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Desse modo, a pesquisa busca novas memórias de alguns pioneiros da cidade, utilizando fotografias como acionadores de lembranças, informações e contextualizações da emancipação de Itaipulândia.

O estudo busca evidenciar o poder da fotografia - por trazer de volta uma imagem de algo ou local já conhecido - de rememorar lembranças sobre o dia da captura, sobre a atividade que fora registrada e sobre o seu contexto de um modo geral e novo. Pressupõem-se



também que tais lembranças podem variar entre informações e experiências gerais, políticas e históricas, que podem ser comuns entre os pioneiros, bem como lembranças pessoais, que variam de acordo com a experiência única de cada pioneiro durante o período de emancipação. Reflete-se assim sobre a fotografia enquanto ferramenta de estímulo à memória, a partir das imagens capturadas durante o período de emancipação de Itaipulândia, município lindeiro<sup>1</sup> do oeste do Paraná.

Tendo em vista que tal análise e reflexão ocorre na pesquisa a partir das fotografias apresentadas, a seleção integra uma importante fase do estudo. Para compor o quadro das fotografias selecionadas, alguns autores executores da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, teceram contribuições para facilitar o processo. Maria Luisa Hoffmann (2011) indica que seja organizado um portfólio único de fotografias para ser apresentado a todos os entrevistados, sempre na mesma ordem. A prática facilita o processo de comparação e confronto de informações e resultados da aplicação.

Especificamente sobre o conteúdo imagético, a pesquisadora considerou os apontamentos teóricos de Panofsky (2009) acerca das imagens, dividindo-as nas etapas iconográficas (relato descritivo do conteúdo visível) e iconológicas (leitura racional, implícita, invisível); bem como a noção de lugar e pertencimento, segundo estudos antropológicos. A ideia de vínculo e identificação foram compreendidas a partir da busca de fotografias que pudessem relacionar os pioneiros com a localidade, buscando lugares de vivência, memória e enraizamento. Espaços da comunidade, de trabalho, de serviços, de transporte, são ambientes que compõem, deste modo, o portfólio elaborado e aplicado pela autora nesse estudo.

Além da composição de imagens para o portfólio de apresentação, uma seleção de nomes para formar a lista de pioneiros entrevistados também foi composta. Buscou-se nessa fase da pesquisa, formar um quadro consistente e também plural, onde o número de homens e mulheres a participar fosse equivalente ou próximo, para que a participação, inserção e o comportamento social de ambos dentro da comunidade naquele período pudesse ser identificado. Desse modo, a pesquisa reuniu os depoimentos de oito pioneiros, entendendo assim que, a partir de tais entrevistas, o material recolhido apresentava subsídios de pesquisa suficientes para que o estudo fosse desenvolvido de modo sólido e pertinente.

O período de chegada de cada selecionado à comunidade também foi considerado, tendo em vista que o estudo dedica-se a recolher o máximo possível de informações históricas sobre as comunidades que formam a atual cidade de Itaipulândia. Com isso, dos oito

---

<sup>1</sup> Denominação dada aos municípios diretamente afetados pelo reservatório de Itaipu.

depoentes, sete chegaram a região na década de 1960. A exceção é apenas Lotário Knob, que chegou à vila nos anos de 1980. Sua inserção foi justificada pela importância e liderança dentro do processo emancipatório de Aparecidinha d'Oeste (período também incorporado no estudo da autora).

Dentro do contexto histórico e social da época, bem como das possibilidades de contato com pioneiros de Itaipulândia, o quadro buscou diversificar os perfis de entrevistados, para apurar, da forma mais diversa possível, o panorama acerca da história itaipulandense. Assim, integram o grupo de depoentes um professor, um farmacêutico, dois agricultores, uma servidora pública e três donas de casa/agricultoras.

O interesse da autora pelo presente problema de pesquisa tem como intuito investigar de que modo a fotografia funciona como gatilho de memória dos pioneiros de Itaipulândia acerca da emancipação da cidade, destacando a importância e contribuição do material fotográfico como ferramenta comunicacional e informacional. Aliando-se à técnica da entrevista, segundo pressupostos da história oral, reflete sobre a fotografia como ferramenta de estímulo à memória.

O objeto selecionado pela pesquisadora aproxima-se do universo da História ao buscar identificar como a fotografia contribui para a construção visual da história de Itaipulândia. A escolha do município em questão, deve-se à preocupação da investigadora em contribuir para que a cidade, cuja emancipação é recente, possua materiais de pesquisa a respeito de sua própria história, tendo em vista que a produção de tais materiais apresenta-se bastante tímida na cidade atualmente, com número limitado de recursos disponíveis.

Alia-se a tal contexto, o enraizamento e pertencimento da investigadora com relação à Itaipulândia, cidade na qual reside há 23 anos e vê a história itaipulandense se desenvolver em paralelo à de sua família. Desse modo, conhecer e valorizar o período anterior a emancipação e formação da cidade que acolheu seus familiares em 1994, lhe é muito válido.

## 1. HISTÓRIA DE ITAIPULÂNDIA

Itaipulândia é um município do interior do Paraná, localizado no extremo oeste do estado, a 630 km da capital Curitiba. Com emancipação político-administrativa recente, a cidade tem 25 anos e uma população de aproximadamente 10 mil habitantes.

O primeiro e único estudo desenvolvido e publicado sobre a história de Itaipulândia é a obra de Rodison Scarpato e Iria Bruch Bohm, intitulada *Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história*, financiado pela Prefeitura Municipal, em 2006. É ele quem subsidia os estudos históricos locais, pela perspectiva bibliográfica. Além desse material, o município conta com um espaço denominado Casa da Memória<sup>2</sup>, que reúne, segundo o *site* municipal, “artefatos, fotos, antiguidades que contam um pouco da história da nossa gente” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA, *online*).

O livro traz diversas fotografias coletadas durante os dois anos de pesquisa realizada pelos memorialistas Scarpato e Bohm para a produção, advindas de álbuns familiares bem como de museus e acervos institucionais como igrejas, secretarias municipais, escolas e bibliotecas da região. As informações apresentadas na obra foram obtidas a partir de pesquisa documental e trabalho de campo com pioneiros da região oeste do estado do Paraná, que resultou em mais de 40 entrevistas.

Para a cidade, o livro tornou-se uma importante referência não só para a busca de referências bibliográficas ou científicas, mas para a própria população itaipulandiense que via-se antes, desamparada de materiais consistentes sobre sua história. Nesse sentido, o trabalho de memória desenvolvido por Scarpato e Bohm (2006) é de grande importância, mérito e pertinência ao município e o material resultante de suas produções, deve ser amplamente valorizado, reconhecido e explorado pela comunidade.

### 1.1 COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE – O NARRAR DE SCARPATO E BOHM (2006)

Os registros mais expressivos de exploração na região oeste do estado do Paraná são apontados durante a década de 1920. Nesse período, militares passavam pela região de fronteira para combater os tenentistas da Coluna Prestes. Foi nessa ocasião que o governo nacional teve conhecimento da invasão estrangeira em território brasileiro, tendo em vista que

---

<sup>2</sup> Embora o nome oficial do espaço histórico do município seja Casa da Memória, o ambiente é conhecido popularmente como museu. Na presente pesquisa, a palavra ‘museu’ também é utilizada como sinônimo para referir-se a tal espaço.

argentinos e paraguaios dominavam o território regional, tomando posse da maior parte das terras próximas à fronteira, por meio de entradas ilegais no país.

Getúlio Vargas, que naquele período ocupou as funções de deputado federal e, posteriormente, de ministro da fazenda, implantou ações de cunho nacionalista, a fim de evitar a fixação e exploração das terras brasileiras pelos vizinhos estrangeiros. A proposta consistia na obrigatoriedade das empresas nacionais da região manterem em seus quadros de funcionários dois terços de empregados brasileiros, diminuindo assim a abertura para trabalhadores de países próximos. A medida logo alcançou o resultado esperado e a população da região começou a se transformar.

Foram nos primeiros anos da década de 1930 que chegaram então, os primeiros colonizadores da região oeste do Paraná, sendo a maioria descendente de imigrantes, vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A explosão demográfica exigiu que o governo, novamente, tomasse providências.

O aumento do consumo de alimentos nos centros urbanos em crescimento exigiu o aumento da produção que em consequência desencadeou a necessidade de expansão de fronteiras agrícolas do Estado. Diante desta situação o governo do Estado, não possuindo condições para colonizar o oeste do Paraná, passou a ceder concessões de grandes extensões de terras a particulares que se comprometessem a colonizá-las. Os incentivos e as fáceis condições em que eram feitos os contratos atraíram muitos interessados (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 41).

Dentro desse contexto de expansão agrícola e crescimento populacional é que os primeiros colonizadores da região chegaram às terras que, anos mais tarde, pertenceriam à cidade de Itaipulândia. Considerando que existem indícios antigos da existência de comunidades indígenas e de uma grande movimentação de viajantes em tal área, a reocupação das terras em Itacorá e em Aparecidinha d'Oeste<sup>3</sup> iniciou apenas na década de 1960.

### 1.1.1 Itacorá

A colonização na região pertencente ao distrito de Itacorá iniciou-se a partir da compra de uma área de 1.600 hectares por Luiz Trentini Neto, cuja aquisição foi realizada com o intuito de criar um núcleo populacional naquela localidade. Fundando a Colonizadora Itacorá, Trentini passou a dividir toda a área que havia adquirido em lotes urbanos e rurais, para vendê-los aos colonos que chegavam à região. Com a ajuda de um corretor, fez negócios, em

---

<sup>3</sup> Aparecidinha d'Oeste e Itacorá eram comunidades que pertenciam ao município de São Miguel do Iguaçu. Em 1992, ambas desmembraram-se do seu município-mãe e, com a emancipação, formaram a cidade de Itaipulândia.

sua maioria, com os gaúchos que chegavam de cidades do sul como Palmeira das Missões, Sarandi, Panambi, Frederico Westfalen e São José.

Com as vendas da Colonizadora, a região foi aos poucos, conquistando formato de povoado e atraindo cada vez mais colonos para a então vila de Itacorá. Segundo Scarpato e Bohm (2006), a maioria dos compradores era descendente de imigrantes italianos e alemães, que vinham com o intuito de adquirir as terras que eram famosas pela fertilidade e pela promessa de um crescimento promissor.

Nesse período de colonização, os meios de transporte utilizados em meio às matas abertas e estradas, que chegavam até a sede do município de São Miguel do Iguaçu e a Foz do Iguaçu, eram de tração animal. A primeira estrada de rodagem que ligava Itacorá à São Miguel do Iguaçu e passava por Aparecidinha d'Oeste foi construída nos anos de 1960. Antes de sua construção, havia apenas uma trilha que permitia somente a passagem de cavalos e carroças (SCARPATO; BOHM, 2006).

**Figura 1** - Transporte no período de colonização



Fonte: SCARPATO; BOHM (2006). Sem autoria. Data: 1968

Por se tratar de uma fase de estruturação, coisas básicas chegavam às famílias por métodos primários e precários. O acesso à água era por meio das sangas e vertentes próximas às residências. Quando as propriedades ficavam distantes dos pequenos córregos, a solução era cavar poços.

A única técnica que existia era: pegava uma varinha de pessegueiro, uma forquilha, ia firmando aquela forquilha na mão, ia indo, ia indo, até que a forquilha virava. Quando virava, podia marcar ali, aí cavava e dava água. Pra muitos não puxava, não era pra todas as pessoas. Já tinha uns que marcavam onde começava a puxa, isso seria a fundura que daria o poço pra dentro da terra (FERNANDES *apud* SCARPATO; BOHM, 2006, p. 63).

A iluminação nas residências da primeira década de Itacorá era feita com lampiões a querosene ou a gás. As casas eram improvisadas pelas famílias que chegavam à região. Em alguns casos, o homem vinha antes de toda a família para construir alguma estrutura que o abrigasse nos primeiros dias. Os galpões de vizinhos e conhecidos serviam como teto temporário, até a instalação definitiva ficar pronta.

Pela dificuldade existente em conseguir madeira beneficiada para edificar as casas, muitos colonos a traziam junto com a mudança para Itacorá. Quando chegavam, construía com as madeiras de fora. Nesses primeiros anos, ainda no período de reocupação das terras, a maioria das residências da vila eram feitas com esse material, surgindo casas de alvenaria somente na década de 1970.

Era difícil também o acesso a alguns produtos e alimentos como sal e café. Conforme Scarpato e Bohm (2006, p. 63), “os primeiros moradores de Itacorá iam a Santa Helena [cidade vizinha à vila], no moinho fazer compras”. Segundo os autores, a primeira venda<sup>4</sup> da comunidade foi de Willibaldo Feldmann, que atendia os moradores em sua janela. Em 1962, surgiu o primeiro mercado de Itacorá, de propriedade de Lozardo Cazuni e Alcides Picoli.

**Figura 2** - Primeira casa do comércio construída em Itacorá



Fonte: Acervo familiar. Autoria: Waldomiro Klos. Data: 1962

No ano seguinte, um estabelecimento que chegou à vila buscava atender outra demanda: a saúde. No início da reocupação das terras os casos mais registrados na vila eram de desidratação, acidentes de trabalho, pneumonia, gripes e diarreia. Muitos deles eram resultado da qualidade da água ingerida e dos alimentos consumidos, tendo em vista a condição precária de conservação que as famílias possuíam na época. Nessas casos, a

---

<sup>4</sup> Espaço de comércio da comunidade, utilizado para venda de produtos básicos como sal, açúcar, café.

população recorria ao consumo dos chás, como remédios preciosos para socorrer determinadas situações.

Em 1963, um militar do exército que vivia na região abriu a primeira farmácia da vila. No ano seguinte, Adolfo Ghellere também abriu seu espaço de atendimento à saúde em Itacorá, inaugurando mais uma farmácia. Nos anos de 1965 e 1966, quando a vila registrou diversos casos de malária, a comunidade contava com dois estabelecimentos para casos emergenciais (SCARPATO; BOHM, 2006).

Em 1967, a comunidade de Itacorá construiu sua primeira igreja. Embora houvesse diversidade religiosa entre os colonos recém-chegados (protestantes, evangélicos, católicos...), a maioria das famílias declarava-se católica e foi essa a primeira religião a ter seu próprio templo na comunidade. Anos depois, os luteranos também construíram seu espaço de oração na vila. Em Itacorá, as igrejas tiveram importante participação e envolvimento popular.

Com o progresso em ritmo acelerado, a vila não demorou para consolidar-se como bem estruturada e independente quando comparada às demais comunidades pertencentes ao município de São Miguel do Iguaçu. Logo, teve seu desenvolvimento político e administrativo reconhecido.

Itacorá prosperou rapidamente, sendo elevado à categoria de distrito administrativo de São Miguel do Iguaçu através da lei estadual nº 5340, de 24 de maio de 1996 e instalado no dia 4 de setembro do mesmo ano. Localizava-se às margens do Rio Paraná, na antiga rodovia Guaíra/Foz (atualmente submersa pelo lago de Itaipu), distante 169 Km de Guaíra e 60 Km de Foz do Iguaçu. A rodovia 317 era conhecida como Caminho de Quedas, pois ligava as cataratas, em Foz do Iguaçu às Sete Quedas, em Guaíra (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 45).

Antes mesmo de virar um distrito, Itacorá já havia se incorporado à realidade política de sua cidade-sede. São Miguel do Iguaçu desmembrou-se de Foz do Iguaçu para tornar-se município em 1961. Em sua segunda legislatura municipal (1965 a 1968), Itacorá conseguiu eleger três representantes da comunidade: Willibaldo Feldmann (PTB), Lozardo Cazuni (PSD) e Pedro da Silva Tavares (UDN). Nas eleições seguintes (3º, 4º e 5º legislatura), dois vereadores foram eleitos pela comunidade, alcançando assim uma representação em todas as eleições que participou como distrito de São Miguel do Iguaçu (SCARPATO; BOHM, 2006).

A inserção política, somada ao crescimento populacional, desenvolvimento local, consolidação da infraestrutura e uma economia em expansão advinda da prática agrícola, fizeram com que o distrito chegasse, no início da década de 1970, ao auge de seu progresso. Além dos serviços da área de saúde e do comércio já existente, as famílias que residiam no

distrito tinham acesso a um hospital, “educação; com escolas públicas e particular, postos de combustíveis, redes de energia elétrica, agência bancária, destacamento da polícia militar, correio, cartório, escritório de contabilidade, hotéis, cinema e serviço de transporte coletivo [...]” (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 46).

As perspectivas de crescimento para um dos mais importantes distritos de São Miguel do Iguaçu não poderiam ser melhores para a década seguinte, não fosse a construção da Usina Binacional de Itaipu. Em função da formação de um lago necessário para o funcionamento da hidrelétrica na região, a área correspondente a Itacorá foi completamente encoberta pelas águas, em 1982, extinguindo assim, o promissor distrito são-miguelense.

### 1.1.2 Itaipu Binacional

Diretamente ligada à origem e à história de Itaipulândia, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu transformou fortemente a região oeste do Paraná, onde os desdobramentos de tais mudanças permeiam o imaginário e a recordação das famílias da região até hoje. Para os itaipulandenses, a construção da Itaipu e suas consequências é um assunto constante, tanto para quem viveu e acompanhou tal fato, quanto para os que dele somente ouviram e ouvem falar, repetidamente.

Planejado e desejado ainda na década de 1950, o projeto de construção da Itaipu é fruto de um governo brasileiro que orquestrava a execução de inúmeros planos de desenvolvimento e avanço econômico. Os estudos acerca do potencial energético existente no Rio Paraná<sup>5</sup> surgiram em meio à proposta de Juscelino Kubitschek, presidente do país na época, de desenvolver o Brasil em um processo acelerado. Tal programa ficou conhecido como 50 anos em 5.

De acordo com Guiomar Inez Germani (2003), por se tratar de um projeto grande e complexo, cujos estudos demandavam conhecimento técnico e análises detalhadas, as pesquisas ultrapassaram o mandato de JK e, apenas no início da década de 1960, os primeiros resultados passaram a ser alcançados (GERMANI, 2003).

Foi então, no governo de João Goulart, que o projeto de construção da usina foi apresentado, propondo uma hidrelétrica totalmente brasileira, antecipando-se aos limites de fronteiras que o Rio Paraná delimitava, para evitar problemas diplomáticos com o país vizinho.

---

<sup>5</sup> O Rio Paraná surge do encontro dos rios Paranaíba e Grande, entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. É o segundo maior rio sul-americano, com extensão total de 4.880 quilômetros. Seu leito delimita a região fronteira entre os países Brasil e Paraguai.



Segundo Ivone Carletto Lima (2010), na época, Brasil e Paraguai acordaram que somente utilizariam a área de fronteira, caso o uso estivesse em comum acordo. Com novos estudos, algumas alterações foram propostas e o governo brasileiro passou a considerar uma nova área para exploração energética: a região de Sete Quedas<sup>6</sup>.

O gargalo do país era a energia. Havia muitos rios, mas poucas usinas. Na época de JK [presidente Juscelino Kubitschek, 1956-1961] fizeram duas grandes usinas, mas, ainda assim, para o processo de industrialização ser alavancado como se pretendia, era necessária a construção de mais uma usina, principalmente para abastecer o Sudeste. O governo se fixou em Sete Quedas, queria desenvolver um projeto ali, porque havia um potencial enorme e totalmente brasileiro. Nessa época não se cogitava fazer algo em parceria com o Paraguai (CARLETTO LIMA, 2010).

Foi a partir de então, com esse novo projeto, que o Paraguai passou a indagar os limites de fronteiras e os direitos de uso das águas do leito do Rio Paraná. A ideia inicial era desviar parte das águas das Sete Quedas para um canal, onde seriam instaladas a casa de máquinas e as turbinas (CARLETTO LIMA, 2010). Mas, com o país vizinho questionando a quem pertenciam as Sete Quedas, debatendo tal questão em fóruns e eventos internacionais, o Brasil teve que reconsiderar.

Surgiu então, a proposta de uma usina em conjunto, onde os problemas de fronteira eram silenciados e ambos os países, Brasil e Paraguai, lucrariam com a construção daquele que seria o maior projeto de hidrelétrica do mundo até então, no local com maior potencial energético identificado. Assim, no início da década de 1960, os países latino-americanos se uniram no projeto Itaipu.

Em 1966, a “Ata das Cataratas ou Ata de Iguazu” foi assinada pelos dois presidentes, firmando o compartilhamento do uso das águas do Rio Paraná. Em 1970, uma Comissão Técnica Brasileira-Paraguaia foi instituída e o Convênio de Cooperação entre as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) e a Administración Nacional de Electricidad (Ande), do Paraguai, foi assinado. Então, em 1973, o Tratado de Itaipu foi firmado, dispondo os termos do empreendimento que seria construído. Segundo estudos de Beatriz Ramalho Ziober (2014), no ano seguinte, o canteiro de obras foi estruturado e a construção do canal de desvio do Rio Paraná iniciou em 1975, em Foz do Iguazu (ZIOBER, 2014).

A partir de então, iniciou-se na região um processo amplo, longo e polêmico de desapropriação regional. Para a formação do lago, necessário para o funcionamento da usina,

---

<sup>6</sup> Região conhecida pelo conjunto de sete grandes saltos no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Estava inserida na área do Parque Nacional das Sete Quedas, entre a cidade brasileira de Guaíra e o município paraguaio de Salto Del Guairá. O alagamento necessário para a construção do reservatório de Itaipu, proposto em um dos projetos da época, resultou na submersão completa dos saltos.

uma área expressiva habitada por centenas famílias, em diferentes municípios, teria que ser desocupada, deixando para trás casas, terras e propriedades.

Na região do extremo oeste do Paraná<sup>7</sup>, oito municípios foram atingidos pelo projeto Itaipu. No Brasil, uma área de 780 km<sup>2</sup> foi inundada, comprometendo terras nas cidades de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra.

As áreas alagadas, eram predominantemente territórios agrícolas, que estavam em pleno desenvolvimento na época. Dessas atividades é que provinha a maior fonte de renda da região. Maria de Fátima Bento Ribeiro (2002), afirma que, nesses locais “mais de 100 mil toneladas de soja, cerca de 31 mil toneladas de trigo, quase 34 mil toneladas de milho, cerca de 1500 toneladas de feijão, mais de 27 mil toneladas de mandioca, em torno de 1700 toneladas de arroz e 24 toneladas de café” (JORNAL NOSSO TEMPO<sup>8</sup>, 1980 *apud* RIBEIRO, 2002, p. 28), deixariam de ser colhidos anualmente.

Além das propriedades rurais e dos centros das cidades, 95 escolas e 42 espaços religiosos foram indenizados pela empresa binacional. Cemitérios da região também tiveram de ser transferidos, recolhendo os restos mortais de 1090 pessoas (RIBEIRO, 2002).

**Tabela 1 - Propriedades desapropriadas pelo projeto Itaipu**

	Nº de Propriedades	Área (hectares)
Rurais	6.913	100.607,73
Urbanas	1.606	484,79
Totais	8.519	101.092,52

Fonte: Itaipu Binacional

O prazo estabelecido pela Itaipu para término do processo de desapropriação foi de quatro anos. A ideia era que até o ano de 1978, todas as famílias já tivessem recebido a indenização por suas propriedades. Mas, o descontentamento da população com as negociações das terras gerou um atraso significativo no processo:

[...] os acordos com os colonos eram feitos de uma forma que provocavam uma desorganização social, uma vez que primeiramente eram indenizadas as lojas, farmácias, oficinas, etc., como foi o caso de Alvorada do Iguaçu, dificultando a permanência dos agricultores, visto que ficavam sem um mínimo de infraestrutura.

<sup>7</sup> Em sua totalidade, a formação do lago de Itaipu atingiu 15 municípios paranaenses e uma cidade do Mato Grosso do Sul. No Paraguai, 1.200 propriedades e mais de 20 mil pessoas foram atingidas pela Itaipu.

<sup>8</sup> Cf. *Jornal Nosso Tempo*, 03 dez. 1980, p. 8.

Em geral, o preço pago pela Itaipu era muito menor do que o valor do mercado, e, ao mesmo tempo, era descontada a dívida do agricultor no banco (RIBEIRO, 2002, p. 29).

Durante esse período de desapropriação e de desacordos entre Itaipu e a população regional afetada, alguns movimentos<sup>9</sup>, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram criados (RIBEIRO, 2002). O programa era conduzido por lideranças religiosas da Igreja Católica e Luterana a fim de ajudar os agricultores a elaborar estratégias de luta pela terra. Cartas, propostas e parcerias foram elaboradas para se repensar as maneiras de negociação entre Itaipu e os colonos. De acordo com o pastor luterano Werner Fuchs, integrante do Movimento Pastoral da Terra, em depoimento ao documentário *Desapropriado* (1983), o principal intuito da mobilização era o de resistência e de luta pelos seus direitos.

A comissão Pastoral da Terra reivindicava que o movimento dos agricultores devia ser conduzido por eles mesmos, e não sofrer interferência de outros. Também não se deixar manipular por Itaipu ou por promessas, simplesmente. Então, nossa contribuição foi que as reivindicações pudessem ter uma coerência e uma firmeza. E nesse sentido até, acho que dá para se dizer que Itaipu conseguiu desviar o Rio Paraná do seu leito mas não conseguiu contornar a resistência e a luta dos agricultores (DESAPROPRIADO, 1983, 19'21 -1).

Surgiu também, nesse contexto de reivindicações, o Movimento Justiça e Terra, organizado pelos próprios agricultores. Segundo Marcelo Barth, um dos líderes da iniciativa, também em depoimento dado no documentário *Desapropriado* (1983), o surgimento de mais essa organização foi devido às propostas consideradas injustas, advindas da Itaipu, pelas terras desocupadas. Somou-se também, pela ausência de negociação por parte dos representantes da usina, com grande parte dos moradores expropriados.

O Movimento Justiça e Terra foi praticamente o desespero. Foi um grito de desespero do povo diante de tanta angústia. De ter que sair e não poder. Ter que receber para poder sair. Ter que sair na marra. Então nós nos desesperamos. Alguns de nós deram o

---

<sup>9</sup> Mesmo que os movimentos e conflitos de terra tenham marcado a região durante esse período, a Casa da Memória de Itaipulândia recebeu apenas em 2017, materiais a respeito do assunto. Os arquivos foram doados por Orestes José Gasperini, líder da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Justiça e Terra, juntamente com Marcelo Barth, antes de deixar a cidade de São Miguel do Iguazu e partir para o norte do país. A doação reúne fotografias, cartas e atas dos grupos organizados, a respeito de suas ações durante o período de desapropriações. Orestes residia em Itacorá e foi contatado pela pesquisadora ainda no ano passado, após o recebimento da informação acerca da doação. No entanto, a autora não obteve nenhuma resposta. Na Casa da Memória, os documentos ainda não foram catalogados e organizados.

Embora o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tenha se originado em 1984, ano da inauguração oficial da Itaipu Binacional, a partir de um encontro nacional na cidade de Cascavel, por meio da união de “posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores” (MST *online*), não há nenhuma menção a ele nos arquivos disponíveis na Casa da Memória. Além disso, a obra de Scarpato e Bohm (2006) também não menciona o MST. A investigação não teve prosseguimento dentro do presente estudo, tendo em vista a preocupação da autora em não distanciar-se do tema proposto.

grito: ‘vamos ocupar esses escritórios para ver se nos pagam de uma vez!’ (DESAPROPRIADO, 1983, 19`55 -1).

E foi exatamente o que os colonos fizeram. Em 1980, “os agricultores decidiram montar acampamento em frente ao escritório da Itaipu na cidade, onde armaram barracas” (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 108). Os 16 dias de acampamento, contaram com assembleias, reuniões e debates que resultaram em um consenso para acordos mais justos entre a Itaipu e as famílias desapropriadas. No ano seguinte, 40% dos acordos de desapropriação ainda estavam em andamento.

Um segundo grande ato foi, então, organizado pelo Movimento. Uma marcha em direção à sede da usina, em Foz do Iguaçu, foi realizada com o intuito de ocupar o canteiro de obras. Barrados pela segurança da usina, os agricultores acamparam no trevo de acesso ao executivo da Itaipu, por 54 dias. Um acordo de acerto de 80% das reivindicações dos desapropriados deu fim à última grande ação do Movimento Justiça e Terra.

O processo de expropriação e indenização da Itaipu envolveu uma área de 111.332 hectares, nos quais residiam mais de 40 mil pessoas. Em outubro de 1982, as obras da barragem foram finalizadas e em 14 dias, as águas do rio Paraná encheram o reservatório, formando o lago de Itaipu. São Miguel do Iguaçu, município sede de Itacorá e Aparecidinha d’Oeste,

[...] com área territorial de 122.188 hectares teve uma área de 26.253 hectares desapropriados, comprometendo 21,49% de seu território, dividida em 1.778 propriedades. [...] Em 1975, o município de São Miguel do Iguaçu, possuía uma população de 36.436 habitantes, destes 8.639 residentes na área comprometida, cerca de 23% da população do município foi atingida (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 110).

O impacto do alagamento e da extinção do distrito de Itacorá atingiu significativamente a comunidade vizinha de Aparecidinha d’Oeste. Nela, os desdobramentos da formação do lago de Itaipu foram sentidos por muitos anos seguintes.

### 1.1.3 Aparecidinha d’Oeste

#### 1.1.3.1 O período pré desapropriação e alagamento:

A reocupação das terras da comunidade de Aparecidinha d’Oeste teve início de modo quase simultâneo à vila vizinha de Itacorá. Em 1961, Francisco Dorneles Taborda, conhecido como Né Taborda, chegou a região e adquiriu 800 alqueires de terras, que nos anos seguintes

se transformaram nos primeiros lotes da comunidade. Nesse período, a localidade chamava-se Esquina São João.

Tal nome justificava-se tendo em vista que no início dos anos de 1960, o local onde Aparecidinha d'Oeste foi edificada, concentrava poucos moradores e era conhecida apenas pelo cruzamento no qual o ônibus, vindo de São Miguel do Iguazu, passava antes de chegar até a vila de São João. Tal localidade sediava a propriedade de Francisco Taborda e havia sido escolhida por ele para ser o local de edificação de uma posterior vila.

Em meados de 1965, Né iniciou o loteamento de suas terras e a maioria das áreas comercializadas estavam localizadas na região da Esquina São João. Nesse período, os terrenos foram vendidos “para colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a maioria deles com passagem pelo sudoeste do Paraná, principalmente pelos municípios de Capanema, Santo Antônio, Pérola d'Oeste e Planalto” (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 52). Vendidas conforme o preço de mercado da época, as terras eram comercializadas e entregues apenas com um título de posse, sem nenhuma escritura formal.

Com uma concentração maior de famílias, os moradores da localidade conhecida por Esquina São João optaram por edificar a vila no novo espaço e não mais na linha São João, como era ansiado por Né Taborda. Surge assim, a comunidade de Aparecidinha d'Oeste.

Conforme relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE *online*) acerca da história de Itaipulândia, ainda enquanto comunidade de Aparecidinha d'Oeste, os primeiros moradores a habitarem os lotes vendidos por Taborda foram as famílias de Pedro Carvalho, José Luís Coradine, Doraci Duarte, Arthur Machado, Pedro Hert, Avelino Wolmuth, Norberto Pires e Astrogildo Pires. Tais famílias compraram terrenos onde atualmente encontra-se a sede do município.

Já em terras que hoje encontram-se comunidades de Itaipulândia, como Caramuru, Buriti, Jacutinga, Guaraci e Lageado do Cedro, outros nomes surgem. Nessas localidades, Orcídio Ambrósio Dias, era o dono de 800 alqueires de terras. Em São José do Itavó (atual distrito de Itaipulândia), Varisto Bombardelli foi quem se apossou ilegalmente de uma grande extensão de terras, formando as primeiras fazendas da região. Algumas dessas áreas eram obtidas a partir de concessões do Estado, mas a maioria costumava ser conquistada por meio de posses, grilagens ou anexações (SCARPATO; BOHM, 2006).

Para não correr o risco de perder as terras posteriormente, por ordem do Estado, a solução que os posseiros encontravam era fazer esse tipo de venda em pequenos lotes

distribuídos na região, entendendo que, com diversas famílias residentes, as chances de um possível despejo por mandado estadual seriam menores.

Os principais motivos que atraíam as famílias de colonos a se instalarem na região eram a topografia e a boa qualidade do solo que, assim como em Itacorá, eram famosas pela fertilidade. Mas, como todo processo de reocupação de terras, nos primeiros anos a infraestrutura local era bastante precária e, ao contrário da vila vizinha, Aparecidinha d'Oeste não teve um desenvolvimento tão rápido nesse sentido.

Nos primeiros tempos da colonização de Aparecidinha d'Oeste, todo serviço de comércio era feito através de Itacorá, São Miguel do Iguaçu, Missal [cidade vizinha à Itaipulândia] e um armazém de secos e molhados na fazenda Apolo [localizada em São Miguel do Iguaçu]. Na década de 1960, o Sr. Leopoldo Mensch abriu um pequeno comércio na localidade de Santa Inês [atual comunidade de Itaipulândia] que vendia produtos de primeira necessidade para a população. Os agricultores também se utilizavam de um moinho existente em Mara Lúcia, Medianeira [à 35km de Itaipulândia] (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 54).

Somente em 1965, quando “chegou ao distrito, a família do Sr. Pedro Hert, instalando o primeiro comércio local um ‘boteco’” (IBGE *online*), é que o acesso a mercadorias e produtos se tornou mais fácil em Aparecidinha.

Assim como em Itacorá, a manifestação de fé católica era constante na comunidade e ainda sem paróquias próximas, as vilas que não possuíam igrejas recorriam às capelas. Em Aparecidinha d'Oeste, as visitas de padres à capela eram bastante raras, tendo em vista a distância e a precariedade das estradas. Quando vinham, eram os párocos de Missal<sup>10</sup> quem atendiam os fiéis.

Foi a forte manifestação e reunião de católicos na comunidade que fez com que uma decisão entre o colonizador Taborda e a população da vila na época, elegeisse Nossa Senhora Aparecida como padroeira da localidade. A junção da padroeira e da localização da vila, estabelecida no extremo oeste do estado do Paraná culminou na formação de seu nome em Aparecida d'Oeste. O pequeno porte da vila fez com que a comunidade a chamasse e que tal nome se consolidasse como Aparecidinha d'Oeste.

Tamanha era a importância do catolicismo na vila que não demorou para que a primeira igreja da comunidade fosse levantada. Em 1966, com doações de Pedro Hert, comerciante de Aparecidinha; e Noé Medeiros, proprietário de terras em Itacorá, iniciou-se a

---

<sup>10</sup> Município vizinho à cidade de Itaipulândia, Missal está à 9km da sede itaipulandiense.

construção daquela que seria a primeira igreja e também, espaço de funcionamento da primeira escola no local (IBGE *online*).

Antes da construção da igreja, as aulas eram dadas pela professora Juceli Brembati Larssen, na propriedade do pioneiro Taborda. A primeira turma reuniu 20 alunos, em 1964. Três anos depois, a escolinha recebeu o nome de Carlos Gomes e mudou suas instalações para as dependências da igreja católica, onde a professora Nilsa Côrrea Gularte lecionou por dois anos. Em 1969, os alunos passaram a estudar no novo prédio da Escola Municipal Carlos Gomes (SCARPATO; BOHM, 2006).

**Figura 3** - Escola Municipal Carlos Gomes, em Aparecidinha d'Oeste



Fonte: SCARPATO; BOHM, 2006, p. 95. Autor: Sem autoria. Data: 1970

A primeira farmácia de Aparecidinha foi instalada apenas no ano de 1970, sendo propriedade de Lírio Benevenuto Ghellere. Para acesso à correios, cartórios, hospital, posto de combustível, bancos e outros serviços, as famílias se deslocavam ao distrito de Itacorá, cuja infraestrutura era maior.

Naquele período, as famílias que viviam do trabalho na terra, desenvolviam em Aparecidinha as culturas do fumo, milho e mandioca. Outra atividade que contribuía para o sustento dos moradores era a criação de bovinos e suínos. No fim da década de 1960, a madeira cortada, que anteriormente era pouco comercializada, sendo queimada, na maioria das vezes, passou a render um certo capital às famílias, mesmo que com valor comercial baixo. Somente a partir da chegada das serrarias à região, é que a madeira ganhou espaço e mercado, sendo comercializada pelos colonos.

#### 1.1.3.2 O período pós desapropriações e o alagamento:

A notícia da construção da usina hidrelétrica de Itaipu transformou a realidade e o desenvolvimento de Aparecidinha d'Oeste. O distrito vizinho, que subsidiava diretamente a

comunidade seria extinto e parte do território local também seria coberto pelas águas do lago de Itaipu. Em comunidades onde a agricultura era a principal atividade econômica, a perda de terras férteis era alarmante. O fim da década de 1970 e início da década de 1980 foi um período turbulento na região, em virtude das desapropriações, dos desacordos e protestos contra Itaipu e da formação do lago que alterou drasticamente a paisagem e a geografia local, cobrindo vegetação, vilas e estradas.

Conforme as indenizações eram pagas<sup>11</sup>, as famílias passaram a mudar-se de Itacorá. Algumas optaram por continuar no município de São Miguel do Iguaçu, deslocando-se apenas para outras comunidades, como a vizinha Aparecidinha d'Oeste. Mas muitas delas, já desmotivadas com a região e com a confusão causada pela usina, também optaram por mudar de estados, direcionando-se ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Bahia, Minas Gerais, e alguns mudaram para o país vizinho, o Paraguai, com esperanças de desenvolver suas atividades agrícolas em terras estrangeiras (SCARPATO; BOHM, 2006).

A extinção do distrito de Itacorá deixou muitas comunidades próximas desamparadas, tendo em vista a infraestrutura notória que possuía. Pela proximidade, Aparecidinha d'Oeste passou a absorver então, os principais órgãos de estrutura pública existentes em Itacorá. Com banco, cartório, hospital e posto de combustível, a comunidade atingiu outro patamar de desenvolvimento e um rápido aumento populacional, tornando-se uma vila de porte razoável. Em 1980, Aparecidinha d'Oeste e São José do Itavó (vila vizinha que atualmente integra o território de Itaipulândia) tornaram-se distritos administrativos de São Miguel do Iguaçu.

Mas a transformação de Aparecidinha em distrito não foi suficiente para fixar a população na comunidade e nem para desenvolvê-la significativamente. As famílias que residiam ali, reuniam diversos fatores que as desmotivavam quanto ao crescimento da comunidade e as possibilidades de trabalho. A intensa diminuição das terras cultiváveis que seriam encobertas pelas águas do lago e a modernização e mecanização da agricultura que evoluíam e transformavam o trabalho nas lavouras, restringiam as possibilidades de emprego para famílias que, até então, só lidavam com a terra. Buscar cidades com mais oportunidades de trabalho foi a solução para a maioria dos moradores de Aparecidinha d'Oeste.

---

<sup>11</sup> Foi somente nesse período de acordos e ajustes acerca das desapropriações (final da década de 1970 e início dos anos de 1980) que a maioria das famílias, que anteriormente só possuíam o direito de posse de suas terras, conseguiram as escrituras definitivas, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo em vista que para poder indenizar os colonos, eles deveriam ter suas propriedades documentadas.



Aparecidinha d'Oeste com a formação do lago foi, de certa forma, beneficiada porque Itacorá que tinha uma pequena estrutura administrativa, sendo distrito de São Miguel do Iguçu, recebeu um pouco disso na época como uma comunidade polo que se tornou distrito naqueles anos. Então de início, deu um certo impacto de crescimento, de valorização, contudo, isso era bastante passageiro. Deu uma arrancada, trouxe alguma estrutura de Itacorá, à nível de região, mas voltou a frear, a segurar essa possibilidade de crescimento de urbanização mais consistente (KNOB<sup>12</sup>, 2016).

Além disso, Knob (2016) enfatizou que a comunidade de Aparecidinha d'Oeste, estrategicamente e geograficamente, estava mal localizada e as condições para chegar ao seu município-mãe, em São Miguel do Iguçu eram ruins. A distância até a sede era de 35km com estradas de chão.

Foi ainda no início da década de 1980, que os sinais de enfraquecimento do distrito de Aparecidinha foram ainda mais sentidos. O hospital que veio à comunidade havia fechado as portas; a única agência bancária também encerrou suas atividades por inviabilidade de funcionamento; e aos poucos os pequenos comerciantes passaram a percorrer o mesmo caminho de mudança (SCARPATO; BOHM, 2006). O alagamento deixou a comunidade e as pequenas vilas com aparência de abandonadas, sem perspectivas e desacreditadas.

A ausência do poder público municipal em investir e olhar por Aparecidinha foi, cada vez mais, causando um afastamento entre a população da comunidade e São Miguel do Iguçu. A distância, a precariedade e o sentimento de não-pertencer à cidade, agravavam a situação.

Buscou-se então, nas eleições seguintes, inserir representantes do distrito no poder legislativo de São Miguel do Iguçu. Em 1982, foram eleitos para o pleito de 1983-1988 José Francisco de Oliveira (PMDB) e Lauro Adão Rossini (PMDB). Nas eleições de 1988, Lauro foi reeleito e João Kazmirczak (PDT) foi eleito também como representante da comunidade no legislativo.

A participação de representantes de Aparecidinha d'Oeste na Câmara de Vereadores de São Miguel do Iguçu trouxe alguns resultados à comunidade. O principal deles, foi o entendimento e a ambição por emancipar a localidade como a melhor e mais concreta solução de desenvolvimento ao distrito.

#### 1.1.4 Itaipulândia e a Emancipação

Para buscar um desenvolvimento efetivo e funcional à comunidade, a ideia de desmembrar-se São Miguel do Iguçu e tornar-se um município ganhava cada vez mais força

---

<sup>12</sup> Integrante da comissão pró-emancipação de Aparecidinha d'Oeste e primeiro prefeito do município de Itaipulândia. Entrevista concedida à autora em 2. ago. 2016, em Itaipulândia, Paraná.

entre as lideranças locais. Acreditava-se que, a partir de uma emancipação político – administrativa, o distrito conseguiria a independência necessária para solidificar ações e planos de desenvolvimento econômico e social.

Então, em 1989, uma comissão pró-emancipação<sup>13</sup> foi organizada e no mesmo ano, foi protocolado o primeiro projeto de emancipação do distrito, que contava na época, com 5.229 habitantes (SCARPATO; BOHM, 2006).

No projeto em questão, Aparecidinha d'Oeste teria em seu território, a área de Itacorá (completamente inundada) e de São José do Itavó. Durante dois anos, a comissão atuou em dois pontos principais: conquista do apoio popular, tendo em vista que algumas pessoas descreditavam que a comunidade alcançasse porte e estrutura econômica para se desenvolver; e lidar com os trâmites legais do processo.

Diversos problemas burocráticos surgiram nesse período e os integrantes da comissão esbarraram na escassez de recursos. Além disso, havia outro agravante. A liderança política de São Miguel do Iguaçu, após ter conhecimento do valor da indenização que o território alagado que integrava o projeto proposto para a emancipação de Aparecidinha d'Oeste iria gerar, negou apoio à emancipação. Por outro lado, a ciência do recebimento dos *royalties*<sup>14</sup> pagos pela Itaipu Binacional à localidade, consolidou o apoio da população local, que agora acreditava na sustentabilidade econômica de Aparecidinha d'Oeste.

O que se sentia era que a emancipação dava uma esperança, uma possibilidade do povo aqui continuar, ficar estabelecido, de mais gente vir e se estabelecer e quem sabe, empresas se estruturarem, o comércio quem sabe, começar a se organizar. Porque a partir do momento que tem gente, tem consumidor. O poder público poderia estar presente e fazer algo. Com a lei do pagamento dos *royalties* para os municípios com áreas inundadas, via-se que haveria uma possibilidade de ter uma arrecadação considerável e isso poderia transformar esse novo município em um município economicamente viável e que favoreceria a população. Enquanto São Miguel do Iguaçu, sempre distante, a gente sabia, o povo estava descreditado (KNOB, 2016).

Em 10 de novembro de 1991, um plebiscito foi realizado e 95% da população declarou-se favorável à emancipação. Em dezembro do mesmo ano, o projeto foi vetado pelo governador Roberto Requião. Assim, somente em maio de 1992, após os deputados derrubarem o veto do então governador do Paraná, Aparecidinha d'Oeste conseguiu

---

<sup>13</sup> Integravam a comissão de emancipação: Lotário Knob, João Kazmirczak, Romeu Manteufel, Irineu Friedrich, David de Oliveira, Domingos Viar e Paulo Rene Pauli. Além de atuar na comissão, João Kazmirczak acompanhava na Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu, os trabalhos do legislativo, juntamente com Lauro Adão Rossini, ambos eram vereadores eleitos pela comunidade.

<sup>14</sup> Compensação financeira mensal paga pela Itaipu Binacional aos municípios atingidos pelo lago de Itaipu.



Itaipulândia se torna a maior beneficiária dentre os municípios lindeiros, com uma arrecadação de US\$ 1.537,66 proveniente dos *royalties*.

**Tabela 2 - Royalties repassados aos municípios lindeiros pelas terras alagadas**

Município	Repasse atual	Área alagada (Km <sup>2</sup> )
Foz do Iguaçu	US\$ 736,7 mil	201,84
Santa Terezinha de Itaipu	US\$ 152,9 mil	41,90
São Miguel do Iguaçu	US\$ 331,8 mil	90,91
Itaipulândia	US\$ 656 mil	179,73
Medianeira	US\$ 4,2 mil	1,16
Missal	US\$ 146,3 mil	40,07
Santa Helena	US\$ 962,7 mil	263,76
Diamante do Oeste	US\$ 20,5 mil	5,62
São José das Palmeiras	US\$ 7,1 mil	1,94
Marechal Cândido Rondon	US\$ 204,6 mil	56,04
Mercedes	US\$ 70,5 mil	19,32
Pato Bragado	US\$ 171,8 mil	47,07
Entre Rios do Oeste	US\$ 120,1 mil	32,90
Terra Roxa	US\$ 5,8 mil	1,58
Guaíra	US\$ 186,2 mil	51,01
Mundo Novo (MS)	US\$ 53,7 mil	14,71

Fonte: Itaipu Binacional. Elaborado pela autora. Data: 14 jul. 2017

O grande montante financeiro permite que a cidade se consolide bem estruturalmente, possuindo hoje cinco escolas municipais, sendo uma delas para portadores de necessidades especiais; cinco centros de educação infantil; duas escolas estaduais, um hospital e maternidade públicos, juntamente com cinco postos de saúde; e um forte incentivo à educação, por meio do subsídio educacional<sup>15</sup>, em que são gastos mais de R\$ 2 milhões por ano para auxiliar os universitários que estudam no ensino público ou privado da região.

Os altos valores que circulam dentro do poder público na cidade fazem com que a Prefeitura Municipal de Itaipulândia seja um ambiente de bastante disputa e poder na cidade. Com apenas 25 anos, o município teve 10 prefeitos, que atuaram em meio a escândalos de corrupção, impugnações, assassinato e prisões.

<sup>15</sup> Em 2016, o gasto anual de Itaipulândia com o subsídio educacional foi de R\$ 2.137.800,00.

A história recente de Itaipulândia, suas transformações e seu desenvolvimento fazem parte da memória de muitas famílias que ainda residem na cidade e misturam suas próprias histórias às do município. Quais fatores contribuem para essa profunda inteiração do homem com o espaço em que habita? De que modo suas recordações podem ser despertadas? Qual o poder da fotografia e da história oral nesse sentido?

Compreendendo a importância e fundamental necessidade de debate e aprofundamento dessas questões para o desenvolvimento e desdobramento da presente pesquisa, o capítulo 2 se dedica a investigar e detalhar os apontamentos teóricos relacionados a esse universo.

## 2. FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA

### 2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Maria Luisa Hoffmann (2010), em sua pesquisa *Guardião de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina* estabelece de forma bastante esclarecedora a relação entre o universo da memória e os fatos históricos.

A memória não é história, mas um de seus objetos, pois a história se constrói a partir de memórias individuais e coletivas, documentos escritos, iconográficos e testemunhos vivenciados. Toda história é contemporânea, pois é apreendida e pensada no presente [...] (HOFFMANN, 2010, p. 17).

Dessa forma, segundo a autora, ela é sempre reescrita, reeditada, podendo se alterar a cada época ou período. Quando entendemos e fazemos uso da fotografia como um documento e fonte histórica, caso da presente pesquisa, podemos repensar e rememorar novas informações, despertadas a partir dela. Dessa forma, o passado e as narrativas históricas acerca de determinado fato ou período, podem ser atualizadas, acrescentadas e reinterpretadas.

Pierre Nora (1993), em sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, também faz distinções entre ambas as vertentes.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993, p. 9).

Essa atualização de informações e referências citadas por Hoffmann (2010) e Nora (1993) vem de encontro aos apontamentos feitos por Jacques Le Goff (2003) em sua obra *História e memória*, na qual o autor entende esse movimento de ressignificações como natural da memória. Ela “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

Isso porque o processo de rememorar trabalha não só com a reorganização e reestruturação de indícios, mas também com sua releitura, com sua nova compreensão.

Segundo o autor, a história, que sempre teve como primazia os acontecimentos, a partir de uma nova concepção denominada “história nova” passou a considerar também a memória coletiva. Essa memória compartilhada, sofreu diversas transformações a partir da constituição das ciências sociais e, atualmente, possui um papel importante na interdisciplinaridade desses campos. Le Goff diz que as mudanças profundas que ocorrem nas metodologias históricas, ao longo do tempo, sempre são acompanhadas de transformações importantes das suas fontes, da documentação. Isso, reflete-se na ocorrência e no fortalecimento da “história nova”.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico (LE GOFF, 2003, p. 466).

Nos processos anteriores à “história nova”, memória e história confundiam-se, pois entendia-se o desenvolvimento da história a partir da memorização. “Com a história dita nova, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como ‘uma revolução da memória’ (LE GOFF, 2003, p. 467).

Muito criticado por outros historiadores, o movimento de um novo fazer histórico, a partir da consulta e considerações de outros materiais, arquivos e manifestações sociais, e não mais somente o documento escrito foi defendido por Eric Hobsbawm (*apud* Le Goff, 2003), que compreendia que de nenhuma maneira, a história estava a retroceder em seus métodos e critérios.

[...] os métodos, as orientações e os produtos da história ‘nova’ não eram, de modo algum, renúncias às grandes questões, nem um abandono da investigação das causas por uma ligação ao princípio de indeterminação, mas sim a ‘construção de empreendimentos históricos do passado, por outros meios’ (HOBSBAWM *apud* LE GOFF, 2003, p. 143).

Nesse sentido, esse estudo ampara-se nas concepções da “história nova”, compreendendo-a como uma importante ferramenta de pesquisa que estima as contribuições da memória coletiva, evidenciando-a nessa pesquisa, por meio das entrevistas e depoimentos dos pioneiros selecionados, às fontes e estudos históricos relacionados a história e desenvolvimento de Itaipulândia, principalmente a partir da aplicação e utilização de

ferramentas comunicacionais de registro, como a fotografia. Isso porque, conforme destaca Le Goff, “entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos” (LE GOFF, 2003, p. 460). Um deles é “a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003, p. 460).

Para o autor, a memória coletiva é além de uma conquista, um objeto de poder, que permite o domínio das recordações e a perpetuação das tradições. São manifestações que devem ser razão de esforço e dedicação “por profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos”, fazendo assim “da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Dentro do presente estudo, apresentam-se memórias individuais, marcadas pela história de cada depoente, sua própria rotina, suas dificuldades, lutas e conquistas, bem como a memória coletiva, caracterizada pela formação de diferentes grupos que narram a partir da inserção coletiva em que se encontram, suas perspectivas, sempre com discursos comuns. Sob a ótica da transformação de Aparecidinha d’Oeste em Itaipulândia, pode-se identificar dois grupos dentre os depoentes: os indenizados pela construção da usina de Itaipu e os não indenizados, mas emancipados a partir dela. Entende-se, desse modo, que a memória coletiva está diretamente relacionada ao poder, a disputa e a construção de narrativas históricas.

### 2.1.1 Memória

A memória é a disputa e o que está em jogo não é somente o poder, mas também a identidade. Conflitos pela memória se apresentam nas narrativas históricas desde as primeiras pinturas, obras em série e posteriormente, com os documentos escritos. Tal poder é atribuído à memória, que, de acordo com Jacques Le Goff (2003), os vencedores a utilizavam e ainda a utilizam como ferramenta de dominação e legitimação para perpetuarem seus nomes na história. Nas civilizações antigas, os reis criavam “instituições-memórias: arquivos, bibliotecas, museus” (LE GOFF, 2003, p. 429) para fazer da memória a história oficial.

Michael Pollak (1989) identifica que a memória e a unicidade de discursos que cercam o universo dos grupos e das comunidades é, dessa maneira, uma forma de defesa e de luta por espaço, identidade individual e coletiva, história e existência. “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território, eis



as duas funções essenciais da memória em comum. Isso significa fornecer quadros de referências e pontos de referência” (POLLAK, 1989, p. 9).

Esses quadros de referência citados pelo autor, dizem respeito a tentativas, conscientes e inconscientes de gerar o sentimento de pertencimento do grupo, por meio de relações sociais coletivas como estado, igreja, partidos, famílias. Essa relação profunda do grupo com o passado, tem o intuito de fortalecer a sensação de um lugar de vínculo, de complementariedade, de permanência e de tradição.

Em determinados grupos, nos quais a memória, muitas vezes se alia à oralidade como ferramenta de perpetuação e transmissão, fatos e ocorrências marcantes, positivas ou negativas, integram a memória coletiva do grupo que como um recurso de resistência a sua identidade e história, repassa incansavelmente às novas gerações. São assim, para os novos integrantes, memórias não vividas, mas herdadas, denominadas por Pollak como acontecimentos e memórias vividas por tabela.

Para o autor, isso ocorre a partir de grandes acontecimentos regionais ou locais que traumatizaram ou marcaram tanto a comunidade ou região envolvida, que, acaba por ser transmitida por diversos anos ou séculos, com um nível de identificação sólido e incontestável (POLLAK, 1992). Desse modo, o autor categoriza que os acontecimentos são fatores fundamentais para a constituição da memória. Além deles, outros dois elementos constituem esse universo: os lugares e as pessoas. “Esses três critérios, [...] conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos” (POLLAK, 1992, p. 202).

Na presente pesquisa, que tipo de memória traumática pode ter sido gerada durante o processo de emancipação de Itaipulândia? Quais grandes lutas por memória e identidade os pioneiros enfrentaram durante o alagamento e a desapropriação das terras para a construção da usina de Itaipu?

Para deixar uma profunda marca em uma comunidade ou grupo, Pollak (1992) identifica “conflitos que opõem grupos políticos diversos” como principais desencadeamentos de disputas sociais e intergrupais por sua memória e identidade (POLLAK, 1992, p. 205).

Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em organização em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória

individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204).

Esse trabalho de seleção, em que tanto se grava quanto se exclui, deve ser compreendido também por sua ligação com a identidade, tanto individual quanto do grupo. O modo como a comunidade ou o indivíduo quer ser visto, reconhecido, lembrado e apresentado pela história está diretamente ligado ao trabalho de organização das memórias e das lembranças. Como consequência, documentos escritos e visuais podem refletir tal projeção, que atua tanto como uma forma de resistência quanto de identificação.

A relação da memória individual e coletiva, bem como os universos de discursos formados a partir da perpetuação de narrativas passadas dentro de determinado grupo é discutida também por Eclea Bosi, em sua obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994). Para a autora, “o grupo é suporte de memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 1994, p. 414). Se é no grupo que construímos nossas relações e estreitamos nosso laço de convivência social, por algum segmento ou nível de identificação, é comum que carreguemos em nossas narrativas, discursos comuns, próximos.

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história (BOSI, 1994, p. 67).

A partir do compartilhamento da compreensão de Pollak acerca da memória como campo de luta e poder, Bosi (1994) diz que falar de memória é também falar de ética e de poder. Quando a esfera da memória relaciona-se a fatos políticos, há, segundo a autora, um comportamento e uma postura diante das narrativas e recordações, diferentes de memórias envolvidas em outros meios. Nesses casos o juízo de valor aparece com mais força e insistência. “O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, reafirmando sua posição ou matizando-a” (BOSI, 1994, p. 453).

Dentro de sua obra, Bosi cita outro pesquisador do tema, Maurice Halbwachs, mas que, segundo ela, não reporta-se especificamente à memória e sim, aos seus quadros sociais. Na perspectiva de Halbwachs, as relações determinadas não se restringem ao universo da pessoa, mas de acordo com a realidade de suas relações com as instituições sociais. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social,

com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54).

A partir do entendimento de que é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde, Bosi aproxima-se das ideias de Halbwachs no entendimento de que lembrar, mais que reviver, é refazer, reconstruir, ressignificar as recordações do passado, com as ideias de hoje, ciente de que é nessa lembrança, e na rememoração, que o passado sobrevive (BOSI, 1994).

A partir de suas considerações sobre os quadros sociais e a sua influência na memória individual e coletiva, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo: e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação (HALBWACHS *apud* BOSI, 1994, p. 408).

Para que a memória tanto coletiva quanto individual seja evocada ou discutida, vários são os suportes ou extensões: a memória a partir de um cheiro, de um barulho, um gesto, um objeto ou despertada por uma produção fílmica, um documento escrito, um arquivo de áudio, uma fotografia. Que tipo de informação nova pode ser acionada a partir do contato visual de um pioneiro com uma fotografia dos primórdios da sua colonização? Qual o poder da fotografia com relação à memória pioneira de Itaipulândia? O que uma fotografia pode recordar a quem a vê?

Cientes da relação entre o movimento da memória, sua relação com a identidade, com a oralidade e com suas contribuições à história, a fotografia surge como ferramenta de comunicação fundamental para incitar o funcionamento desse elo, atuando democraticamente como investigadora de novas informações históricas e sociais.

É preciso considerar ainda que, como já apresentado nos apontamentos acima, as recordações e lembranças que podem ser acionadas pelo gatilho da memória estão intrinsicamente ligadas à tradição e ao ambiente no qual o indivíduo pioneiro está inserido. Por isso, parte fundamental e importante dessa pesquisa é contextualizar as imagens utilizadas e selecionadas para compor o *corpus* de análise, bem como a vida da fonte pioneira<sup>16</sup>. Embora

---

<sup>16</sup> Tal etapa será realizada nos capítulos seguintes da pesquisa.

não se apresente como parte integrante da proposta metodológica, tal etapa é essencial para a compreensão plena do processo de rememorar fotográfico.

### 2.1.2 Fotografia como Disparadora do Gatilho da Memória

A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória é desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e consiste na utilização de fotografias para apresentação em entrevistas, com o intuito de identificar novas recordações despertadas no entrevistado, por meio da visualização do material fotográfico. No caso da pesquisa aqui apresentada, as fotografias serão aplicadas aos pioneiros do município de Itaipulândia, no oeste do Paraná.

O estudo de tal aplicação metodológica surgiu como um desdobramento das pesquisas e discussões realizadas dentro do grupo de pesquisa e foi aplicado efetivamente na pesquisa de mestrado de Maria Luisa Hoffmann, em 2010. Intitulado *Guardião de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina*, o trabalho foi o primeiro de uma série de novos projetos que viriam a aplicar e aprimorar a proposta metodológica, com o propósito de consolidá-la como uma metodologia de pesquisa na área de Comunicação, por meio da ferramenta comunicacional fotográfica.

De modo geral, os projetos seguintes voltaram-se à história e a acontecimentos em municípios de emancipação recente, cuja memória pioneira para a aplicação da entrevista oral e um acervo fotográfico consistente estariam disponíveis sem grandes objeções.

Segundo Hoffmann (2010), desde o início da concepção da metodologia pelo grupo de pesquisa, havia a ciência de que o termo “gatilho da memória” pode já ter sido utilizado por outros autores, mas para referir-se ao acionamento da memória por meio da imagem, e não como uma ferramenta metodológica de pesquisa e aplicação. Sabe-se também, que outros suportes ou elementos podem acionar a memória como um cheiro, uma música, um objeto, mas a apresentação da fotografia tem, nesse contexto, uma atribuição fundamental.

Neste estudo, ao mesmo tempo em que a fotografia traz à tona lembranças, o sujeito entrevistado reorganiza suas memórias e sua narrativa em função de imagens. O registro fotográfico é valorizado como instrumento de pesquisa e como documento de importância histórica (HOFFMANN, 2010, p. 20).

A pesquisadora destaca ainda que a fotografia pode ser um meio de obter informações inéditas ou mesmo confrontar, questionar ou validar dados disponíveis em outros tipos de documentos. Aspectos duvidosos ou dúbios podem ser revelados a partir da apresentação e

verificação das fotografias, auxiliando assim, a recuperação de fatos e registros que não foram gravados em outros suportes (HOFFMANN, 2010).

Após a execução e finalização da pesquisa de Maria Luisa Hoffmann, outros projetos utilizaram a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória em suas pesquisas, partindo das considerações apontadas por Hoffmann (2010) e pelos pesquisadores sequentes. O objetivo é a cada novo estudo ponderar, refletir sob as arestas e solidificar a sistematização da metodologia no universo da pesquisa científica em Comunicação.

Na aplicação seguinte, realizada por Juliana de Oliveira Teixeira (2013), a autora elaborou três etapas de composição para a metodologia. A primeira consiste na pesquisa com fontes documentais. Este é o momento onde o pesquisador inicia seu estudo acerca do material histórico disponível sobre o fato ou período recortado para o estudo, interessando-se principalmente em levantar informações e dados de registro oficial, apresentando a história que consta nos documentos e arquivos tradicionais. Livros, museus ou acervos públicos e municipais são as fontes mais indicadas e utilizadas pelo pesquisador nesse primeiro estágio.

Após essa fase de pesquisa, deve-se realizar um levantamento dos pioneiros/entrevistados vivos e aptos à entrevista para seleção e inserção na pesquisa. Não há um número estipulado.

O segundo momento da pesquisa, já com os pioneiros selecionados, direciona-se à seleção e análise do material fotográfico que será utilizado na entrevista e irá compor o portfólio do estudo. Nesse momento, Teixeira (2013) indica que duas concepções diferentes devem ser consideradas para compor o material fotográfico do estudo.

A primeira é a metodologia de análise de imagens proposta por Erwin Panofsky que divide o estudo imagético em três instâncias diferentes – pré-iconográfica, iconográfica e iconológica [...]<sup>17</sup>. A segunda concepção que determinará a escolha é a noção de lugar de pertencimento, abordada em estudos antropológicos<sup>18</sup>. De acordo com esse conceito há uma ligação entre o indivíduo e a coletividade. Por essa razão, uma identidade relacionada ao local que esse indivíduo se reconhece é construída ao lado de sua identidade particular. Dessa maneira, estabelecem-se lugares de pertencimento, capazes de gerar sentimentos, relações de afeto (TEIXEIRA, 2013, p. 30).

No terceiro estágio, a ação final do pesquisador é a produção de um roteiro para a entrevista, baseado nas informações coletadas nas etapas um e dois. Como já sinalizado

---

<sup>17</sup> Tais conceitos serão desdobrados no capítulo 6.

<sup>18</sup> Na presente pesquisa, tal relação é discutida ainda nesse capítulo.

anteriormente, por envolver lugares de pertencimento, a sistematização de divisões da entrevista pode utilizar-se de tópicos simples e claros, que envolvem o período de recorte, neste caso, o processo de emancipação de Itaipulândia. Assim, divisões temáticas relacionadas à saúde, educação, transporte, política, são facilitadores (TEIXEIRA, 2013).

Na sequência, os encontros com os pioneiros devem ser agendados, respeitando as práticas e preceitos determinados pela história oral, bem como a estrutura pré-determinada para a entrevista: uma primeira etapa, seguindo o roteiro elaborado, sem a apresentação ou menção as fotografias; e em seguida, quando o entrevistado esgotar suas informações e recordações orais, o portfólio de fotografias é apresentado, “de preferência uma a uma” (TEIXEIRA, 2013, p. 31).

Por fim, cabe ao pesquisador investigar e esmiuçar, perante a análise das entrevistas, as informações novas acionadas na memória do entrevistado, a partir da visualização fotográfica.

Ressalta-se ainda que, as três etapas elaboradas por Teixeira (2013) resultaram do estudo realizado por Hoffmann (2010) e de testes posteriores realizados, a fim de refinar a aplicação, para atingir os rigores impostos à ciência, buscando consolidar a metodologia de pesquisa.

## 2.2 FOTOGRAFIA E HISTÓRIA

Em sua obra *Testemunha ocular: história e imagem*, Peter Burke é categórico ao afirmar que “toda imagem conta uma história” (BURKE, 2004, p. 175). O interesse principal de sua obra é enfatizar o uso de imagens como evidência histórica, na qual tais produções têm espaço ao lado de textos e testemunhos orais. A partir de uma crítica ao uso das imagens pelos historiadores, a qual ele denomina como invisibilidade do visual, Burke (2004) expõe de modo eficiente e sólido as potencialidades da imagem como subsídio de pesquisa, permitindo o testemunho de diferentes crenças, religiões, objetos e costumes ao longo do tempo, e das transformações nas formas de produção da imagem.

Componentes valiosos na cultura cotidiana de pessoas comuns, “uma vantagem particular do testemunho de imagens é a de que elas comunicam rápida e claramente os detalhes de um processo complexo, como o da impressão, por exemplo, o que um texto leva muito mais tempo para descrever, de forma mais vaga” (BURKE, 2004, p. 101).

O caráter democrático e acessível das imagens é evidenciado também pelo autor Boris Kossoy (2001), quando dedica-se a estudar a relação da fotografia com os fatos históricos.

Como um produto da Revolução Industrial, a fotografia surge para inovar a forma de conhecimento e informações, surgindo como um importante apoio à ciência e a arte.

O registro dos fatos sociais e políticos, os costumes e expressões sociais, as transformações das paisagens, da cidade, as grandes obras e guerras foram os temas que capturavam os olhares dos fotógrafos por diversos anos, ao longo da história da fotografia. Foram esses olhares que se espalharam pelo mundo e foram tornando-o de certa forma “familiar”, com o advento da prática fotográfica (KOSSOY, 2001, p. 26).

Assim como Burke (2004), Kossoy (2001) discute a legitimidade e a absorção da fotografia como fonte de material e pesquisa histórica, destacando suas potencialidades e forças como subsídio histórico e social.

É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a imagem-miniatura de seu referente: reflexos de existências/ocorrências conservador congelados pelo registro fotográfico. Conteúdos que despertam sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimento e informação para outros que observam livres de paixões, estejam eles próximos ou afastados do tempo e da época em que aquelas imagens tiveram origem. Desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por vezes, os documentos (KOSSOY, 2001, p. 28).

Para que a fotografia, de fato, possa ser utilizada como ferramenta de pesquisa e fonte de estudos históricos, deve passar pelos mesmos critérios e rigores de qualquer outra fonte de pesquisa. Com relação à produção fotográfica, Kossoy (2001) considera que, para sua análise e estudo, devem ser avaliadas as condições de sua produção.

Segundo o autor, deve-se considerar na análise fotográfica, seu processo e seu vínculo com o momento histórico em que foi produzida. O contexto social em que está inserida tem muito a dizer acerca da imagem como fonte e como objeto de estudo. A captura fotográfica integra “determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético [...]” (KOSSOY, 2001, p. 39) e, conseqüentemente, traz informações acerca da tecnologia utilizada para documentar tal fragmento do real, em um recorte de tempo específico. O olhar do fotógrafo, suas intencionalidades, preferências e percepções também surgem como intermediários no processo, influenciando no resultado fotográfico<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> O olhar do fotógrafo, embora apontado como uma consideração importante em uma investigação fotográfica, não será esmiuçado e utilizado na presente pesquisa e análise. A maioria das imagens selecionadas não possui identificação quanto ao fotógrafo que a produziu.

O que Kossoy (2001) apresenta e discute dentro das análises e pesquisas com fontes fotográficas é que se deve ter com ela, o mesmo rigor e ciência de influências que existem com outras fontes documentais. Sabe-se que todo relato do passado está contaminado por intermediários. Seja em fontes escritas, orais ou visuais. É impossível estudar ou pesquisar história sem intermediários. Os próprios historiadores assumem, dentro do universo da história, um papel de intermediador dos fatos para a sociedade em geral.

Desse modo, as dúvidas e investigações acerca da utilização da fotografia dentro da perspectiva e da narrativa histórica deve levar em conta três elementos constitutivos: o assunto, cujo tema reflete determinado propósito e intenção, tendo em vista o recorte de um olhar, em detrimento de tantos outros; o fotógrafo, que optará por questões técnicas e estéticas em escala individual; e a tecnologia, equipamentos que influenciarão na qualidade e nas características do produto final, neste caso, a fotografia (KOSSOY, 2001, p. 38). O espaço de produção, localização geográfica onde se deu o registro, bem como o tempo, época, data, também devem ser detectados nos estudos históricos, tendo em vista que, em toda produção de fotografia, eles surgem como elementos constantes e notórios.

Outra contribuição importante do autor acerca do universo e da compreensão da fotografia é a ciência de suas duas realidades. Segundo Kossoy (2001), a fotografia, em seu conteúdo, representa, primordialmente, uma interrupção do tempo. É um fragmento selecionado do real que “permanecerá para sempre interrompido e isolado na bidimensão da superfície sensível” (KOSSOY, 2001, p. 44). A partir do momento em que o processo de produção se encerra, o fragmento do real recortado, está congelado para sempre, no material iconográfico.

Sem antes, nem depois; é este um dos aspectos mais fascinantes em termos do instante contínuo recortado da vida que se confunde com o nascimento do descontínuo do documento (KOSSOY, 2001, p. 44).

É a partir do processo completo de produção da fotografia, que, para o autor, inicia-se uma nova etapa de sentido, uma nova realidade. “Inicia-se, portanto, uma outra realidade, a do documento: a segunda realidade: autônoma por excelência. Inicia-se um outro processo: o da vida do documento. Este não apenas conserva a imagem do passado, faz parte do mundo: ‘ele pode mesmo ser fotografado’” (KOSSOY, 2001, p. 44).

Tendo em vista os critérios, as potencialidades e especificidades do campo da fotografia, o autor aponta para tal ferramenta como um importante meio de recuperação de informações, em diferentes aspectos para estudos históricos, mediante o exame técnico-



iconográfico e interpretativo dela como fonte. Um subsídio para a história e para a memória. É neste sentido que, na presente pesquisa, se apresenta e faz-se uso da fotografia como material de pesquisa, a partir da compreensão dela como material disparador para a memória e como subsídio a evidências históricas.

Assim as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas de arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural (KOSSOY, 2001, p. 55).

### 2.3 MEMÓRIA E IDENTIDADE

O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: ‘a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele’ (CANDAU, 2012, p. 9).

Somos balizados e condicionados ao tempo. Segundo Joel Candau<sup>20</sup>, em sua obra *Memória e identidade* (2012), nenhum de nós escapa dessa condenação, a qual condicionamos nossas relações. E exatamente o fluxo do tempo, prestes a sempre desaparecer e tornar-se ligeiramente passado, que torna-se por isso, uma ameaça constantes a grupos e indivíduos em suas existências e manifestações.

Segundo o autor, é somente a memória quem nos dá a sensação de que, o momento ou tempo passado não está definitivamente perdido ou inacessível. Pode-se revivê-lo e rememorar-lo por meio da lembrança. “Pela retrospecto o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente” (CANDAU, 2012, p. 15).

Candau diz que há, entre memória e identidade, uma dialética constante, onde o trabalho da memória atua diretamente na construção do sujeito. Restituir-lhe a memória, é assim, por consequência, restituir sua própria identidade. Sempre em movimento, a memória é constantemente atualizada, ressignificada, reordenada. Ora nos modela, ora por nós é modelada.

---

<sup>20</sup> A inserção de Joel Candau (2012) como único autor para referenciar tal temática justifica-se pelo fato de Candau defender a história sob a ótica do sentimento. Na presente pesquisa, os sentimentos são acionados a partir das emoções e reações despertadas por meio da visualização do suporte imagético (a fotografia).

“Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2012, p. 19). Complementares, Candau ressalta a importância de se conhecer as diferentes maneiras de manifestação da memória, variante entre indivíduos e grupos, e as distingue em força e grau de expressão.

Primeiramente, o autor divide as memórias em instâncias de força, separando-as em memórias fortes e memórias fracas. Como instâncias presentes e divididas dentro desses níveis, há a protomemória, a memória de alto nível/evocativa e a metamemória. Podendo ser confundida com a memória *habitus*, definida por Bourdieu (2009 *apud* CANDAU, 2012, p. 21), a protomemória é “uma memória de baixo nível”, que ocorre de modo quase “imperceptível”, “sem tomada da consciência”. São aprendizagens primárias que nos dão um sentido prático como caminhar ou comer (CANDAU, 2012).

A memória de alto nível é “essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc)” feita também pelo próprio esquecimento que “pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória”.

Por fim, a metamemória, que é “por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo a seu passado’” (CANDAU, 2012, p. 23).

É importante ressaltar que tal classificação feita pelo autor refere-se apenas à instância individual da memória. Quando tratamos de recordações de grupos, apenas a metamemória pode ser encontrada, apresentando um estatuto diferente de quando aplicada a memória individual. “A expressão ‘memória coletiva’ é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2012, p. 24). Segundo ele, “da confusão entre a metamemória e memória coletiva pode resultar igualmente a ilusão de uma memória compartilhada” (CANDAU, 2012, p. 34).

Quando vários informantes afirmam recordar como eles acreditam que os outros recordam, a única coisa atestada é a metamemória coletiva, ou seja, eles acreditam se recordar da mesma maneira que os outros se recordam. [...] A realidade dessa memória, por outro lado, parece poder ser deduzida da existência de atos de memória coletiva, existência facilmente verificável com a ajuda de dados empíricos:

comemorações, construções de museus, mitos, narrativas, passeios dominicais em um cemitério etc. Ora, a existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado (CANDAUI, 2012, p. 24-35).

Assim, mesmo que os indivíduos tenham suas lembranças advindas da mesma fonte, para o autor, o cérebro de cada um será responsável por guiar diferentes caminhos e compreensões. Quando nos referimos à identidade, Candau considera que a definição se torna mais difícil, podendo ser um estado, com informações variáveis como endereço, altura, idade; ou uma representação, a ideia que tenho de minha identidade própria, de quem sou. Se partirmos para a escala coletiva, a complexidade atinge proporções ainda maiores.

Na categoria de memórias fortes e fracas, as primeiras referem-se a uma memória de massa, coerente, “organizada no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade”. Já a “memória fraca ou memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente intangível” (CANDAUI, 2012, p. 44). Pode ser desagregadora no sentido de desestruturar a organização do grupo.

Nesse sentido, entende-se que é possível o firmamento de uma memória coletiva, quando o contexto é fruto de uma memória forte, enraizada em tradições culturais. A memória compartilhada é, dessa maneira, resultado de recortes, acréscimos e de seleção, feitas sempre em referência às heranças tradicionais.

A perda de memória é, dessa maneira, também a perda de identidade. “Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo, como no espaço) conferindo-lhe sentido” (CANDAUI, 2012, p. 61). Mesmo assim, segundo Candau, o esquecimento não pode ser considerado como uma perda. Por vezes, muito além de ser uma falha da memória, sua ocorrência pode se tornar um dispositivo de defesa, de proteção à própria representação individual. “Essa experiência pode estar carregada de impressões insuportáveis, quer dizer, lembranças que não se ousa confessar aos outros e, sobretudo, a si próprio, pois elas colocariam em risco a imagem que se faz de si mesmo” (CANDAUI, 2012, p. 64).

Novamente relacionando a memória e a identidade ao tempo, o autor estabelece uma relação direta de efeito entre a amplitude da memória do tempo passado e as representações de identidade.

Por vezes a memória contrai o tempo, como quando tentamos nos lembrar de um tempo sem acontecimentos, como o tempo de cativo ou de uma longa doença. Fica então debilitado em nossas lembranças um tempo que teve uma duração longa. Em outras circunstâncias, ao contrário, a memória confere ao tempo uma extensão maior, esforçando-se em eternizar o passado, como se pode observar em lembrança do ritmo de um ritual. Percebe-se tanto em seu caso como no outro, que o ato de memória isola os acontecimentos e os esvazia da duração (CANDAUI, 2012, p. 88).

Por isso, na relação entre tempo e memória, compreende-se que um tempo vazio de acontecimentos, é também, um tempo vazio de memórias. E que ela, a memória, portadora de uma estrutura atualizadora, possível de futuro, é, uma memória viva (CANDAUI, 2012).

Traçando paralelos fundamentais de diferenças entre história e memória, em que sabe-se que “a história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora. Ali onde a memória se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele” (CANDAUI, 2012, p. 132-133), o autor não exclui os historiadores da influência e do trabalho da construção social da memória, onde, por consequência, a história responde, desse modo, também a identidade. Embora trabalhem para dela se proteger, alguns traços lhe são emprestados.

É assim que, para Candau, “a história é, por essa razão, a ‘filha da memória’” (2012, p. 133). E nesse contexto, a fotografia, enquanto documento histórico e acionador da memória, é também, um meio identitário.

Entre as várias razões que se conhecem para o sucesso da prática da fotografia em todos os meios sociais está certamente a maneira cômoda com a qual essa ‘arte moderna’, que é uma arte de memória, permite representar materialmente o tempo passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem. Mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum, o sujeito faz da fotografia o ‘suporte de uma narrativa possível’ dele próprio ou de sua família (CANDAUI, 2012, p. 90).

### 2.3.1 Memória, Identidade e Espaço

Em *A memória coletiva*, o autor Maurice Halbwachs (1990) relaciona o espaço físico e sua composição à nossa memória e identidade. Para ele, o espaço atua como um elemento evocativo de lembranças pessoais e coletivas. Ao passarmos determinados momentos em um local, transferimos para ele, o sentimento vivido, seja ele bom ou ruim. Quando há uma vivência em grupo, uma vida em comunidade, o lugar passa a receber a marca desse grupo que consolida um sentido único para seus membros.

O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é quase inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (HALBWACHS, 1990, p. 133).

Além disso, o espaço e nossa identificação com ele estão diretamente ligados ao nosso equilíbrio mental, a partir do momento em que encontramos nele, elementos comuns à nossa memória social e afetiva. Quando os objetos materiais que temos contato diário pouco se modificam, temos a sensação de estabilidade, ordem e quietude. Eles compõem uma “sociedade silenciosa e imóvel” que, nos causam sensação de regularidade e equilíbrio.

Desse modo, mudanças bruscas e repentinas de território ou no território em que vivemos, nos causam sensações de desarmonia, desorganização, incômodos e desordens. “Quando algum acontecimento nos obriga também a nos transportarmos para um novo entorno material, antes de a ele nos adaptarmos, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssemos deixado para trás toda a nossa personalidade [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 131).

Do mesmo modo, é o espaço físico, nossa memória e identificação com relação a ele que, por outras vezes, nos passam a sensação de calma e normalidade social, em meio a crises que não afetam a estrutura física do ambiente. Por exemplo, se há um conflito político na cidade, que divide a população, mas as casas, as ruas, os prédios permanecem iguais, a sensação de conflito é enfraquecido. “É por isso que o efeito da agitação, que abala a sociedade sem alterar a fisionomia da cidade, atenua-se [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 134). Mas, se há intervenções nesse espaço, a crise desponta rapidamente.

Também dedicando-se ao estudo acerca da relação imagética com o espaço em que vivemos, Kevin Lynch, na obra *A imagem da cidade* (1999), evidenciou a importância da clareza e da legibilidade para a cidade, considerando não apenas a cidade propriamente, mas também o modo como seus habitantes a percebem.

A partir do estudo e análise de três cidades norte-americanas (Boston, New Jersey e Los Angeles) e da percepção dos seus moradores sobre a mesma, o autor apontou como elo estratégico fundamental para a orientação, a imagem ambiental, ou seja, “o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador” (LYNCH, 1999, p. 4).

Com base nas entrevistas coletadas, o autor compreende que tal imagem é resultado tanto das sensações imediatas provocadas pela imagem física da cidade, quanto de

lembranças, de memórias visuais referente a experiências passadas. É através dessas lembranças que interpretamos e decidimos nossas ações perante novas informações visuais e físicas. Por isso, a importância de reconhecer a imagem do ambiente e ter uma compreensão clara do seu entorno, é fundamental para o equilíbrio e desenvolvimento do indivíduo, oferecendo a ele a sensação de segurança emocional.

Sobre a cidade e sua composição Lynch (1999) aponta-a como “um símbolo poderoso de uma sociedade complexa” (LYNCH, 1999, p. 5), em que seus termos e elementos visuais, podem adquirir significados identitários e importância expressiva para seus habitantes, se partir de uma organização legível, prática e comum.

Um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação do grupo. Uma paisagem admirável é o esqueleto sobre o qual muitas raças primitivas elegem seus mitos socialmente importantes (LYNCH, 1999, p. 5).

### 2.3.2 Lugar e Não-lugar

O autor Marc Augé, em sua obra *Não-lugares* (1994), discute a diferença entre lugares de pertencimento e lugares de passagem. Caracterizando o primeiro como lugar antropológico, fruto de uma relação ampla de identificação, aproximação e permanência, entende o segundo como resultado da transformação da sociedade e das relações vazias, rápidas e passageiras do homem contemporâneo com seu espaço, definindo-o como não-lugar.

Para Augé, a mudança acelerada da sociedade, bem como a vivência do excesso e do instantâneo, são características do que ele denomina como supermodernidade; e tais fatores, próprios do universo contemporâneo, desencadearam transformações em nossa relação com o espaço. “O mundo da supermodernidade não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar” (AUGÉ, 1994, p. 37).

Para o autor, é evidente que se discuta a transformação espacial a partir das mudanças sociais e nas suas relações, tendo em vista que discutir o espaço é também discutir a própria identidade do grupo ou da comunidade que nele habita. É o “dispositivo espacial” que “exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido” (AUGÉ, 1994, p. 45). Assim, entende-se por lugar antropológico,

Àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. É porque toda antropologia é antropologia dos outros, além disso, que o lugar, o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. O lugar antropológico tem escala variável (AUGÉ, 1994, p. 51).

Em oposição a esse, para caracterizar um não-lugar, leva-se em conta novamente o fator de identidade. E se ele é capaz de definir o que é um lugar antropológico, é a ausência desse caráter que definirá também o que se compreenderá como não-lugar. Marc Augé (1994) defende que a supermodernidade é uma constante produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não se definem como lugares antropológicos, desvinculados de história e memórias.

Vê-se bem que por não lugar designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária (AUGÉ, 1994, p. 87).

Compreende-se assim que, para qualificar um ambiente como lugar ou não-lugar, deve se considerar a relação do homem para com ele e sua identificação, ciente de que é a partir de tais fatores que se possibilita criar “as condições de uma memória que se vincula a certos lugares e contribui para reforçar seu caráter sagrado” (AUGÉ, 1994, p. 57).

### 2.3.2.1 O espaço e o caráter do lugar

“É evidente que o lugar faz parte da existência. Então, o que se quer dizer com a palavra lugar?” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 444). O teórico norueguês Christian Norberg-Schulz ao estudar a fenomenologia do lugar questionou-se sobre ao que nos referimos, o que entendemos e compreendemos quando nos reportamos a tal palavra. É evidente que, a princípio, ao pensarmos em lugar, imaginemos determinado ambiente, localização e por vezes, coisas concretas de substância material, textura, entre outras. Mas, para o autor, lugar significa mais do que uma localização.

Segundo Norberg-Schulz, o fenômeno do lugar possui uma estrutura que pode ser classificada como “paisagem” e “assentamento” e analisadas segundo as categorias de “espaço” e “caráter”. Nessa classificação, o espaço está ligado à organização tridimensional

dos elementos que compõe e integram o lugar. Já o caráter indica a atmosfera como propriedade mais pertinente ao lugar. Ambos, de acordo com o autor apresentam uma relação de interdependência e co-existência (NORBERG-SCHULZ, 2006).

Desmembrando tais conceitos, Norberg-Schulz admite que quando se discute sobre espaço, o mesmo não surge como uma nova teoria dentro da arquitetura, mas que pode alcançar outros significados. Na literatura, por exemplo, o espaço é utilizado tanto como geometria tridimensional, quanto como campo de percepções. Para ele, ambas são insatisfatórias para a fenomenologia do lugar por prenderem-se à estrutura do espaço concreto.

Nesse ponto, Norberg-Schulz introduz o urbanista Kevin Lynch como referência ao estudo de elementos que embasam e orientam as pessoas no espaço, fortalecendo a ideia de que tal sentimento favorece, segundo o escritor, a sensação de pertencimento e identificação com o espaço em que o indivíduo se insere (NORBERG-SCHULZ, 2006). A composição de interior e exterior formada a partir dos elementos apresentados por Lynch sugerem à Norberg-Schulz que os espaços possuem graus variados de extensão e cercamento, redefinindo as estruturas de paisagem e assentamento.

Enquanto as paisagens se diferenciam por terem extensões variáveis, mas basicamente contínuas, os assentamentos são entidades muradas entre fronteiras. Portanto, assentamento e paisagem mantêm entre si uma relação de figura-fundo. De modo geral, tudo o que fica encerrado se manifesta como 'figura' contra o vasto fundo da paisagem. O povoamento perde sua identidade quando tal relação se corrompe, da mesma forma como a paisagem perde sua identidade de ampla extensão (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 450).

Com relação ao caráter do lugar, Norberg-Schulz compreende esse conceito como, simultaneamente, mais geral e mais concreto do que o espaço. Ele vai indicar, ao mesmo tempo, a atmosfera abrangente e geral, bem como a forma e a substância concreta dos elementos que o definem. Toda presença real está diretamente ligada ao caráter do lugar e geralmente, todos os lugares possuem um caráter. Essa é a qualidade peculiar, que até certo ponto, é uma função do tempo e refere-se à maneira básica de como o mundo nos é dado. "Ele muda com as estações, com o correr do dia, e com as situações meteorológicas, fatores que acima de tudo, determinam diferentes condições de luz" (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 451).

Como consequência, somente a partir do que lhe é oferecido pelo lugar, o homem passa a construir o próprio espaço. "Em outras palavras, o homem 'recebe' o ambiente e faz



convergir para ele as construções e as coisas. Desse modo, as coisas ‘explicam’ o ambiente e evidenciam seu caráter” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 452). Assim, observa-se o solo, o céu, as fronteiras, os elementos e marcos do espaço, para então, formarmos o caráter do lugar. Nesse processo de observação e formação dos lugares construídos pelo homem, o autor estabelece três formas básicas de relacionamento com a natureza.

Em primeiro lugar, o homem deseja fazer a estrutura natural mais exata. Isso é, ele quer *visualizar* ‘seu modo de entender’ a natureza, dando ‘expressão’ à base de apoio existencial que conquistou. Para tanto, ele *constrói* o que viu: onde a natureza insinua um espaço delimitado, constrói uma área fechada; [...]. Em segundo lugar, o homem tem de *simbolizar* seu modo de entender a natureza (inclusive ele mesmo). A simbolização implica ‘traduzir’ para outro meio, um significado experimentado. Por exemplo, um determinado caráter natural é traduzido em uma construção cujas propriedades de algum modo o exprimem. [...] Finalmente, o homem precisa *reunir* os significados aprendidos por experiência a fim de criar para si mesmo uma *imago mundi* ou microcosmo que dê concretude a esse mundo. A reunião desses significados depende, é claro, da simbolização e pressupõe uma transposição de sentidos para um lugar, que por isso, assume o caráter de um ‘centro’ existencial. Visualização, simbolização e reunião são aspectos do processo geral de fixar-se num determinado lugar; e habitar, no sentido existencial da palavra, depende dessas funções (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 453).

Conforme o autor, a palavra habitar indica as relações entre o homem e o lugar. “Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 455). Nessa condição Norberg-Schulz denomina de orientação e identificação as duas funções psicológicas desse estado, partindo do entendimento que para conseguir uma base sólida na existência ele necessita saber onde está, se localizar; bem como saber como está, como identifica-se nesse meio.

A ideia de identificação aqui apresentada indica a existência de uma relação amistosa com determinado ambiente, onde exista um caráter, uma atmosfera e um espírito de pertencimento do indivíduo com relação ao local que ele habita. O ambiente apresenta-se como portador de um significado que corresponde a relação do mundo interior e exterior do homem, entre seu corpo e espírito. Por isso, é a identidade humana que pressupõe a identidade do lugar (NORBERG-SCHULZ, 2006).

Identificação e orientação são aspectos essenciais do estar-no-mundo do homem. Enquanto a identificação é base do sentimento de *pertencer*, a orientação é a função que o torna capaz de ser aquele *homo viator* [homem peregrino] que faz parte da sua natureza. Caracteristicamente, o homem moderno, por muito tempo, deu ao peregrino um papel de honra. Ele desejou ser ‘livre’ e conquistar o mundo. Hoje começamos a compreender que a verdadeira liberdade pressupõe um sentimento de pertencer e que

‘habitar’ significa pertencer a um lugar concreto (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 458).

Considerando a história e as profundas transformações na paisagem e no espaço do município de Itaipulândia, o caráter do lugar pode ter se modificado para os moradores da cidade? Qual o sentimento gerado por meio da mudança no espaço da comunidade? A identidade do grupo nas vilas foi alterada a partir dela? A fim de buscar informações sobre essas questões, a autora percorreu um caminho de pesquisa documental e de campo para se aproximar da identidade e das memórias compartilhadas pela comunidade.

### 3. A PROPOSTA METODOLÓGICA: APLICAÇÃO CONTRIBUTIVA E OS CAMINHOS DA PESQUISA

A relação da fotografia com o universo da memória, a partir da utilização da mídia fotográfica como ferramenta de acionamento de lembranças e recordações nos pioneiros de Itaipulândia. Esse é um dos principais objetivos da presente pesquisa que, ampara-se nos estudos científicos já realizados utilizando a proposta metodológica, bem como as aplicações e apontamentos dos autores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina.

Desde 2010, diferentes recortes temporais e geográficos são delimitados para aplicação e lapidação de tal ferramenta de estudo, lançada pelos pesquisadores do grupo *Comunicação e História*, com o intuito de estruturar, a partir de todo o rigor científico, o novo procedimento metodológico.

Nos projetos já desenvolvidos a partir do plano de sistematização da presente proposta metodológica de pesquisa, dois deles centraram-se em período de emancipação e de recordação da memória pioneira. O primeiro deles foi também o pioneiro da proposta apresentada, realizado pela pesquisadora Maria Luisa Hoffmann (2010)<sup>21</sup>, que investigou a relação de pertencimento de um pioneiro londrinense com sua cidade, a partir de produções fotográficas.

O segundo estudo aplicado ao processo histórico de formação de municípios foi desenvolvido por Juliana de Oliveira Teixeira (2013)<sup>22</sup> e concentrou-se na formação de Telêmaco Borba, cidade dos Campos Gerais do Paraná.

Como uma terceira aplicação temporal-espacial, esse estudo debruça-se ao processo histórico de formação e emancipação do município interiorano de Itaipulândia. A cidade é fruto da junção de comunidades do interior de São Miguel do Iguçu, das quais uma delas, Itacorá, foi extinta pela formação do lago de Itaipu, no período de construção da usina. Aparecidinha d'Oeste, comunidade central da microrregião, tornou-se a atual sede do município, a partir da emancipação.

Assim, a pesquisa desloca-se para a região do extremo oeste do Paraná, caracterizada pela forte presença de municípios de pequeno porte e insere na relação de estudos já

---

<sup>21</sup> Pesquisa de mestrado intitulada Guardiã de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000160993>

<sup>22</sup> Pesquisa de mestrado intitulada A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à memória de Telêmaco Borba – PR (1950- 1969). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000182453>

realizados, a cidade com processo emancipatório mais recente, que conta apenas com 25 anos de formação. O intuito é atualizar e buscar novas informações a respeito do processo de transformação de Aparecidinha d'Oeste em Itaipulândia, explorando a riqueza de conteúdo do material fotográfico.

### 3.1 FORMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Em sua pesquisa, Teixeira (2013) aponta que o início da produção e da formação do objeto de análise se encontra na identificação e restrição do problema de pesquisa. É somente a partir de uma definição clara e delimitada acerca do objetivo ao qual o estudo se propõe investigar, bem como a qual inquietação do pesquisador o projeto se propõe a resolver e refletir, é que uma proposta se solidifica e encontra amparo na ciência para se desenvolver.

O encontro da pesquisadora com o presente estudo teve início no período de produção e elaboração do projeto de pesquisa para ingresso no programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde teve conhecimento das análises realizadas por Adgélzira Capeloti Pereira (2015), que fez uso da proposta metodológica aplicada à recuperação histórica da construção da usina hidrelétrica de Capivara, a partir de memórias de antigos trabalhadores da cidade de Iepê, no interior de São Paulo.

A partir da ciência de tal proposta metodológica e das aplicações já realizadas em municípios de histórias recentes, a presente autora se propôs a aplicá-la no município onde sua reside com sua família há 23 anos, tendo em vista a funcionalidade da aplicação a partir das ideias propostas e a lacuna de produções científicas acerca do município de Itaipulândia e de sua história. Soma-se ainda ao contexto, a aproximação e identificação da autora com a área da fotografia e da memória, cujos universos permeiam suas pesquisas científicas desde o início de suas produções, ainda na graduação. Sendo assim, a pesquisadora delimitou inicialmente, debruçar-se sobre o período emancipatório do município, a partir da formação do lago de Itaipu.

**Tabela 3 - Problema e objetivos definidos em projeto de pesquisa inicial**

PROBLEMA DE PESQUISA	OBJETIVO GERAL
De que modo a fotografia funciona com gatilho de memória dos pioneiros de Itaipulândia acerca da emancipação da cidade?	Refletir sobre a fotografia enquanto ferramenta de estímulo à memória, a partir das imagens do acervo municipal <i>Casa da Memória</i> , durante o período de emancipação de Itaipulândia, município lindeiro do oeste do Paraná.
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
	Identificar como a fotografia contribui para a construção visual da história do município;
	Indicar os pontos mais marcantes e recorrentes no depoimento dos pioneiros selecionados, confrontando com o processo de emancipação de Itaipulândia;
	Analisar as características, por meio das fotografias e dos relatos orais, sobre o modo como ocorreu a transformação do distrito Aparecidinha do Oeste para o município de Itaipulândia, recuperando a memória do município.

Fonte: Elaborado pela autora

Durante o período de mestrado, em contato com diversos autores, olhares e com novas informações acerca da história e formação de Itaipulândia, a investigadora pode perceber a necessidade de alterações no projeto. Inicialmente abrangendo apenas o processo de emancipação do município, que ocorre no período pós-formação do lago de Itaipu, a análise não contemplaria uma época importante e marcante para a região e para a formação de Itaipulândia.

Dessa forma, o período pré-formação do lago de Itaipu também passou a ser considerado dentro do universo desse estudo, tendo em vista que a comunidade de Itacorá e seu processo de desapropriação culminaram em grandes transformações. Desse modo, memórias e informações acerca de Itacorá, Aparecidinha d'Oeste, juntamente com seu processo de emancipação, e a formação do lago de Itaipu, integram o recorte temporal da presente investigação científica.

Como já ressaltado, Itaipulândia não possui muitas produções científicas ou materiais publicados acerca de seu percurso histórico, contando com apenas um livro de autoria dos memorialistas Rodison Scarpato e Iria Bruch Bohm (2006). A obra apresenta diversas fotografias coletadas pelos autores em um trabalho de busca documental, bem como diversos depoimentos de moradores antigos. A seleção de depoentes, no entanto, não se restringiu apenas a pioneiros e conta com entrevistas de moradores que chegaram à região nas décadas de 1960, 1970 e até mesmo na década de 1980, pós-formação do lago de Itaipu.

A partir da obra, alguns nomes surgiram e passaram a ser considerados pela autora como possíveis selecionados e também, do mesmo modo, nomes foram descartados, tendo em vista o falecimento de alguns depoentes posteriormente à produção do material de Scarpato e Bohm (2006). Com a consulta ao acervo fotográfico e documentos da época disponibilizados pela Casa da Memória municipal, outros nomes foram conhecidos e também considerados pela autora para uma possível inclusão no estudo.

Embora a Casa da Memória seja o único espaço destinado à preservação da história local na cidade, não há nela, nenhuma listagem ou relação de nomes dos pioneiros. Apenas por meio de uma consulta a documentos escritos e fotografias da época, doadas e arquivadas no museu, é que os nomes passam a surgir. Além disso, pessoas do conhecimento da própria pesquisadora e de sua família, pela antiga residência na cidade, também foram apontados e considerados para o estudo.

Os nomes que integram a lista dos oito depoentes surgiram a partir das investigações realizadas pela autora, tanto na consulta de documentos, quanto a partir de indicações dos próprios entrevistados, que sugeriram nomes relevantes para a aplicação e realização da pesquisa.

### 3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, DOCUMENTAL E O TRABALHO DE CAMPO

Ancorada nos conceitos de fotografia e memória, esse estudo percorre os caminhos da história ao relacionar a imagem fotográfica ao despertar de lembranças e informações. Essa aproximação entre as três vertentes, tão forte no universo social, dialoga ainda com instâncias antropológicas, históricas, sociais e comunicacionais, que tornam essa relação ainda mais complexa e enriquecedora. Para agregar e fortalecer a análise, o processo de revisão bibliográfica acerca dos diferentes aspectos que envolvem a pesquisa foram fundamentais para consolidar sua importância e pertinência social.

Ao falar da aproximação entre o universo da fotografia e da história, houve preocupação em buscar autores que compreendessem e enxergassem nessa ferramenta comunicacional, suas potencialidades informativas e seu caráter contributivo às narrativas históricas. Assim, os autores Peter Burke (2004) e Boris Kossoy (2001) são inseridos à pesquisa de modo a contribuir e incorporar na compreensão e legitimação da fotografia como ferramenta de estudo, fonte e subsídio histórico, rica em informações e contribuições sociais.

A discussão sobre memória faz-se necessária por muitos aspectos, inclusive para ressaltar o quanto o trabalho da memória é importante para a história. Nesse sentido, Joel Candau (2012) apresenta-se não só a partir da relação identitária construída por nossas memórias ou de seu entendimento da maioria da história com relação à memória, mas sim, para evidenciar a funcionalidade de ambas, uma por seu caráter fundador, e outra, por seu poder de legitimar.

Além disso, Candau é introduzido na pesquisa como fonte única para tratar desse aspecto por defender a história a partir de sentimentos. No presente estudo, tais sentimentos são despertados a partir da apresentação do suporte imagético, meio responsável por tocar e evidenciar memórias e subjetividades. Assim, os apontamentos do autor são considerados fundamentais para que a relação entre memória e história seja discutida.

Para acompanhar os diversos movimentos e aspectos da memória, os autores Michael Pollak (1989/1992), Maurice Halbwachs (1990) e Eclea Bosi (1994) contribuem a partir de panoramas reflexivos sobre a memória coletiva e individual, suas compreensões e ligações, bem como os desencadeamentos dessa relação. Quais memórias da região são comuns aos pioneiros? De onde podem vir esses discursos compartilhados? De que modo suas visões, posições e relações sociais interferem no dito e no não-dito pelos depoentes de Itaipulândia?

Quadros sociais da memória, a memória vivida por tabela e a memória do trabalho, são os principais pontos somados a esse trabalho por meio das produções de tais autores, com o intuito de auxiliar a autora a sanar esses questionamentos na pesquisa. Por fim, viu-se ainda a necessidade de localizar o sujeito no espaço e reconhecer sua identidade no território onde está inserido, trazendo assim os apontamentos de Marc Augé (1994) e Christian Norberg-Schulz (2006), com a visão antropológica do pertencer e dos conceitos de lugar e não-lugar.

Ainda em um trabalho de revisão de literatura, os apontamentos, considerações e contribuições dos materiais produzidos e consultados pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História* foi amplamente estudado, a fim de nortear a pesquisa em pontos fundamentais como procedimentos de aplicação da entrevista, pesquisa de materiais, sustentação metodológica,

número e contato com pioneiros, características fotográficas a serem consideradas para a seleção e melhor compreensão dos movimentos da memória dos depoentes ao longo das entrevistas realizadas.

O trabalho somou-se ainda à pesquisa documental que, no presente estudo, possui fundamental importância, a partir da investigação de documentos escritos, orais, visuais e audiovisuais, levantamento e conferência de dados. A consulta a arquivos e materiais da Casa da Memória, entrevistas e busca de referências, bem como o diálogo com os pioneiros, a coleta de seus depoimentos por meio da técnica da história oral e a apresentação das fotografias, são procedimentos firmados e pautados na forte pesquisa de documentos realizada, a fim de que o objetivo de trazer informações sobre a formação e emancipação do município de Itaipulândia seja alcançado.

Desse modo, para que a autora pudesse selecionar as fotografias e compor a listagem com nomes de possíveis entrevistados, o trabalho de pesquisa documental e de campo foram fundamentais. Para isso, considerou-se

Toda informação de forma oral, escrita ou visualizada. A pesquisa documental consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e métodos que facilitam a sua busca e sua identificação (FACHIN, 2001, p. 152).

Em visitas à Casa da Memória para averiguação de materiais e busca de informações, logo percebeu-se um problema de organização de material no museu, bem como de domínio prático e teórico das atividades da Casa pela equipe de atendimento. Embora o espaço esteja em constante funcionamento desde 2002, há apenas quatro anos, um concurso efetivou a atual funcionária que ainda está em fase de conhecimento acerca dos materiais presentes na Casa da Memória. Sem o concurso, as trocas de funcionários em curtos períodos de tempo, eram frequentes.

No primeiro contato com o material fotográfico do acervo neste ano, a informação recebida pela pesquisadora foi de que o conteúdo disponível eram fotografias aleatórias, guardadas em caixas, sem identificação, datas, fontes ou qualquer espécie de ordem ou divisão temática. A autora buscou, então, o contato com os autores da obra *Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história* para averiguar onde encontravam-se os materiais coletados pelo Projeto Memória, que posteriormente, gerou a publicação da obra.



Em 19 de junho de 2017, o autor Rodison Scarpato<sup>23</sup> acompanhou a pesquisadora até o museu da cidade e em uma busca particular, encontrou o material de áudio das entrevistas já realizadas ao longo do Projeto Memória desenvolvido por Scarpato e Bohm. Na visita seguinte da autora à Casa da Memória, o acervo fotográfico histórico, com todas as imagens reunidas e coletadas pelos autores do Projeto, já estavam disponíveis e puderam ser estudadas e catalogadas para a presente pesquisa.

Para seleção dos nomes de possíveis entrevistados, Bohm e Scarpato foram novamente solicitados, indicando pioneiros que foram utilizados como pontapé inicial da autora para as entrevistas. As primeiras indicações dos autores, que realizaram mais de 40 entrevistas para a produção bibliográfica de Itaipulândia, foram a esposa de Pedro Carvalho (já falecido), Senhorinha Carvalho, com a qual a pesquisadora realizou sua segunda entrevista; Guiomar Coradini, primeira depoente da pesquisa; Adolfo Guellere e Jair Heindrickson, nomes também contatados e inseridos na presente pesquisa.

O depoimento coletado com Terezinha Franco foi indicado por Guiomar Coradini, tendo em vista a proximidade em que residiam na época de Aparecidinha d'Oeste. Inácio Wolmuth fora contatado pelo conhecimento da autora de que a família chegara à região desde os primórdios do desenvolvimento regional. Jurema Heindrickson foi inserida ao quadro de depoentes a partir do contato da autora com seu esposo, Jair Heindrickson; e Lotário Knob foi procurado pela própria pesquisadora, pela ciência de sua importância e liderança frente o processo emancipatório.

Ressalta-se ainda que ao longo das disciplinas cursadas pela pesquisadora durante o mestrado, outros trabalhos foram desenvolvidos também relacionados a história local e demandaram pesquisas documentais e de campo, que agregaram significativamente à compreensão e solidificação da pesquisa. A Casa da Memória foi novamente buscada para consulta do acervo fotográfico e do depoimento coletado em áudio por Scarpato e Bohm (2006) do fotógrafo de Itacorá, Waldomiro Klos<sup>24</sup>, em 2004. Uma entrevista<sup>25</sup> com o primeiro prefeito de Itaipulândia e presidente da comissão de emancipação do município, Lotário

---

<sup>23</sup> Atualmente é funcionário público da Prefeitura Municipal de Itaipulândia, na Secretaria de Planejamento. Simultaneamente, auxilia em eventos específicos da Casa da Memória e, junto a esta pesquisa, esteve prontamente disponível para consulta e auxílio em todos os momentos solicitados pela autora.

<sup>24</sup> O fotógrafo faleceu em 2014. Em julho de 2017, a autora visitou e entrevistou sua viúva Neli Klos, para produção do artigo *Waldomiro Klos – Um olhar sobre o fim de Itacorá*, publicado e apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em setembro de 2017, em Curitiba.

<sup>25</sup> A entrevista realizada em agosto de 2016, culminou na produção e publicação do artigo *Itaipulândia e o prefeito pioneiro – a jornada do herói na história de vida de Lotário Knob*, apresentado no VI Encontro Nacional dos Estudos da Imagem, em maio de 2017, em Londrina.

Knob, também foi realizada, colaborando para a compreensão da autora acerca do processo emancipatório.

Além disso, por indicação de Lotário Knob sobre a possível existência de um documentário feito na região na década de 1980, a pesquisadora realizou uma consulta do material audiovisual disponível na Casa da Memória e teve contato com o documentário *Desapropriado*<sup>26</sup>, cuja produção relata a luta dos agricultores e das famílias desapropriadas pela formação do lago de Itaipu, na região oeste, a partir do *Movimento Justiça e Terra*.

A história de luta e conflitos nesse período aproxima-se da situação vivida pela família de Jair e Jurema Heindrickson, indicado à pesquisadora pelos memorialistas Scarpato e Bohm (2006) e inserido no quadro de depoentes.

Todo esse percurso de pesquisa e trabalho de campo, foi bem ressaltado por Teixeira (2013) em sua pesquisa, ao considerar os apontamentos de Lopes (2010b *apud* TEIXEIRA, 2013) que entendem tal trabalho como um campo complexo, onde estão presentes relações e aspectos distintos, que apontam posições dos interlocutores colocados em comunicação. Para Teixeira,

Esse posicionamento não se dá de forma natural ou espontânea, mas por meio de uma relação de conhecimento – um possui o saber especializado, o outro o saber prático. Existe, portanto, uma ‘relação social’ que integra diversos processos de negociação, colaboração e resistência que irão refletir na dinâmica da coleta dos dados e, também, nos resultados da investigação (TEIXEIRA, 2013, p. 71).

Desse modo, faz-se necessário nessa pesquisa, apresentar detalhadamente as condições de contato e de produção das entrevistas realizadas<sup>27</sup>, os universos de vida e trabalho dos selecionados, para que se compreenda, de modo amplo, os discursos, ideologias e percepções dos selecionados, tendo em vista que, segundo Halbwachs (*apud* BOSI, 1994), existem “quadros sociais da memória” que norteiam determinadas ações e visões.

“As relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa, mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais” (BOSI, 1994, p. 54). Há ainda, o entendimento e ciência de que o caminho percorrido e os métodos utilizados foram tomados conscientes da busca por um resultado previsto ou estimado por parte da pesquisadora, sem a presunção de neutralidade metodológica.

---

<sup>26</sup> O documentário serviu de material base para a produção de dois novos artigos: “Lugar e sujeito: a identidade e o pertencimento no documentário *Desapropriado*” e “*Desapropriado*: uma memória em disputa”, ainda não publicados.

<sup>27</sup> O detalhamento em questão será esmiuçado no capítulo seguinte, onde os selecionados serão apresentados individualmente.

### 3.3 HISTÓRIA ORAL

Com grande importância e aplicabilidade dentro da presente pesquisa, sentiu-se a necessidade de discutir e definir como tal ferramenta seria utilizada dentro desse estudo. Para isso, apontamentos teóricos sobre ela foram buscados e a partir deles, seu uso foi melhor compreendido e definido dentro da pesquisa. Para tal entendimento, buscou-se apoio em autores como Le Goff (2003), que na obra *História e memória* traz à discussão um outro elemento fundamental quando se discute memória e história: a história oral.

A partir das transformações que a história, suas concepções e a própria sociedade, em um movimento simultâneo, sofreram ao longo do tempo, o autor discorre a respeito da presença da oralidade como uma ferramenta notória e essencial à transmissão da história e ao fortalecimento da memória. Segundo ele, “[...] a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, senti’” (LE GOFF, 2003, p. 9). Depois dela, a escrita acrescentou à história outra poderosa ferramenta de conservação da memória e dos fatos.

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas [...] (ATLAN *apud* LE GOFF, 2003, p. 421).

Desse modo, o autor compreende diferenças entre as sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memórias essencialmente escritas.

Nas sociedades ditas “selvagens”, onde a forma de propagação de informações era baseada exclusivamente no relato e nas narrativas orais, a memória coletiva interessa-se por conhecimentos práticos, técnicos, onde a acumulação de elementos na memória está inserida na vida cotidiana. Existiam assim, os especialistas da memória, denominados por Le Goff como homens-memória, cuja função consistia em serem a memória da sociedade, depositários da história “objetiva”, que narra os fatos descritos sob critérios objetivos e universais pelos historiadores; e da história “ideológica”, relatada a partir de tradições, mitos e histórias próprias do grupo. São eles os responsáveis por manter e firmar a coesão e a unicidade de discursos dentro da sua comunidade.

Diferentemente das relações dos mestres de escola para com seus alunos, a qual também baseia-se na oralidade para transmitir conhecimento e informações, os homens detentores da memória grupal raramente utilizavam-se de procedimentos mnemotécnicos.

A memória coletiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma ‘reconstrução generativa’ e não segundo uma ‘memorização mecânica’. Assim, segundo Godoy, ‘o suporte da memorização não se situa ao nível superficial em que opera a memória da ‘palavra por palavra’, nem ao nível das estruturas ‘profundas’ que numerosos mitólogos encontram [...]. Parece, ao contrário, que o papel importante cabe à dimensão narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos’ (LE GOFF, 2003, p. 426).

A oralidade permitia, nesse sentido, uma liberdade criativa maior às narrativas, do que à escrita, que atuava perante a rememoração de fatos, conhecimentos e ações de forma mais metódica. Para o autor, é essa característica que pode ser a razão da funcionalidade e preservação da memória coletiva das sociedades “selvagens”. “Transmissão de conhecimentos considerados secretos, vontade de manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva; não estarão aqui duas das principais razões da vitalidade da memória coletiva nas sociedades sem escrita?” (LE GOFF, 2003, p. 426).

A transição da oralidade à escrita, é vista pelo autor, como um desenvolvimento da memória, no qual o aparecimento da segunda está ligado a uma grande transformação da própria memória coletiva. O surgimento dos documentos escritos, por exemplo, são destacados por Le Goff com duas funções principais: a primeira consiste em armazenar as informações, comunicando através do espaço e do tempo, por meio do registro, da marcação e da memorização; e a segunda, possibilita a transferência da esfera auditiva à visual, propiciando ajustes, reordenações e revisões de palavras (LE GOFF, 2003, p. 429).

Embora vista como um desdobramento da oralidade, a escrita não anula ou substitui a prática oral como exercício da memória. Ao contrário, segue seu desenvolvimento por meio da evolução social.

Este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência-histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história, devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração; mas, também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho por intermédio do ‘retorno do evento’ (Nora), ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da ‘história imediata’ (LE GOFF, 2003, p. 9).

Para Paul Thompson (1992), o uso e aplicação da história oral é também uma importante ferramenta de alternativa à construção e ao narrar da história sobre os fatos sociais. Segundo o autor, a maioria dos documentos escritos existentes, elaborados pelos historiadores dedica “a maior parte de sua atenção e de suas citações, aos líderes que admira [...]” (THOMPSON, 1992, p. 26), resultando desse modo, em um julgamento por parte da história,

em sua maioria, na defesa dos poderes existentes. Na contramão do discurso oficial, a história oral apresenta, para o autor (1992, p. 26), “um julgamento muito mais imparcial”.

[...] as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução muito mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo (THOMPSON, 1992, p. 26).

Como ponto crucial e singular dessa ferramenta de subsídio histórico, o autor a pondera como um campo cuja característica indispensável e fundamentadora é a de ser construída em torno de pessoas. A partir dela, vida é aplicada à história, ampliando seu campo de ação e de inserção. “A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (THOMPSON, 1992, p. 137).

Isso, porque dentro do universo da história oral, os depoimentos colhidos extrapolam o âmbito de lideranças, aproximando-se dos desconhecidos, do povo comum, do trabalhador que vivenciou sob outra perspectiva, os acontecimentos e processos sociais. É essa abordagem que, para Thompson, “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade” (THOMPSON, 1992, p. 44). Conecta gerações e classes sociais, interliga discursos, trazendo compreensão a eles.

Em sua obra *Manual de história oral* (2005), José Carlos Sebe Bom Meihy pondera sobre o uso e aplicação da coleta de entrevistas orais em pesquisas de diversos fatos e tempo, e não apenas quando essa for a única ferramenta aparentemente possível, tendo em vista a ausência ou raridade de documentos escritos. “Ela é vital também para produzir outras versões das histórias feitas com base em documentos cartoriais, consagrados e oficiais” (MEIHY, 2005, p. 29).

Trazendo o passado a uma aplicação e rememoração no tempo presente, os acontecimentos recordados por meio da história oral, apresentam um caráter de continuidade como sua razão de ser, segundo o autor. “Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido à vida social de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem” (MEIHY, 2005, p. 19).

### 3.3.1 Aplicação da História Oral

Na fase de aplicação e coleta de depoimentos, sete selecionados foram entrevistados em suas casas, por indicação dos próprios depoentes. Apenas Adolfo Ghellere deu seu depoimento durante a primeira parte da entrevista, em seu escritório, em São Miguel do Iguaçu e optou por ir até sua casa, apenas na segunda fase da conversa, quando as fotografias foram apresentadas.

Desses, seis foram contatados em uma visita primária da autora, para que o melhor horário fosse agendado, conforme a disponibilidade de cada um. Apenas Terezinha Eva Polga Franco deu seu depoimento já na primeira visita da autora, alegando estar disponível naquele momento; e Adolfo Ghellere, após uma série de tentativas em setembro de 2017, recebeu a autora em janeiro de 2018.

Cinco entrevistas foram realizadas entre os dias 16 e 20 de setembro, em Itaipulândia. As demais, ocorreram em janeiro de 2018, em Itaipulândia e São Miguel do Iguaçu. O tempo médio das entrevistas foi de uma hora e em quatro delas, houve a participação de parentes dos selecionados (três voluntariamente, como no caso do sobrinho de Guiomar Coradini e das esposas de Inácio Wolmuth e de Adolfo Ghellere; e um, a pedido da entrevistada, caso da Senhorinha Carvalho, que pediu a companhia do filho caçula Vanderlei Carvalho).

A entrevista foi guiada conforme um roteiro pré-elaborado pela autora, segundo apontamentos indicados por Teixeira (2013), com tópicos sobre a estrutura das vilas na época (educação, saúde, transporte etc.) em que chegaram à região de Itaipulândia, em um primeiro momento; e, posteriormente as fotografias selecionadas foram apresentadas. Em alguns depoimentos, a ordem dos tópicos colocados pela autora foram alterados, tendo em vista o próprio movimento de memória dos depoentes que, por vezes, misturavam ou desencadeavam assuntos em ordens diversas.

Todas as entrevistas foram gravadas por meio de um aparelho gravador de mão e transcritas fielmente pela autora, com expressões e linguagem coloquial, conforme a fala dos entrevistados. Tal procedimento, vem ao encontro dos apontamentos de Thompson (1992, p. 146) que considera “a gravação, um registro muito mais fidedigno e preciso” do que o registro escrito.

Todas as palavras empregadas ali estão exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. [...] Essa autêntica ambivalência o aproxima muito mais da condição humana (THOMPSON, 1992, p. 146-147).

Ressaltando ainda a importância da gravação não só como comprovação mas também para a democratização do material coletado, o autor considera este um meio “muito melhor e mais completo do que jamais se encontrará nas anotações rascunhadas ou no formulário preenchido pelo mais honesto entrevistador” (THOMPSON, 1992, p. 147). Compreendendo tal pertinência, na presente pesquisa, os arquivos com os depoimentos estão disponíveis na íntegra, em um CD, em anexo.

Quanto à utilização da história oral, é preciso que se compreenda que ela pode apresentar-se de duas maneiras: como metodologia ou como técnica. Segundo Meihy (2005), na aplicação da história oral como ferramenta metodológica, os depoimentos são o foco da pesquisa realizada. Já quando seu uso refere-se a uma técnica de análise, outros documentos e materiais são consultados e explorados pelo pesquisador, que constrói e investiga as relações entre eles.

Na presente pesquisa, entende-se que a história oral se apresenta como ferramenta complementar à utilização e análise das imagens selecionadas, como acionadoras do gatilho da memória. Tendo em vista que as informações fornecidas pelos entrevistados selecionados são checadas pela investigadora ao longo do processo de produção, por meio da consulta a outros documentos disponíveis, compreende-se neste trabalho, o uso da história oral como técnica de pesquisa.

Segundo Meihy (2005), essa articulação entre documentos escritos e depoimentos orais refere-se a uma modalidade da história oral específica, denominada pelo autor como temática. Bastante objetiva, a modalidade vale-se do “produto da entrevista como se fosse mais um documento, compatível com a necessidade da busca de esclarecimentos, a atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica muito mais explícita” (MEIHY, 2005, p. 162).

Vale ressaltar que ao longo do desenvolvimento de outros trabalhos de pesquisa, ancorados nos apontamentos do grupo *Comunicação e História* e utilizando a aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, outras compreensões surgiram e a história oral foi compreendida de outra maneira.

É o caso de Teixeira (2013) que ao contrário da presente pesquisadora, não considerou os apontamentos de Meihy (2005), mas sim, os de Lozano (2002 *apud* TEIXEIRA 2013), que compreende a história oral como uma metodologia a partir de uma faceta analista que a considera como “centro de sua pesquisa, analisando, interpretando e situando-a historicamente” (TEIXEIRA, 2013, p. 85). Percebendo a necessidade de conferência e consulta a outros documentos históricos disponíveis, a visão da presente autora não

compreende a história oral como centro de seu estudo, mas sim, como ferramenta complementar.



#### 4. OS PIONEIROS SELECIONADOS

Conforme apontado no capítulo 3, ao trabalhar com memória é imprescindível que se sinalize a partir de quem o olhar está sendo construído ou narrado. Identificar e apresentar ao leitor quais são os lugares de fala de quem está compartilhando suas lembranças é fundamental para que se compreenda melhor o movimento de memória do depoente, a partir da compreensão dela, como um dispositivo “carregado de crenças, normas, ritos impostos ao indivíduo” (GONDAR, 2016, p. 11).

A perspectiva vem ao encontro dos apontamentos sinalizados por Halbwachs (*apud* BOSI, 1994) e já apresentados nesse estudo sobre a identificação de “quadros sociais da memória” gerados a partir do universo relacional do indivíduo ao longo de sua vida.

Para Bergson (*apud* BOSI, 1994, p. 48) “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”. Por isso, é preciso que se conheça a trajetória de vida, as experiências e percursos trilhados pelo depoente, que o fazem despertar determinadas memórias em detrimento de outras, no momento da entrevista. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55).

Na presente investigação, os depoentes selecionados são apresentados a partir de suas próprias ponderações, quando questionados sobre suas trajetórias de vida. Cada pioneiro trilhou um caminho singular de apresentação, embora todos tenham sido conduzidos e instigados pela pesquisadora, com base em perguntas comuns sobre família, mudança para a região e profissão.

Bosi (1994, p. 54) pondera que “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar”. Desse modo, compreende-se que as condições do momento da entrevista, bem como o espaço, o clima da conversa, possíveis intervenções e participações de familiares influenciam no comportamento do depoente, nas memórias acionadas, bem como no silêncio do não-dito. Assim, pondera-se no presente estudo, a apresentação e contextualização das condições de produção de cada uma das conversas coletadas pela autora.

O quadro de selecionados reuniu o depoimento de quatro homens e quatro mulheres. Três delas são donas de casa e agricultoras. Apenas uma, Guiomar Coradini, trabalhou fora do lar, como servidora pública. Nas entrevistas masculinas, todos os homens também apresentam relações com o universo da agricultura, mas somente Jair Heindrickson manteve-se na atividade por toda a vida. Inácio Wolmuth percorreu outras funções na comunidade, como

atendente e serralheiro; Adolfo atuou na área farmacêutica; e Lotário, como professor e prefeito municipal.

#### 4.1 GUIOMAR CORADINI

Nascida em 21 de julho de 1941, em Ijuí, Rio Grande do Sul, Guiomar veio para a região de Aparecidinha d'Oeste em 24 de junho de 1968, como se recorda precisamente. Filha de brasileiros, deixou os pais e os irmãos nas terras gaúchas e veio para o Paraná com o marido José Luiz Coradini e com três filhos pequenos. Atualmente com 11 filhos, 19 netos e sete bisnetos, pondera que é na região que sua família se formou e cresceu.

A história da família tá aqui, graças a Deus eu criei minha família honesta, nunca me deram desgosto, nem nunca me incomodaram. Criei meus onze filhos, isso foi uma benção de Deus, hoje ninguém cria uma família que nem eu criei. Pra mim é orgulho ter meus filhos assim, que nunca me incomodaram. Me orgulho! E tudo com saúde, quase todos trabalhando bem, né? (CORADINI, 2017).

O motivo que fez a família de Guiomar sair de sua terra natal no Rio Grande do Sul e deslocar-se para uma região que ainda estava a ser desbravada, foi “porque a terra era boa” (CORADINI, 2017). E embora lembre-se que “tudo que plantava, dava”, suas recordações sempre reforçam um tempo de muito sofrimento e trabalho. Como grande parte das famílias que chegaram na região nessa época, a lavoura foi o espaço de trabalho dela e do esposo por muitos anos. Ainda que não saiba precisar o número de anos que passou trabalhando na roça, Guiomar (2017) recorda-se que também fez serviços temporários “de doméstica, lavando roupa, limpando casas por aí”.

Ainda antes de Aparecidinha d'Oeste emancipar-se e formar o município de Itaipulândia, a gaúcha foi aprovada em um concurso e efetivou-se como servidora pública da comunidade (e posteriormente, do município), onde trabalhou por 13 anos, até se aposentar. Viúva há cinco anos, Guiomar vive com suas duas aposentadorias em uma casa na região central do município. Embora esteja morando sozinha, está sempre cercada dos filhos, sobrinhos e netos. Divide o terreno com um outro filho que mora ao lado com sua família e, costumeiramente, recebe visitas dos demais para almoçar ou tomar um café à tarde, conforme narrado à autora ainda antes da entrevista iniciar.

**Figura 5 - Guiomar Coradini**

Fotografia: Nádia Moccelin. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Seu nome foi indicado à autora por Rodison Scarpato, um dos autores do livro sobre o município. Na ocasião, o marido de Guiomar (falecido), foi entrevistado por ele. O primeiro contato realizado com a servidora aposentada ocorreu em 14 de setembro de 2017, em sua própria casa. Na ocasião, Guiomar havia recém chegado do “matinê”, um encontro semanal já tradicional na cidade, promovido pela Secretaria de Assistência Social à terceira idade, e cheia de vida disse que poderíamos nos encontrar em qualquer dia da semana seguinte, menos na quinta-feira, dia do “matinê”.

Agendamos nosso encontro para a segunda-feira seguinte, 18 de setembro, na parte da tarde, quando já teria realizado seus afazeres domésticos. A disposição e saúde de Guiomar, são reiterados por ela costumeiramente, principalmente quando se recorda dos irmãos falecidos e dos tempos difíceis de trabalho.

Só tenho um agora [irmão]. Os outros são tudo falecido, tudo problema do coração. A única que tá com saúde sou eu porque meu irmão lá de Caxias, no Rio Grande, também tem problema de coração, e eu graças a Deus tenho uma saúde. Não parece que eu sofri aqui, trabalhei tanto, a muqui, o que eu sofri aqui. Nossa! Agora graças a Deus trabalhei, tô aposentada, tenho duas aposentadoria. Eu fui funcionária da prefeitura aqui. Nós sofremos muito aqui. Muito muito, meu Deus. Eu não sei como que eu tô com saúde. Trabalhei, sol e chuva. Hoje tá tão fácil de viver. Eu disse: o mundo tá tão bom, tão cheio de coisas boa e tem gente que não sabe aproveitar, né? (CORADINI, 2017).

Desde sua vinda para a região, Guiomar e sua família moraram na comunidade de Aparecidinha, atual centro da cidade. Sua primeira casa na vila, “era ali, indo para lá, no loteamento Kaefer ali, nós compramos”, sinaliza à pesquisadora a partir de uma localização atual da cidade. “Era de chão e de lascão de coqueiro, [...] daí a gente foi lascando tabuinha daí melhorou um pouco a nossa casa, daí foi feito uma casa de madeira”. Com o dinheiro da lavoura, a família conseguiu comprar um terreno mais próximo à principal avenida da cidade, onde se concentrava o pouco comércio existente na época. É nesse terreno que Guiomar reside até hoje, em sua morada de madeira.

#### 4.1.1 Condições de produção da entrevista

Conforme o combinado, a pesquisadora se dirigiu a casa de Guiomar Coradini no dia marcado e a encontrou a sua espera. “Pensei que fosse esquecer do trabalho hoje”, disse, se mostrando ansiosa à conversa. A aposentada encontrava-se sozinha em casa e ao convidar a autora para entrar, foi logo comentando que recebeu a visita de um de seus filhos para o almoço e que a companhia dos filhos sempre a alegra. Sentou-se em uma das cadeiras dispostas na área de sua casa e pôs-se a falar de Aparecidinha, antes mesmo de ser provocada pela pesquisadora. Na sequência, após a explicação do estudo e início da gravação, questionou se teria que falar sua idade e sorriu.

Pela proximidade da casa com a rua, o barulho de automóveis e latidos de cachorro incomodavam a gravação. Ao perceber o ruído, a pesquisadora aguardou que Guiomar falasse sobre sua vinda à região e sugeriu que continuássemos a conversa na sala de sua casa, sendo prontamente atendida. Guiomar logo foi se desculpando pela casa, que dizia estar suja. Com o tempo seco que fazia, a aposentada dizia preferir limpá-la apenas no fim do dia.

No decorrer da entrevista, três interrupções ocorreram. A primeira delas foi quando um grupo de índias de uma aldeia do interior da cidade, bateu palmas solicitando roupas e comida. Na volta, em sussurros, Guiomar conta à pesquisadora que “já deu tudo o que tinha e elas sempre voltam”.

A segunda pausa ocorreu já na fase da apresentação das fotografias, quando um sobrinho chegou para lhe trazer pão caseiro. No momento, a fotografia apresentada era a imagem seis, referente a um time de futebol de campo da época. Guiomar apresentou-lhe a fotografia, alegando que o sobrinho lembraria de muitas coisas. Ivaldir Coradini identificou diversos jogadores da fotografia, ponderou sobre muitas informações da imagem, falou sobre a época e questionou a obra produzida por Scarpato e Bohm (2006). Além disso, deu sugestões sobre nomes e pioneiros que poderiam ser contatados pela autora, como a esposa do

Sargento Dias, figura de grande notoriedade na comunidade de Aparecidinha, que estava presente na fotografia apresentada. Sua presença na casa de Guiomar durou cerca de 40 minutos. No retorno à sala, a aposentada já estava cansada e questionou se faltavam muitas imagens para serem apresentadas.

Na sequência, as contribuições foram mais escassas quanto as imagens apresentadas. Com a entrevista próxima ao fim, um dos filhos de Guiomar chegou, cuja presença foi reconhecida por ela ainda quando ele estava na estrada, pelo barulho de sua moto. Após cumprimentar a mãe e a autora, o filho sentou-se em uma cadeira na área e aguardou o término da entrevista sem intromissões.

Ao longo da apresentação das fotografias, Guiomar levantava de sua cadeira de balanço e dirigia-se à porta, onde com mais luz, dizia conseguir visualizar melhor as imagens. Ao longo das amostras, repetidamente mostrava-se impressionada com o fato de a autora ter posse de tantas fotos antigas. “Como é que ela conseguiu?”, perguntava sorrindo.

Antes de a pesquisadora deixar o local após o encerramento da entrevista, a aposentada sugeriu que procurasse Arcoli Inácio Wolmuth e Terezinha Eva Polga Franco, pois recordava-se da presença deles na vila, quando chegou à região. Alegou que Inácio era muito inteligente e lembrava de muitos detalhes da época. Ambos foram contatados e entrevistados para o presente estudo.

#### 4.2 SENHORINHA CARVALHO

Natural de Ijuí, Rio Grande do Sul, Senhorinha Carvalho nasceu em 27 de julho de 1930 e veio para a região oeste do Paraná na década de 1960. Da mudança com o esposo e filhos pequenos, Senhorinha lembra-se que todos vieram em um caminhão com a mudança de cinco moradores. “Descarregamos tudo lá em Santa Inês. Aí de lá, nós fomos se abrindo. Cada um pegou um pedaço de terra” (CARVALHO, 2017).

Santa Inês era uma outra comunidade da região, próxima à Aparecidinha d’Oeste que atualmente pertence ao município de Itaipulândia. Nessa comunidade, Senhorinha conta que o dono das terras era Né Taborda, com quem seu falecido esposo negociou uma quantia de terras. De acordo com Vanderlei Carvalho, filho caçula de Senhorinha, o pai tomou posse de 22 alqueires e foi desbravando a mata com um facão até encontrar terra produtiva.

**Figura 6 - Senhorinha Carvalho**

Fotografia: Nádia Moccelin. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Segundo Senhorinha, esse foi justamente o motivo que trouxe sua família à região, “pra pegar mais terra pra nós morar. Pra criar os filhos, como que de fato criemo”. Com família grande, Senhorinha é mãe de 11 filhos. Por ter alguns já falecidos, faz contagem nos dedos junto com seu caçula, para se recordar corretamente quantos são os vivos “que sobraram”. “Sete filhos. As meninas, só tem três. A Rosa, a Nena e a Romilda. Certo? A Rovena já foi. E piá tem quatro eu, o Tonhão, o Gota e o Caniba”, pontua Vanderlei.

O trabalho na lavoura foi a atividade profissional de Senhorinha Carvalho durante toda sua vida, até se aposentar, aos 60 anos. “Nós colhia batatinha, nós colhia arroz, nós colhia soja, colhia milho, tudo. Basta que nós se aposentamos com nota de planta. Eu e o meu marido se aposentemos bem facinho” (CARVALHO, 2017).

Nos 22 alqueires de terra citados por Senhorinha e seu filho, a família permaneceu por mais de 20 anos, até vender toda a propriedade. Quando questionados sobre o motivo da venda, o filho caçula narrou um fato marcante da história familiar que culminou com a mudança da família para outra cidade.

Olha, foi na década de 1980, se não me engano. Que nós fomos pra São Valério por motivo de um finado irmãozinho nosso, esse aqui [aponta na foto], faleceu, esse é o

finado. Era mudinho ele. E ele caiu do caminhão atrás, na gaiota. Nós tava trazendo fumo, pra entregar na carretinha, já de trator já. Era bem mais, bem depois, que nós morava. E ele foi, deu um baque né, e ele tava fumando. Bem na hora que ele foi acende o cigarro, ele caiu e a carretinha passou em cima dele, e gerou um... tivemos que curar ele. O pai se apavorou e vendeu tudo aí pra curar o meu irmão, foi daí que ele vendeu se não, não vendia. Imagina, era muita terra. E aí não tinha recurso na época, né? Não era que nem hoje, como que vai salvar ele, como? Quebrou tudo a bacia, quebrou tudo. A carreta de gaiota cheia de fumo, passou em cima da barriga. E daí não tinha recurso o pai. O pai teve que vender as terras, meio que urgente, pro seu Donato Spies. Nós fomos morar pra São Valério, Capanema lá (CARVALHO, 2017).

Segundo Senhorinha, a família ficou fora de Aparecidinha d'Oeste por dois anos, até voltar à comunidade para morar em uma casa na avenida principal. Sem recordar-se de uma data específica, o filho conta que o pai trocou a casa por uma pequena chácara, em um terreno no qual a família reside até hoje, com uma casa para Senhorinha e o caçula, e outra, mais ao fundo, para seu filho mais velho.

Embora abatida pela perda de seus filhos, Senhorinha, aos 86 anos, se mantém ativa em atividades do município como o tradicional “matinê” da terceira idade, às quintas-feiras, e as idas à missa, onde costumeiramente vai a pé e volta com a carona de algum vizinho amigo.

#### 4.2.1 Condições de produção da entrevista

O nome de Senhorinha Carvalho também surgiu a partir de uma indicação de um dos autores da obra sobre Itaipulândia, Rodison Scarpato. Para a produção de material, Rodison colheu o depoimento do esposo de Senhorinha, Pedro Carvalho, agora falecido. A autora foi então, até a residência da família e conversou com Senhorinha e com seu filho mais velho, Juarez Carvalho. Na ocasião, ambos recordaram-se do depoimento que o pai concedeu à Rodison Scarpato e Iria Bruch Bohm e criticaram a inserção de entrevistas com pessoas que chegaram na região, após sua família, como é o caso dos Coradini<sup>28</sup>. No depoimento de Senhorinha colhido pela autora, a aposentada retoma a crítica.

Na conversa, a entrevista ficou agendada para 20 de setembro, na parte da tarde. O filho Juarez estaria acompanhando a conversa. No dia combinado, a pesquisadora soube que, excepcionalmente naquela semana, o tradicional “matinê” da terceira idade, o qual dona Senhorinha participa, seria antecipado para a tarde de quarta-feira (horário até então agendado

---

<sup>28</sup> A decisão da autora em manter a participação de Guiomar Coradini na pesquisa, mesmo frente às colocações da família Carvalho, deve-se ao fato de que, das quatro famílias que chegaram de mudança com os Carvalhos, apenas uma foi localizada. A família de Guiomar Coradini, embora alguns anos mais tarde, chegou à Aparecidinha d'Oeste ainda nos anos de 1960, período de registro da maioria dos selecionados, exceto Lotário Knob.

para a entrevista). Ao procurar Senhorinha na quarta-feira, pela manhã, para remarcar a conversa, encontrou a aposentada em casa, junto com seu filho caçula, disponíveis para conversa.

A entrevista durou pouco mais de 50 minutos e não teve grandes interrupções. Senhorinha distraiu-se apenas com o carro de som que circulou pela cidade durante a entrevista e com um vizinho amigo, que cruzou sua casa. O início da gravação da entrevista é marcado pelos comentários de Senhorinha e Vanderlei, sobre uma foto de sua família presente na obra de Scarpato e Bohm (2006).

Na sequência, o filho lança algumas perguntas à mãe, com o intuito de auxiliar a pesquisadora em sua pesquisa e fornece algumas informações iniciais ao estudo. A presença de Vanderlei na conversa foi um pedido de Senhorinha. Mas, logo que a mãe se confortou à entrevista, o caçula se retirou e saiu de casa. O restante da conversa contou apenas com Senhorinha e a pesquisadora.

Em dois momentos, a aposentada moveu-se da mesa de conversa onde a entrevista ocorria, para adentrar-se à sala de casa, convidando a pesquisadora. Uma delas para mostrar uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e outra, um retrato de família preso à parede da sala. Dos selecionados, Senhorinha é a que mais pareceu confusa com algumas informações, embora recordasse de detalhes bastante precisos em outros momentos. Além disso, foi a entrevistada que mais relacionou as fotografias ao tempo presente, não citando muitos pontos específicos da época. Durante a conversa, emocionou-se com determinadas fotografias e recordações e divertiu-se com outros momentos rememorados.

#### 4.3 TEREZINHA EVA POLGA FRANCO

Oriunda da cidade de Jaguari, no Rio Grande do Sul, Terezinha nasceu em 3 de fevereiro 1942 e 20 anos mais tarde, deixou sua terra natal para mudar-se para o Paraná, já casada e com dois filhos. No entanto, seu primeiro destino no estado não foi a região do extremo oeste. Por três anos, viveu com a família na cidade de Consolândia, onde compraram o primeiro pedaço de terra.

Batalhemos, trabalhemos, plantemos muito fumo e daí nós compramos 8 alqueires de terra em Consolândia. Mas era pedra, pedra que tu lavava o pé lá no rio e ia pra casa não precisava botar calçado, só pedra, né? Mas eu tava feliz por que era nosso, tava contente igual, pelo menos temos um pedacinho de terra (FRANCO, 2017).



Em Consolândia, a notícia de que as terras no extremo oeste eram muito produtivas despertaram o interesse do esposo de Terezinha, Carlos Franco, já falecido. “Comentavam que aqui era muito bom, muito bom, muito bom. E daí o finado meu marido veio aqui olhar né? E olhou e gostou. Daí tocou então de comprar 12 alqueires de terra aqui e seis na Santa Inês” (FRANCO, 2017). Da época da mudança, em 1965 e dos primeiros anos na comunidade, Terezinha lembra que tudo era precário e que para se instalar, a família trabalhou muito.

Nós viemos, carregamos a mudança e viemos. Pagamos com os bezerro, e foi trazido tudo a cavalo. Tocado por estrada afora os bois, porque não tinha carro pra puxar né? Os bois puxavam a carroça e de cavalo, ele [o marido] amarrou a juntinha de boi e trouxe pra nós, pra nós da de entrada na terra, daí depois fomos pagando. Daí viemo ali, acampemo em um galpão que tinha e começemos a derrubar coqueiro, aqui em Aparecidinha, derruba coqueiro e lasca pra fazer o rancho, né? Aí serra com o serrote toleto assim pra fazer uma casinha. Aí fizemos uma casinha, montamo o galinheiro, ali nós moremos cinco anos no ranchinho. E aí fizemos pilão e socava arroz e meu Deus sofreu, sofreu ali (FRANCO, 2017).

Terezinha aposentou-se como agricultora. O trabalho realizado na roça e em casa, com os afazeres domésticos, são sua mais constante recordação. Em Aparecidinha d'Oeste teve mais seis filhos. Atualmente, apenas uma delas reside em Itaipulândia, na casa ao lado da sua. Terezinha mora sozinha, mas diz estar sempre em contato com os filhos pelo telefone e pela internet. Dedicou-se a cuidar da sua horta, suas plantas e casa.

**Figura 7 - Terezinha Eva Polga Franco**



Fotografia: Nádia Moccelin. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

#### 4.3.1 Condições de produção da entrevista

A autora recebeu a indicação de conversa com Terezinha a partir de Guiomar Coradini. Na época em que Guiomar chegou à comunidade de Aparecidinha d'Oeste, Terezinha já estava instalada na localidade. A pesquisadora procurou a aposentada na tarde de 20 de setembro, em sua residência. Após a conversa de apresentação e explanação sobre o estudo, Terezinha fez o convite para que entrasse e já realizássemos a conversa, tendo em vista que se encontrava sozinha e sem compromissos. Na área de sua casa, a entrevista ocorreu sem intervenções externas.

No momento da apresentação das fotografias, retirou-se apenas para buscar seu óculos e ao começar a visualizar as imagens, lamentou um incidente com eles nos dias anteriores. “E eu quebrei meu óculos, esses dias agora, acho que anteontem, meu Deus que sofrimento” (FRANCO, 2017). Das mulheres entrevistadas, Terezinha mostrou-se a mais reservada e menos falante. Embora provocada pela autora, em muitos momentos teve como principal resposta apenas o silêncio. Ao fim da entrevista, preparou um chimarrão para tomar com a pesquisadora.

#### 4.4 ARCOLI INÁCIO WOLMUTH

Natural de Três Passos, Rio Grande do Sul, Inácio, como é conhecido em Itaipulândia, nasceu em 28 de março de 1949. Deixou o estado gaúcho com seus pais e mudou-se para Capanema, região sudoeste do Paraná, a procura de emprego. Mas foi na região oeste do estado que o jovem de 17 anos encontrou melhores oportunidades, em agosto de 1967.

Vim atrás de serviço aqui. O cara foi me buscar pra vir trabalhar aqui com ele, né? Era conhecido do finado pai lá do Rio Grande, ai eles vieram buscar o finado Avelino [irmão] lá em Capanema, daí o Avelino não quis vir mais e eu vim no lugar dele. Pra trabalhar na serraria ali, na roça deles. Fique trabalhando aqui. [...] E daí fui trabalhando, trabalhando, até que deu certo pra ficar aqui. Não tem, nunca mais sai daqui (WOLMUTH, 2017).

Inácio recorda-se que na época que chegou à região, a entrada para a comunidade era em uma picada localizada próximo à fazenda Apolo (área pertencente à São Miguel do Iguaçu) e a saída encontrava-se apenas na principal avenida de Aparecidinha d'Oeste, ponto no qual um posto de gasolina está instalado atualmente. Os pais e o irmão Avelino não demoraram a vender a chácara que possuíam em Capanema e comprar terras aqui. O negócio foi firmado com Né Taborda, dono de grandes extensões de terra na comunidade, pelo dinheiro da venda em Capanema e terneiros da antiga chácara.

**Figura 8 - Arcoli Inácio Wolmuth**



Fotografia: Nádia Moccelin. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Quando Inácio chegou na comunidade, em 1967, recorda-se da vila com outro nome. “Era Esquina São João, daí Aparecidinha virou porque o homem que tinha o mercado ali, o comércio, a mulher dele era professora, né? [...] Ela doou a imagem pra Igreja, né? E daí virou Aparecidinha” (WOLMUTH, 2017).

Inácio casou-se com Irena Wolmuth, que já residia na comunidade e com ela teve três filhos. Todos nasceram e cresceram em Aparecidinha d’Oeste (atual Itaipulândia). Na região, trabalhou em diversas áreas. “Assim, sempre trabalhei por roça e depois de pedreiro, um pouco aqui, um pouco ali. [...] Fazia de tudo, só não matava e não roubava” (WOLMUTH, 2017). Há oito anos, está aposentado e tem como divertimento a compra de latinhas. Acostumado com o trabalho pesado, diz que hoje o serviço tem melhores salários e menos perigo do que na época.

Eu não posso ficar parado...ah, eu não paro. Eu parado fico louco. Pra mim sobrando uns troco, não quero nem saber. Não é que nem antigamente ali que não ganhava nada. Trabalhava, trabalhava e não sobrava nada. Hoje não, tu trabalha um pouco e já sobra uns trocos, só tem que saber levar as coisas. Que nem naquela época, eu ganhava quarenta. Um salário mínimo por mês, era quarenta e um real. Daí eu tinha um cara ali que ti uma terra. Na saída ali embaixo pra lá. Era 14 alqueires de terra, ele veio, pra mim cuida os peão dele, que era dono de todo essa área ali, do loteamento ali. Aí queria que eu só mandasse os peão dele pro meio do mato, quarenta e dois peão tinha. Abrir picada, nas terra que ele media. Abria picada e media a terra. Era só pra eu manda os peão, não tinha que trabalhar nada, mas tinha que andar armado. E daí eu não aceitei. Era o salário por mês que eu ganhava na serraria e um alqueire de terra por mês. Podia escolher, onde é que eu queria. Podia escolher essa da saída que tinha 14 alqueire ali, eu não quis, de medo. Criado lá em Capanema, lá perto da cidade e depois enfrentar 42 caboclo no mato, tudo armado, muito perigoso, não tinha como. Daí eu fiquei na boa ali, hoje eu tô tranquilo, não devo nada pra ninguém, satisfação pra ninguém, tudo que eu tenho é meu. Mas eu trabalhei minha parte aqui também (WOLMUTH, 2017).

#### 4.4.1 Condições de produção da entrevista

O nome de Inácio foi levantado pela pesquisadora a partir de uma indicação de Guiomar Coradini. O primeiro contato foi realizado a partir de uma visita à casa de Inácio, no dia 21 de setembro, no período da manhã. Na ocasião, apenas sua esposa encontrava-se em casa e por indicação dela, a pesquisadora retornou à residência na parte da tarde, para realizar a entrevista.

Com clima descontraído, Inácio e sua esposa receberam a autora que realizou a entrevista no quintal da propriedade do casal, no centro de Itaipulândia. Também estavam em casa dois de seus netos, sendo que um deles, ao interromper a entrevista para conversar com

Irena, pareceu interessar-se pelo tema e acompanhou todo o depoimento, estendendo seu olhar curioso sobre as fotografias, quando elas passaram a ser apresentadas.

Repleto de memórias precisas e causos da época, Inácio recordou-se de muitos momentos com bastante clareza, sem a necessidade de profundas instigações e assim como Jair e Jurema Heindrickson, ressaltou a ocorrência de vendavais na região, referindo-se a eles como um triste episódio da cidade. Interrompeu a entrevista apenas para atender um telefonema sobre a entrega de suas latinhas recolhidas e para buscar seus óculos, no momento de apresentação das imagens.

A esposa, que acompanhou toda a entrevista, também participou e contribuiu em diversos momentos. Durante a apresentação das fotografias, Inácio solicitou que esposa as segurasse pois estava com suas mãos sujas. Com as imagens, as contribuições da esposa foram mais evidentes. Ao longo das discussões fotográficas, recordou-se do seu próprio acervo pessoal, guardado há muito tempo.

#### 4.5 LOTÁRIO OTO KNOB

Nascido em 13 de janeiro de 1960, Lotário é o mais jovem dos entrevistados para o presente estudo. Natural da cidade gaúcha de Cerro Largo, deixou a terra natal em 1983 quando veio para a cidade de Missal (vizinha da atual cidade de Itaipulândia) atuar como professor. Na região, casou com Angelita Knob, em 1986, com quem teve duas filhas. De acordo com ele, o emprego que o motivara a vir para região, seria outro, a princípio.

Na prática mesmo, o que fez com que eu viesse mais aqui para o oeste do Paraná é porque eu tinha encontrado um ex-colega meu, de tempo de primário, que trabalhava em Medianeira [cidade próxima a Itaipulândia], na Lar [cooperativa regional], e aí então, ele me propôs que eu viesse pra Medianeira pra tentar arrumar um serviço, para trabalhar dentro da Lar. E aí, então, quando vim pra medianeira, aí ele sugeriu que a gente fosse dar um pulinho em Missal, que ali teria o professor que era diretor da escola, naquele momento, tinha sido nosso professor no tempo de primário no Rio Grande do Sul, e aí então ele sugeriu ‘vamos para Missal, que aí de repente lá, nós vamos conseguir pegar uma aula’. [...] E dito e feito, a gente deu os nomes lá, apresentou certificação, diploma e aí, ele realmente, arrumou aula pra gente e de lá pra cá, realmente me firmei nessa de ser professor e lecionei. Daí por isso que lecionei dois anos em Missal, aí vim morar pra Aparecidinha d’Oeste, mas mesmo enquanto morava em Missal, já dava algumas aulas aqui em Aparecidinha d’Oeste (KNOB, 2017).

O diploma apresentado por Lotário referia-se à graduação em Filosofia, cursada em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Tal curso dava-lhe habilitação para ministrar aulas nas disciplinas de Filosofia, Psicologia, Sociologia e História. Tendo em vista que na época o

Ministério da Educação (MEC) limitava o registro apenas em três disciplinas, o professor optou pela área de História, Filosofia e Sociologia. Pela familiaridade e pela opção por especializar-se nessa linha em sua pós-graduação<sup>29</sup>, Lotário foi, pouco a pouco, limitando suas aulas aos estudos da História, disciplina a qual leciona até hoje.

Conforme recorda-se foram as aulas que o trouxeram à comunidade de Aparecidinha d'Oeste, na década de 1980, e o fizeram permanecer na região. Sua chegada ao extremo oeste do Paraná ocorreu no ano seguinte à formação do lago de Itaipu. Nesse contexto, Aparecidinha já havia recebido alguns estabelecimentos comerciais e públicos da vila extinta de Itacorá, bem como, alguns moradores. Com o aumento do número de alunos no colégio local e também na comunidade de São José do Itavó, Lotário mudou-se definitivamente para Aparecidinha, onde consolidou uma forte trajetória profissional no Colégio Estadual Costa e Silva.

Depois de uns anos que morei aqui, que foi no de 1986 e 1987, fui diretor da Escola aqui. Então, como acumulei minhas atividades aqui então, eu larguei as aulas de Missal e do Itavó, Tiradentes, e fiquei exclusivo no colégio Costa e Silva, como diretor, em 86 e 87, se não me engano, esses dois anos. Inclusive diretor do Costa e Silva, e também da Escola Municipal Carlos Gomes, que funcionava na época, simultaneamente, no mesmo prédio, a Escola Municipal Carlos Gomes e a Escola Estadual Costa e Silva e a direção respondia pelas duas direções, pela municipal e estadual. Porque a separação do Carlos Gomes só aconteceu depois, quando ficou município, que daí o município construiu um outro prédio para a escola municipal, daí separou totalmente, tanto as direções como o próprio local de escola (KNOB, 2017).

Foi a partir da referência que tornou-se como professor e diretor do colégio, que seu papel de liderança na comunidade foi crescendo. Ao fim da década de 1980, os primeiros trâmites locais e comunitários para consolidar a emancipação da vila de Aparecidinha d'Oeste em município passaram a se fortalecer e nesse episódio, o professor gaúcho desempenhou um importante papel de articulação.

Nos anos finais da década de 1980 e início da década de 1990, Lotário Knob presidiu a comissão de emancipação local, ao lado de João Kazmirczak, Romeu Manteufel, Irineu Friedrich, David de Oliveira, Domingos Viar e Paulo Rene Pauli. Com o sucesso do processo burocrático, Aparecidinha d'Oeste foi emancipada e tornou-se município em 1992. Na história política da cidade de Itaipulândia, Lotário registrou seu nome em dois mandatos como prefeito local: de 1 de janeiro de 1993 à 31 de dezembro de 1996, ao lado do vice-prefeito

---

<sup>29</sup>A pós-graduação cursada por Lotário refere-se ao estudo em História das Américas.

José Naconeski Sobrinho; e de 1 de janeiro de 2009 a 23 de setembro de 2011, período em que trabalhou em parceria com a vice-prefeita Maria Odete Zinn.

**Figura 9 - Lotário Oto Knob**



Fonte: acervo pessoal do entrevistado

#### 4.5.1 Condições de produção da entrevista

O nome de Lotário foi indicado por Iria Bohm e Rodison Scarpato. A autora, que já o havia entrevistado também para fins de pesquisa científica e do qual foi aluna durante o ensino fundamental e médio no colégio estadual Costa e Silva, o contatou para inserção no corpo de entrevistados em seu local de trabalho. A entrevista ocorreu em 16 de setembro de 2017, pela manhã, na residência de Lotário, na sede do município. O encontro foi agendado para às 8h, mas a entrevista iniciou-se cerca de uma hora depois, quando Lotário e sua esposa encerram a tradicional roda de chimarrão matinal. A gravação durou 1 hora, 30 minutos e 51 segundos. Toda a conversa ocorreu sem interrupções e distrações. Pela sala onde estávamos, circulavam esporadicamente sua esposa, a quem Lotário recorria em alguns momentos, solicitando nomes, datas e detalhes pontuais sobre nossa conversa; e sua filha caçula, Greicy.

Embora a entrevista tenha sido realizada em setembro, sua inserção na dissertação foi definida apenas nos meses seguintes. A dúvida sobre o entendimento de Lotário Knob como pioneiro de Itaipulândia fez com que pesquisadora e orientador buscassem aporte jurídico na legislação da cidade, para cumprir possíveis orientações e definições da compreensão local sobre o ser pioneiro. Tendo em vista que nenhum documento, decreto ou resolução foi

apresentado à pesquisadora pelo departamento jurídico da Prefeitura Municipal de Itaipulândia, em visita realizada em dezembro de 2017, em comum acordo, investigadora e orientador decidiram pela inserção de sua entrevista na pesquisa.

Mesmo que sua chegada pós-formação do lago de Itaipu não o tenha permitido conhecer a extinta vila de Itacorá, Lotário possui memórias bastante claras e concisas sobre Aparecidinha d'Oeste, sobre a qual teceu longas e pertinentes contribuições. Durante toda a entrevista, mostrou-se amplamente preocupado em recordar-se do máximo possível de informações e compartilhá-las com a pesquisadora. Sugeriu nomes para as próximas entrevistas como Jair Heindrickson, Adolfo Ghellere e a família do Sargento Dias.

#### 4.6 ADOLFO JOÃO GHELLERE

Nascido na cidade de Criciúma, em Santa Catarina, em 15 de novembro de 1944, Adolfo veio para São Miguel do Iguaçu, em 1961. Residiu na sede do município por um ano e nesse período trabalhou como enfermeiro no hospital local. Em 1962, mudou-se para a comunidade de Itacorá, no interior de São Miguel do Iguaçu, onde abriu sua própria farmácia.

“Fiquei lá quase 25/30 anos. Fui em Itacorá e de Itacorá, vim pra São Miguel do Iguaçu, com farmácia. Mas eu cheguei lá [em Itacorá] com farmácia em 1962 e daí eu cheguei e não tinha nada lá, não tinha nada, nada [...] (GHELLERE, 2018). Na área dos serviços de saúde, a farmácia de Adolfo foi uma das primeiras a se instalar na vila e ali consolidou-se. Muitas pessoas de outras comunidades, como Aparecidinha d'Oeste, utilizavam dos serviços oferecidos por ele e pouco a pouco, tornou-se uma referência na região. Foi em Itacorá que Adolfo Ghellere casou-se com Miralda Marilene Ghellere e teve seus quatro filhos. Após o casamento ocorrido em 1971, na igreja da vila de Itacorá, a esposa passou a acompanhar e auxiliar o esposo em seus serviços de atendimento farmacêutico na comunidade. Dessa época, Adolfo lembra-se que “minha esposa chegou comigo, foi lá. No começo assim ela não entendia nada, sabe? Trabalhou muito tempo no caixa, sabe? Aí depois ela tava prática também, me ajudava muito, sempre...” (GHELLERE, 2018).

Foi por meio da prática também que Adolfo se familiarizou e passou a lidar com o universo dos produtos e do mercado farmacêutico.

A saúde era prática, só prática. Eu vim de Santa Catarina pra cá, nós tinha farmácia lá, sabe? Nós tinha farmácia, meu pai tinha farmácia. Meu irmão era farmacêutico, então, era de prática. [...] Eu não queria nada com farmácia, aí meu tio chegou e foi lá e falou assim: ‘não! Eu quero levar um rapaz teu aqui, que eu comprei um hospital lá e eu preciso pra me ajudar!’ (GHELLERE, 2018).



**Figura 10 - Adolfo João Ghellere**



Fotografia: Nádía Moccelin. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Mesmo não se interessando de início por esse universo, foi com sua farmácia e com seus atendimentos na região que Adolfo construiu sua vida. Durante esse período, lembra-se de uma rotina de carência em instrumentos, acesso à hospitais e ao atendimento médico e condições difíceis de serviço.

A minha vida foi com farmácia. [...] Hoje graças a Deus eu não mexo mais porque isso daí é muito, você veja bem, naquela época era sacrificado, ali, você vê, eu posava na farmácia, então, tinha época ali e não tinha hospital, não tinha nada no começo, então, eu posava na farmácia, não tinha estrada nenhuma no sítio, a pessoa vinha ali na minha farmácia, tava tudo com problema de sarampo, de catapora, essas coisas assim, sabe? O cara chegava, trazia um cavalo e trazia outro cavalo pra mim ir junto e eu ia atender a cavalo porque não tinha estrada. À noite chegava, batia de madrugada lá na farmácia, com chuva, com vento, com frio, naquela época, né, e foi assim a vida. Aquela vez foi difícil, viu? Barbaridade! Aquela vez era difícil, mas era... compensou, sabe? (GHELLERE, 2018).

Foi com seu trabalho por mais de duas décadas em Itacorá que Adolfo conseguiu se estruturar financeiramente. Depois de atender seus clientes em uma sala dentro de uma pensão, com espaço reduzido, poucas prateleiras e ainda dormir nesse mesmo local, conseguiu

comprar uma propriedade e construir um prédio próprio para sua casa e sua farmácia, denominada Santo Antônio. Segundo ele, as terras, na época, eram bastante baratas. Foi somente com a construção da Itaipu Binacional e com o processo de indenização em curso, que Adolfo saiu de Itacorá. Como recorda-se, permaneceu com as portas de sua farmácia abertas até o último dia permitido pela equipe de representantes da Itaipu.

Com o dinheiro recebido pela inundação de suas terras, Adolfo adquiriu uma fazenda no interior de São Miguel do Iguazu (próximo ao lago e também ao limite com Itaipulândia). Atualmente, Adolfo e sua esposa possuem um escritório de venda de terrenos no centro de São Miguel do Iguazu. No mesmo loteamento, possuem sua casa onde residem, com a filha Mariana.

#### 4.6.1 Condições de produção da entrevista

Um dos nomes citados em todas as entrevistas realizadas e sugerido também pelos autores Iria Bruch Bohm e Rodison Scarpato foi o de Adolfo João Ghellere, conhecido também como Adolfinho. Seu reconhecimento, em grande parte, vale-se do importante e conhecido trabalho farmacêutico que desenvolveu por mais de 20 anos em Itacorá.

Em Aparecidinha d'Oeste, seu irmão, Lírio Ghellere, também trabalhou no ramo farmacêutico anos mais tarde. Atualmente, seu filho Richard Ghellere, mantém o estabelecimento em funcionamento em Itaipulândia. Foi por meio de Richard que a pesquisadora conseguiu o contato de Adolfo e lhe telefonou em setembro de 2017.

Na ocasião, o proprietário aceitou participar da entrevista e solicitou que o contatasse no dia seguinte, para definição do melhor horário. A partir de então, nenhuma ligação da pesquisadora foi atendida. Com o andamento da pesquisa, meses depois, a investigadora foi até sua propriedade no interior de São Miguel do Iguazu para procurá-lo e encontrou as portei ras fechadas. Na sequência, tentou contato via telefone novamente e então, conforme solicitado por Adolfo, o procurou em seu escritório em São Miguel do Iguazu, em janeiro de 2018.

A entrevista durou pouco mais de uma hora e foi coletada na manhã de 9 de janeiro. A primeira parte da conversa, com coleta de informações pessoais e os tópicos da comunidade, ainda sem fotos, foi gravada dentro do escritório de propriedade de Adolfo, na mesma sala em que se encontrava sua secretária, a qual não se pronunciou em nenhum momento. Na entrevista, a autora não conseguiu seguir a ordem linear de apontamento dos tópicos, tendo em vista que Adolfo ligava um assunto a outro. Mesmo assim, todos os temas e questões

foram apresentados a ele. Ao fim dos tópicos, pediu para se retirar o foi ao banheiro. Quando retornou e anunciei a segunda parte da entrevista, com fotografias, sugeri que fossemos à sua casa, pois havia esquecido seus óculos.

Durante a primeira fase da entrevista, antes mesmo da pesquisadora mencionar qualquer uso ou posse de fotografias da época, Adolfo ponderou repetidamente que possuía um acervo significativo de imagens em sua casa e que nós deveríamos consultá-lo também.

Em sua residência, próxima ao escritório, encontravam-se sua esposa e a filha Mariana. A esposa, que estava na cozinha preparando o almoço, atendeu ao pedido de Adolfo e juntou-se a nós, na sala, onde procurava insistentemente, fotografias de Itacorá. Ao longo da apresentação do portfólio da pesquisadora, a esposa o ajudou em algumas recordações pontuais e conseguiu encontrar duas fotografias das pedidas pelo marido. Em dois momentos, a filha Mariana, também juntou-se a nós na sala.

Conforme já citado, Adolfo solicitou que fossemos até sua casa para buscar seu óculos, pois possui um problema de visão e alegou que não conseguiria compreender as imagens com clareza. Em sua residência, mesmo portando tal dispositivo, reconheceu as imagens apenas a partir da leitura das legendas, feita pela pesquisadora e se familiarizou somente com elementos chave das fotografias, sem atentar-se a detalhes. Mesmo assim, recordou-se de muitos fatos, colegas e episódios de seu período na região de Itacorá.

#### 4.7 JAIR HEINDRICKSON E JUREMA HEINDRICKSON<sup>30</sup>

Jair nasceu em 15 de novembro de 1950, na cidade de Orleans, em Santa Catarina. Veio para a região do extremo oeste paranaense com “11 para 12 anos”, conforme recorda-se. Foi seu pai quem tomou a decisão de vir para o Paraná, quando estava em Porto Alegre, passando uma temporada nas terras gaúchas, a trabalho. Lá, conheceu alguns proprietários colonizadores que possuíam terras na região paranaense. Juntamente com uma irmã, adquiriu uma pequena colônia na região de Itacorá, que ainda era pouco explorada, com matas ainda fechadas.

No final da década de 1950, Jair lembra-se das viagens longas e cansativas do pai para vir para a região, com três dias de ônibus e trajetos a pé em meio as poucas picadas abertas. Por indicação dos colonizadores que venderam as terras, a família que seu pai procurou ao

---

<sup>30</sup> Para que as inserções da entrevista de ambos possam ser diferenciadas, a autora utiliza a referência HEINDRICKSONa para as falas de Jair e HEINDRIKSONb para as colocações de Jurema.

chegar à Itacorá foi a dos Gewehr. De acordo com as recordações de Jair, essa foi uma das primeiras famílias que chegou a Itacorá. Seu pai, chegou apenas no início da década de 1960, para preparar o sítio e se instalar definitivamente. Jair veio meses depois, quando segundo ele, a propriedade já estava pronta.

Foi tudo em 1959 essas primeiras viagens, né. Em 1961 eles entraram pra abrir mato aqui e já abriram a primeira picada aqui, eles abriram. Ele com meu irmão mais velho que já é falecido, com meu pai e uma tia que veio junto, aí tem esse meu primo de Quedas do Iguaçu, que veio junto e esse meu irmão de Quedas do Iguaçu que foi um dos primeiros que veio. As primeiras vara cortada aí foi ele. Veio dois irmão, meu pai, uma tia e um primo. Eu vim depois uns seis, oito mês depois, já cheguei já tinha o rancho feito (HEINDRICKSONa, 2018).

Jurema nasceu em 27 de março de 1959, em Horizontina, no Rio Grande do Sul. Deixou o estado gaúcho aos oito anos, quando seu pai resolveu mudar-se para o Paraná. O motivo da mudança fora o mesmo da família de Jair e de outros entrevistados: a grande oferta de terra boas e de trabalho. “Lá [no Rio Grande do Sul] era muito ruim de trabalhar, muito cerro, muita pedra, enquanto que aqui não tem nenhuma pedra nesse terreno que nós viemos mora aqui, não tinha pedra nenhuma. E no deles também não tem [sobre as terras da família de Jair]” (HEINDRICKSONb, 2018).

Jair e Jurema se conheceram na comunidade vizinha à Itacorá, chamada Cristo Rei. Casaram-se no distrito de Itacorá, em 1976 e juntos, tiveram cinco filhos, um deles já falecido. Antes mesmo de se conhecerem compartilharam da mesma rotina de trabalho em suas famílias: a agricultura. Jurema diz que desde que veio para o Paraná, aos oito anos, lembra-se de trabalhar na lavoura com os pais, tirar leite e cuidar da casa. “Meio dia ficava em casa, meio dia ia pra roça. Quando eu não tava na roça, tava cuidando das crianças. Nós, às vezes levava pra roça e ficava cuidando elas aqui. Meio dia fechava as porta da casa e ia pra roça. Almoçava, lavava louça e ia” (HEINDRICKSONb, 2018).

**Figura 11 - Jair Heindrickson e Jurema Heindrickson**



Fotografia: Nádia Moccelin. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Jair pondera que desde suas primeiras memórias da infância já trabalhava ajudando o pai com os afazeres e que embora seus irmãos tenham vindo para cá e trabalhado por anos nas terras da família, o único que se mantém na localidade é ele e sua família. Assim, mesmo após o casamento com Jurema, ambos continuaram trabalhando na agricultura e orgulhosos ressaltam que foi desse modo que conseguiram bancar os estudos dos quatro filhos.

No entanto, mesmo sendo os únicos herdeiros da terra de seu pai a permanecerem na região, atualmente Jair e sua família não se encontram no mesmo local que na década de 1960 foi adquirido por seu pai, Jorge Heindrickson. Na época, a propriedade da família possuía mais de 100 alqueires em sua totalidade. Jair não recorda-se o número precisamente, tendo em vista que ao longo dos anos, pequenas invasões foram ocorrendo em terras da família e alguns alqueires foram perdidos.

A mudança involuntária ocorreu devido a construção da Itaipu binacional. Grande parte das terras da família Heindrickson foram atingidas pela formação do lago necessário para o funcionamento da usina. Na época, viviam na propriedade Jurema e Jair, com três filhos pequenos, sendo um deles com poucos meses de vida; e seu pai. Considerando a

quantia avaliada pela equipe da Itaipu muito baixa com relação às suas terras, o pai de Jair negou-se a aceitar a indenização sob aquelas condições.

A partir de então, brigas na justiça e desentendimentos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) resultaram em um desmanche das propriedades e um despejo total da família. Jair recorda-se que o pai jamais posicionou-se contra o projeto de Itaipu, apenas solicitava que lhe pagassem um valor justo por suas terras. Jorge morreu cerca de um ano após a ação de despejo da Itaipu, sem receber nenhuma quantia pelas terras inundadas. Anos depois, a justiça repassou aos seus filhos, apenas o valor que já havia estipulado anteriormente, o qual seu pai se negava a aceitar.

A família de Jair e Jurema continuou a trabalhar na agricultura e reestabeleceu-se na comunidade de Cristo Rei, cerca de 12 km da sede de Itaipulândia. Atualmente, residem em sua propriedade com o filho caçula, Jonas, onde cuidam do sítio, das vacas de leite e de algumas galinhas.

#### 4.7.1 Condições de produção da entrevista

O nome de Jair Heindrickson foi sugerido à pesquisadora logo no início das entrevistas. Sempre que mencionado, a história de sua família era relacionada à Itaipu e aos conflitos no processo de indenização. Mesmo aqueles que não o conheciam, quando questionados sobre a construção da Itaipu e seus desdobramentos, recordavam-se de uma história de conflito e despejo familiar.

Em janeiro de 2017, a pesquisadora entrou em contato com o filho caçula de Jair e Jurema, Jonas Heindrickson, à procura de um documentário financiado pela Igreja Luterana do Brasil, o qual retratou o drama e as dificuldades do processo indenizatório para as famílias da região. O avô de Jonas também está presente na produção denominada *Desapropriado*<sup>31</sup>, depondo no exato momento em que a equipe da Itaipu derruba sua casa e em uma fala desolada, alega que “a Itaipu pega na terra de água que eu tenho e nada custava pra eles, como já fizeram tudo isso até agora, pegaram tanto dinheiro e botaram fora, de ter pagado mais essa areazinha que eu vim aqui do começo trabalhar. Não precisa me matar” (DESAPROPRIADO, 1983, 3’09 -1).

A relevância da história vivida pela família e sua notoriedade para a história local, regional e nacional, instigaram a pesquisadora a procurar Jair Heindrickson para convidá-lo a

---

<sup>31</sup> O documentário foi utilizado pela pesquisadora para a produção de dois artigos científicos durante o mestrado: “Lugar e sujeito: a identidade e o pertencimento no documentário *Desapropriado*” e “*Desapropriado*: uma memória em disputa”, ainda não publicados.

participar do estudo. Na composição do quadro de depoentes, sua participação viria a somar com o depoimento de Adolfo Ghellere, o qual também fora indenizado pela Itaipu, por suas terras em Itacorá, além das considerações sobre a comunidade e a formação do município de Itaipulândia. Em um aspecto singular, Jair fora o único a citar conflitos e desacordos da época com a Itaipu e também com famílias vizinhas, por disputas de terra.

Sua inserção, contudo, era incerta pela fragilidade da história e drama familiar vivenciado. A pesquisadora procurou por Jair em sua propriedade na comunidade de Cristo Rei na manhã de 10 de janeiro de 2018. O agricultor estava sozinho e lia a bíblia no momento da chegada. Após o convite e a explanação sobre o tema da pesquisa, Jair ponderou que tal história revela “muitas horas boas e muitas horas ruins”, sem muitas especificações. Convidou a pesquisadora a entrar, adiantou algumas colocações sobre a época e novamente sem dar detalhes, mencionou tempos muito difíceis, de luta e força para se reestruturar.

Permaneceu calado e de cabeça baixa por diversas vezes. Solicitou naquele dia que a esposa (Jurema) participasse da entrevista, tendo em vista que, segundo as próprias palavras de Jair, sofrera muito mais que ele, nos momentos de dificuldade. Dois dias depois, a investigadora voltou à propriedade para efetivamente realizar a entrevista, agora com a presença de Jurema.

Em sua casa, encontravam-se junto ao casal, três netos, uma filha e um genro. A entrevista ocorreu na área da casa, enquanto as crianças corriam pelo pátio e brincavam. Jurema e Jair, ao longo da entrevista apresentaram comportamentos diferentes. Jair apresentou-se mais falante e respondia a maior parte das provocações. Jurema auxiliava em detalhes esquecidos ou confundidos pelo esposo. Em determinadas situações ponderava de forma mais ativa, mas, foi somente quando a entrevista tratou da construção de Itaipu e seus desdobramentos é que a agricultora mostrou-se mais presente na conversa.

Jurema também ausentou-se mais durante a entrevista para ver seus netos. Durante as mais de duas horas de conversa (2 horas, 25 minutos e 53 segundos), choveu muito na comunidade e nos mudamos para uma área mais próxima à sala da casa. Nesse momento, os netos, a filha e o genro acompanharam a entrevista. Jurema distraiu-se mais nesse período. Jair ausentou-se apenas para ir ao banheiro. Após a conversa, a filha do casal serviu um café ao trio, que mesmo ao fim da gravação, continuou a falar de Itacorá.

## 5. APARECIDINHA D'OESTE E ITACORÁ, SOB O OLHAR DOS PIONEIROS

Durante as entrevistas, os oito selecionados foram incitados a apontar como eram os primeiros anos e o processo de desenvolvimento e povoamento das vilas de Itacorá e Aparecidinha d'Oeste, com o intuito de contextualizar a região na época. Essa primeira fase da conversa, foi conduzida pela pesquisadora a partir do levantamento de questões sobre infraestrutura, saúde, educação, religião, alimentação, lazer, segurança, comércio e política. Além disso, um tópico sobre a formação do lago de Itaipu e seus desdobramentos também foi adicionado, tendo em vista a relevância e o impacto de tal fato para ambas as comunidades.

Conforme ponderado por Teixeira (2013, p. 61), sabe-se que “todo objeto de estudo é determinado pela perspectiva de análise adotada e essa influência irá incidir sobre o processo investigatório”. Desse modo, compreende-se que os tópicos adotados apresentam-se como guias facilitadores para as memórias narradas. Mas, considera-se que tal aplicação acrescenta à pesquisa no sentido da compreensão sobre os diversos caminhos e movimentos da memória, entendendo que “a objetividade não deve ser buscada como uma maneira de não influenciar o objeto, mas como uma ferramenta que trabalha junto à subjetividade” (TEIXEIRA, 2013, p. 62).

Assim, dez tópicos foram lançados, sendo que, neste capítulo, apresentam-se os apontamentos dos selecionados provocados apenas a partir de perguntas da pesquisadora, sem a apresentação de nenhum suporte imagético. Somente quando as informações dessa parte inicial haviam se esgotado na memória dos depoentes, é que as fotografias foram mostradas<sup>32</sup>. Vale ressaltar, que a proposta do estudo aqui apresentado é deixar que o entrevistado narre suas recordações sem grandes interrupções, mesmo que tal prática resulte na apresentação de longas histórias e possíveis distanciamentos dos tópicos.

Além disso, pondera-se que nesta etapa do estudo, não há inserções ou percepções da pesquisadora, apenas registros dos depoimentos dos entrevistados. A seguir, o panorama formado sobre as vilas, a partir da visão dos oito selecionados.

### 5.1 INFRAESTRUTURA

Com poucas estradas, todos os selecionados recordam-se da abertura de picadas quando chegaram à região, tendo em vista que na época era “tudo mato”. O meio de transporte mais utilizado eram as carroças de boi, quando as estradas de terra estavam boas. Os atalhos para comunidades e vilas vizinhas onde as famílias se deslocavam para ter acesso à

---

<sup>32</sup> O resultado das memórias despertadas a partir da apresentação das imagens será evidenciado no capítulo 6.



serviços de saúde e comércio, na maioria das vezes só podiam ser percorridos a pé, já que não haviam pontes construídas nos primeiros anos da década de 1960.

Conforme as famílias chegavam, a mata ia sendo derrubada para abertura de estradas e lavouras. Sem saneamento básico e energia elétrica, Guiomar Coradini lembra-se de uma rotina difícil.

Pra lavar roupa era na sanga, a gente lavava a roupa de meio dia, dentro da água, porque não tinha, a água era de vertente ou o poço. O meu marido foi o que abriu quase tudo os poço daqui, daí a gente tinha que tirar a água com a manivela, né? E daí foi assim, né? Pão a gente tinha que fazer no forno lá fora porque a gente não tinha fogão a gás, não tinha geladeira, tu carneava um porco, tu fazia banha, fritava a carne, botava a carne na lata e daí cobria de banha porque não tinha geladeira, não tinha luz elétrica, não tinha água encanada, nossa, era sofrido (CORADINI, 2017).

A mesma realidade é também recordada por Terezinha Eva Polga Franco, ao lembrar-se de como sofriam para conservar os alimentos, em tempos sem eletricidade. Segundo ela, as pescarias sempre de muito sucesso de seu marido, a desafiavam a buscar soluções alternativas para não desperdiçar os grandes feitos do esposo em suas tardes em meio ao rio Paraná.

Eu não sei como é que a gente vivia. Meu, nós carneava porco, nós matava os boizinho, eu não sei hoje, eu paro e fico pensando como é que não estragava. Uma vez eles foram no Paranazão pescar e não tinha Itaipu ainda, e eles foram em cinco, com nossos vizinhos e foram pescar. Se eu conta tu não acredita, eles pegaram um surubi [surubim] que eles penduraram assim na porta e o rabinho dele assim pegava no chão. Era mais alto que um homem bem alto ainda. Pegaram o surubi [surubim], penduraram em cima e ele encostava no chão assim. Tu ficava encantado, sabe? Gente, e daí pegaram um armado [abotoado] desse tamanho, era coisa mais linda do mundo, mas ninguém tinha geladeira, ninguém tinha congelador, tudo morava no sítio, né. Daí dividiram entre os cinco, observaram ele ali e dividiram e aquele armado [abotoado] eu pensei assim: ‘que que vou fazer agora, que não tem geladeira, não tem nada?’. Eu fui lá no banhado, que nós tinha uma varge lá, tinha uns poço de água, limpei bem o poço e soltei aquele peixe ali. Aí depois que nós comemos aquele ali, eu pego esse né? E eles foram pesca ainda! Falei: que loucura, né? Foram querer pescar mais, né? Mas todo dia, duas vezes por dia eu ia ver se o meu peixe não tinha fugido e ele não. Ficou ali porque eles não andam no seco, né? (FRANCO, 2017).

Sem conseguir precisar o ano em que a energia elétrica chegou à vila de Aparecidinha d’Oeste, Guiomar Coradini pondera que minimamente viveram apenas “com lampião de querosene” como fonte de iluminação em suas residências, por cerca de três anos. Já Terezinha Franco, que chegou à comunidade anos antes da família de Guiomar, diz que a energia demorou para chegar. Lembra-se bem do tempo em que usavam querosene em um lampião e posteriormente, quando adquiriram um “liquinho<sup>33</sup>”, que muito ajudou.

<sup>33</sup> Mini botijão de gás. O nome “liquinho” refere-se ao personagem criado pela marca Liquigás, na época.

Segundo os selecionados, as mudanças de infraestrutura na região foram tímidas ao longo dos anos. Terezinha disse que logo que chegou à região, ouviu boatos de que fariam uma estrada de calçamento até São Miguel do Iguaçu. Descrente, dizia “pode ser que meus netos vão conhecer essa estrada, porque eu não vou ter o gosto, eu não acredito”. Isso porque, na época, o poder público são-miguelense pouco se apresentava por ali.

Tinha só um ônibus colonial, ia do Itavó pra São Miguel. Quando chovia de noite, que dava vento, eles tinham que levar um machado no ônibus pra ir destrancando a estrada. Trancava por causa de galho e Taquaruçu [espécie de bambu], né? E depois foi, daí começou a vir os maquinário de São Miguel do Iguaçu, abrir as estrada e tudo, daí melhorou um pouco, mas depois de um ano que nós tava aqui. Era muito sofrido (CORADINI, 2017).

As dificuldades de locomoção, mesmo com ônibus, eram recorrentes. Adolfo Ghellere e Jair Heindrickson lembram-se de uma estrada bastante conhecida e utilizada na época, considerada uma das melhores naquele período. Era a rodovia Foz/Guaíra, que ligava grande parte dos municípios e comunidades da região oeste do Paraná. Mesmo sendo uma estrada de chão, sem cascalho ou qualquer estrutura nesse sentido, era considerada boa por ser bastante aberta. Como rota de passagem, circulava um ônibus que, em dias de chuva, enfrentava grandes dificuldades com o barro.

No começo, a estrada era de Foz à Guaíra, passava por dentro de Itacorá. Era a única estrada que tinha [...] Que eles na época, ia pouco, porque botava corrente na roda de trás e uma na roda da frente, na dianteira tinha corrente também. Só não botava nas duas porque diz que não pode, né, porque daí fica muito pesado, mas uma dianteira também pra não resbalar. Mas naquela época, eles botavam corrente mesmo, não importava muito do motor, porque o motor sente com aquilo, né? Então, era de Guaíra/Foz, porque aqui, nós, era uma picadinha até Itacorá, então, tudo estrada meio cheia de curva, aberta assim a facão, a machado, cheio de buraco, porque onde tu arranca o pau, fica aquele buraco. Até depois que abriu em 1964 daí acho que abriram a estrada com trator de esteira, essa que vem aqui pra Esquina Gaúcha, Santa Inês, Aparecidinha (HEINDRICKSONa, 2018).

Além de recordar-se que tal estrada era a única já aberta na época em que chegou em Itacorá, Jair lembra-se que na vila existiam apenas quatro casas. Em uma delas, funcionava um hotel/pensão, que abrigava os turistas em meio a viagem Guaíra/Foz e onde também fora instalada a primeira farmácia aberta por Adolfo Ghellere. Dessa época, lembra-se que “quando não tinha [serviço], eu ajudava assim, eu vinha almoçar sempre, eu pagava pensão ali nesse hotel e dormia na farmácia. Aí eu chegava e ajudava o pessoal assim, pra servir o pessoal, o turista assim [...] (GHELLERE, 2018).

Jurema disse não conhecer muito a vila de Itacorá, mas ajudou o marido a lembrar-se do período em que ocorreram as primeiras tentativas de instalação de energia elétrica. Segundo Jair, primeiramente, a luz chegou às residências da comunidade por meio da utilização de um dínamo na água, ainda na década de 1960. Mas, não tardou muito para que postes de madeira fossem instalados na vila e que a energia elétrica fosse implantada em Itacorá.

Acerca da infraestrutura da época, mesmo que recordando-se apenas a partir da década de 1980, Lotário enfatiza que poucas estradas de acesso às vilas eram cascalhadas, embora realmente já fosse notório a melhoria em termos de abertura, espaço. Nas escolas, tal realidade se refletia em um procedimento rotineiro antes de iniciar a aula em dia de chuva.

O piso era com aquilo que hoje quase não se tem mais, era chamado de taco, madeirinha, e o aluno não podia entrar na sala de aula com os calçados que vinham barrentos, e não podiam entrar na sala de aula porque era um piso que não se podia lavar com água. Então o aluno tinha que vir para a escola e deixar o calçado nas tábuas, em uma prateleira que a gente arrumava ou improvisava para os alunos deixarem os calçados. E entrava e trazia outro calçado, ou entrava de pé descalço, então, era uma briga, era uma dificuldade que se tinha porque era a realidade. [...] Então são coisas assim que se enfrentava, eram os problemas que se tinham. Era comum que então, os alunos mais distantes que se não viessem a pé, então, uns já tinham tratores, então vinham de tratores, era a única forma de vir pra cá. Mas era a dificuldade que se tinha não só para a escola. (KNOB, 2017).

Além da realidade escolar, conhecida por Lotário pelas aulas lecionadas nas comunidades, em seu período de campanha e movimentação pró-emancipação já nos anos finais da década de 1980, lembra-se de pedidos bastante específicos feitos pelos agricultores, proprietários de terra no interior das comunidades.

Também a gente que mexe com agricultura, também se tinha dificuldade de ir para as lavouras, as comunidades, porque as estradas não permitiam para que o caminhão levasse os insumos, para que o leiteiro recolhesse o leite, porque as estradas realmente eram não cascalhadas. Me lembro muito bem, na primeira campanha eleitoral que nós fizemos aqui para antes de emancipar, a promessa que se fazia era cascalhar estradas, levar cascalho para as estradas que ligavam pelo menos até as sedes das comunidades. Mas não se falava muito além das sedes das comunidades. Essa era uma exigência que se tinha, era realidade (KNOB, 2017).

Essa dificuldade de locomoção e a falta de infraestrutura básica em Aparecidinha d'Oeste obrigava os moradores a ir até a vila de Itacorá, para a sede de São Miguel do Iguaçú ou ainda para o município vizinho de Missal. Com as péssimas condições das estradas relatadas pelos pioneiros e a distância para se percorrer tais trechos à pé ou de carroça, o

motivo mais frequente para que tais deslocamentos ocorressem, eram casos extremos de saúde.

## 5.2 SAÚDE

Se as estradas demoraram a chegar à Aparecidinha, o atendimento à saúde também tardou a ocorrer na comunidade. Dona Senhorinha diz nem lembrar-se da chegada de recursos médicos à vila, tendo em vista a demora. Mas recorda-se que para se tratar, as famílias davam um jeito. “Nós fazia chá em casa, quando tinha remédio ainda de chá caseiro. Não tinha nem farmácia, nem médico, não tinha nada. Era puro mato aqui ó, tô falando pra você. Era puro mato” (CARVALHO, 2017). Para ela, a realidade hoje é bem diferente. “Agora não, nós temos céu claro, tudo mais fácil! Tem hospital ali, tem dois posto de saúde aqui no município, um aqui pra baixo, tem ali perto do hospital, temo em uma regalia. Eu me conto feliz aqui” (CARVALHO, 2017).

Terezinha Franco recordou-se das condições de tratamento de saúde, quando falava do trabalho pesado na roça e das longas caminhadas à Itacorá. Com as crianças pequenas e estradas ruins, para tomar vacina, percorriam uma jornada em família.

Precisava as coisas, tinha que ir no Itacorá quando era vacina. Nós ia de a pé pro Itacorá vacina, botava os dois mais velhos a cavalo. Vinha as vacina só no Itacorá, botava os dois mais velho de cavalo e os mais pequeno ia no colo, né? Pra vacina. Pra passar, assava um tanto de batata e levava pra comer lá. Fazia uns galetto porque não tinha dinheiro pra comprar as coisas pra comer. Era sofrido, meu Deus do céu! Só falar bem a verdade, era muito gostoso! A gente sofreu tanto, tanto, tanto, mas o povo, um dava muito valor pelo outro. Nosso médico era um vizinho. Quando tinha um doente quem vinha ali era os vizinhos, hoje não já, hoje tomam remédio. Ninguém acredita em benzimento mas nós acreditava porque não tinha outra coisa, né? Tinha que acreditar naquilo ali, né? (FRANCO, 2017).

Outro episódio rememorado por ela foi a perda de um de seus filhos. Em uma noite em sua casa em Aparecidinha d'Oeste, Terezinha teve uma hemorragia e no dia seguinte, a criança nasceu morta. O esposo foi até a cidade vizinha de Missal e trouxe alguns medicamentos de uma farmácia de freiras da pequena cidade, conforme recorda-se. Dias depois, procurou um curandeiro para ajudá-la a melhorar. Guiomar também recorda-se do costume das famílias em acreditar no poder dos chás caseiros. Farmácias apenas em São Miguel do Iguazu ou Missal não favoreciam a comunidade, tendo em vista que não havia transporte, apenas os cavalos para emergências.

Anos depois, recorda-se da abertura de uma farmácia pelo senhor Lírio Ghellere (proprietário que mantém sua farmácia até hoje em Itaipulândia, sob comando do filho Richard). Mas, nessa época “já foram melhorando as estradas, daí já veio e teve gente que comprou carro, né? Daí quando a gente precisava tinha uns fusquinha por aí” (CORADINI, 2017).

Assim como Terezinha, Inácio também recordou-se de Itacorá ao ser questionado sobre os serviços de saúde da época. Afirma que médico bom mesmo era só em São Miguel do Iguaçu, na sede.

Em Itacorá existia um hospital com dois médicos. Após a formação do lago de Itaipu, um hospital também foi construído em Aparecidinha d’Oeste para que os médicos de Itacorá atendessem a comunidade. No entanto, não demorou muito para que ambos resolvessem ir embora e a comunidade voltasse a contar apenas com serviços de farmácia. Inácio afirma que o prédio do antigo hospital ainda existe e que foi transformado em um hotel, conhecido hoje como Hotel do Gaúcho, o mais antigo de Itaipulândia. A conversa sobre hospital, fez o aposentado lembrar-se da primeira vez em que teve de ser internado, por um acidente na roça.

Um dia eu cortei o pé aqui ó [mostrando em seu pé], daqui ali, saiu ali embaixo o machado. Aí o único carro que tinha era do João Kazmirczak que tinha um jipinho véio, levou lá no Itacorá, pra ver o Adolfinho [Adolfo Ghellere, dono da farmácia, irmão de Lírio Ghellere]. Daí o Adolfinho falou: Olha, João, eu simplesmente não posso fazer nada aqui. Tem que levar pra São Miguel lá no doutor Pedro, Hospital Santo Antônio. Lá fomos nós, pra São Miguel, sangrando que nem um boi. Daí ele falou: eu vou te fazer essa injeção ali, daí vai parar de sair sangue. Deu mais um remédios pra tomar lá e daí o João se mandou com o jipinho veio lá pra São Miguel, pouco antes da noite. Eu cortei era umas quatro hora, quatro e meia da tarde, cortei o pé lá na roça. Daí viemo embora de lá [da roça], pra casa, o Acildo meu irmão que mora lá embaixo, correu na frente e pediu pra mãe um pano com banha pra bota em cima. Daí a mãe foi lá, pegou um paninho pequeno e ele falou: Não, me dá uma toalha grande pelo menos, com bastante banha, que o pé tá tudo aberto! Daí eu tirei a botina, primeira coisa que eu fiz foi tirar a botina do pé. Daí quando eu tirei a botina do pé, abriu fora tudo aqui. Me levaram pra São Miguel. Aí, nunca tinha ido no médico, nunca, nunca! Fiquei internado dois dia lá, daí costuraram ele, o pé por dentro e por fora. Tava eu deitado lá e no outro dia me deu alta. Peguei o ônibus pra vir embora, caminhei uns 500 metros pra pegar o ônibus, com o pé amarrado, sem pegar receita, sem pegar remédio, sem nada. Três dias depois, voltemos lá pra São Miguel, no hospital, pra fazer outros ponto, porque tinha abrido os pontos porque não botei remédio nada, inflamou tudo. Eu já passei as minhas aqui... (WOLMUTH, 2017).

Assim como Inácio Wolmuth, Lotário citou a instalação e o posterior fechamento do hospital em Aparecidinha d’Oeste. Sobre ele, Jurema citou apenas que foi nesse local que sua filha morreu.

Dos selecionados, muitos recordaram-se dos irmãos Ghellere nas farmácias das comunidades. Sua importância e contribuição às vilas nesse período, se deram por conta de um atendimento versátil e da experiência da família na área. Adolfo, lembra-se que a falta de atendimento médico exigia que seu trabalho fosse rápido e eficiente. Nos tempos de forte calor, a incidência de malária na região devastava muitas famílias e por isso, suas lembranças de combate a doenças são fortes.

Eu cheguei e aí passava a Sucam<sup>34</sup>, que passava pra combater a malária. Onde a gente morava tinha muita malária, muita malária mesmo, chegava na barranca do Rio Paraná, ficava ali e tinha muita malária - eu pensava - até um dia peguei uma caixinha da Sucam, eu fiz um postozinho assim pra chegar e captar, eu pegava a coleta com a lâmina, assim eu chegava e botava tudo certinho nas pessoas, mas dava 100% que eu chegava, vinha a pessoa, eu fazia a lâmina e eu sabia, tinha uma prática assim, a pessoa vinha tremendo, batendo o queixo, sabe? (GHELLERE, 2018).

Havia um reconhecimento e carinho de toda a comunidade para com os serviços de saúde prestados pelos Ghellere, tanto em Itacorá quanto em Aparecidinha d'Oeste. Adolfo lembra-se de fazer atendimentos em muitas madrugadas, de visitar enfermos quando o buscavam na farmácia e da coragem em trabalhar mesmo com poucas e precárias condições, sem suporte médicos para casos necessários. Em algumas ocasiões, quando as estradas e a circunstância permitiam, Adolfo levava muitos ao médico nas comunidades ou cidades próximas. Lembra-se bem de uma história carregada de afeto.

Tinha que chegar lá no começo e fazia parto, parto assim ... Chegava e tinha as parteira, mas quando chegava e assim, eu arrebatava um fusca por ano. O carro aquela vez era o fusca, era o carro de luxo, pegava aquele banco traseiro do fusca, deitava ele, botava um lençol, uma colcha, ali qualquer coisa ... [...] Não tinha táxi, não tinha nada. Eu ia a Santa Helena, Foz do Iguaçu, conforme a estrada era melhor. Hoje tem gente aqui que trabalha em Itaipulândia aqui hoje, que fala “Ô Seu Adolfo, o senhor foi o segundo meu pai”. Tem um rapaz que trabalha aqui na prefeitura hoje que fala assim “Adolfo, se não fosse o senhor, eu tinha morrido, eu e minha mãe”. [...] A mulher [com] um baita de um barrigão, uma alemoa com muita coragem, muita coragem. “Seu Adolfo, faz dois dias que tô aqui desse jeito”. Vinham com carro de boi lá na minha farmácia, não tinha estrada, só tinha aquelas picada daí vinham lá. Chegava lá e eu falei “não, não”, levei em Santa Helena, aquela vez, no doutor Miguel, aí cheguei lá e daí ele já olhou na hora, disse que tinha que fazer cesariana já, fez, daí ele chegava, e era um piá, o doutor Miguel falou assim pro marido da mulher e pra mulher, “ó, agradeça aquele piá lá, aquele piá, se não ia morrer mulher e teu filho”. Daí esses dias encontrei ele assim, daí ele falou “vou pedir benção pro senhor, porque o senhor sabe tudo que é, né”. Tantas coisas. Tem coisa assim que eu fiz lá na farmácia [...] (GHELLERE, 2018).

---

<sup>34</sup> Superintendência de Campanhas de Saúde Pública que, na época, percorria os municípios prestando atendimentos de saúde.

E assim como muitos foram tratados e medicados por Adolfo em Itacorá e recordam-se bem do feito, Jair Heindrickson lembra-se de buscar medicamentos em Itacorá, antes mesmo de Adolfo chegar à vila, em uma outra farmácia. Com carinho, também gravou a experiência com o senhor Borja, que em sua infância, lhe concedeu remédios. “Eu e esse meu irmão que morreu na água<sup>35</sup>, nós tomamos remédio antes do Adolfinho, do Borja, desse Borja, só que eu sei, assim, a aparência do homem, mas dizer quem é, só sei que é Borja [...] (HEINDRICKSONa, 2018). De acordo com Jair, quando Adolfo chegou na comunidade e se instalou no quarto da pensão na beira direita da estrada, “era tudo pequenininho, a prateleira dele não dava nem 20 vidro de remédio”.

Já o senhor chamado por ele de Borja, estava ao lado esquerdo da avenida de Itacorá e sentiu a concorrência de Adolfo chegar. Não tardou muito para que o senhor de que Jair recorda-se como o fornecedor de remédios da vila, deixasse o local. Nesse período, Adolfo prosperou, conseguiu construir a farmácia própria e consolidar-se na comunidade. Para Jair, há uma forte recordação em que “Adolfinho fazia muito a parte de médico, tem gente que falava bem mesmo, na parte de médico” (HEINDRICKSONa, 2018).

Jurema, que pouco saía e lembra-se mais claramente das soluções caseiras buscadas para se tratar, afirmou que muitas pessoas morreram, sem saber do que haviam sofrido. “Em casa e morria sem saber do que tinha morrido, o que que a pessoa tinha. Dava chá e ia tratando tudo com chá, sem saber o que a pessoa tinha e morria sem saber do que (HEINDRICKSONb, 2018).

### 5.3 EDUCAÇÃO

Os apontamentos dos selecionados residentes em Aparecidinha d’Oeste acerca do universo da educação na época, giraram em torno principalmente do período em que a escola da comunidade era no mesmo terreno da igreja. A única exceção foi Senhorinha Carvalho, que quando questionada sobre o fato de seus filhos estudarem na vila, disse à pesquisadora que a comunidade não tinha escola.

Já Terezinha, Guiomar e Inácio recordam-se de uma escola pequena, feita de madeira, ao lado da igreja católica, na comunidade de Aparecidinha d’Oeste. A localização era central e estava firmada em uma região onde hoje encontra-se a principal avenida da cidade. Com exceção da família Carvalho, que não se pronunciou muito sobre o assunto e dos filhos de

---

<sup>35</sup> Trata-se de Jairo Heindrickson, que morreu afogado nas águas do lago, em 2004.

Lotário (que se instalou pós formação do lago) todos os filhos dos demais depoentes estudaram, pelo menos até as séries disponíveis na época.

Guiomar Coradini, preocupada com a educação dos filhos, fez questão de matriculá-los na escola assim que chegaram à cidade e “em dois meses já que nós tava aqui, começaram a estudar” (CORADINI, 2017), cursando até a quinta série. Da época, a mãe lembra-se de Arno Fritsch como primeiro professor de seus filhos. Na escola de madeira, “era tudo madeirinha, banco e coisa de estudar” e tinham bons professores, segundo ela. A mesma visão positiva e colaborativa, foi compartilhada por Terezinha.

Ah, todo mundo achava bom porque na época ninguém reparava assim e não tinha tanta gente. Na época não, né, porque não tinha tanta gente, tanta criança. Aquela escolinha dava espaço tranquilo. Só que depois quando aumentou um pouco, daí eles faziam horário de meio dia também. Os meus, uma época, vieram na hora de meio dia. Eles tinham que tá na sala de aula, pra poder dar espaço pra todos estudar. Daí um tempo eles vieram na hora de meio dia, eles soltavam uma turminha e pegavam a outra pra atender todo mundo. Mas o povo colaborava, o povo se entendia, Meu Deus do céu... (FRANCO, 2017).

A colaboração da comunidade para que a escola funcionasse e as crianças tivessem acesso à educação, existia também no próprio universo dos alunos. Terezinha conta que a limpeza da pequena escola de madeira e a merenda consumida pelos estudantes e professores, eram feitas pelos meninos e meninas que a frequentavam. Era um esforço comum para que estudassem.

Inácio recordou-se também do período citado por Senhorinha, em que não havia nenhuma escola na comunidade. Somente depois, a tão falada escola de madeira foi construída. Depois dela, houve ainda mais uma escola, construída por Albino Bissoloti, prefeito são-miguelense da época. Depois do alagamento, a comunidade passou a contar com o Colégio Estadual Costa e Silva, onde os três filhos de Inácio estudaram e concluíram o ensino médio. Antes disso, conforme lembra Guiomar, o estudo ofertado era apenas até a quinta série. No período pós-alagamento e pré-emancipatório, Lotário recorda-se de muita evolução na educação.

Eram duas escolas estaduais, a nível de ensino fundamental, quinta à oitava; e primeira à quarta eram do município, tanto lá na [Escola] Tiradentes [em São José do Itavó] onde funcionava simultaneamente e até hoje funciona ainda a escola Rondônia, que é municipal e a estadual. E aqui no [colégio] Costa e Silva, que na época funcionava também [a escola] Carlos Gomes, primeira à quarta que era municipal e o estadual era quinta à oitava. [...] Início da década de [19]80, nós conseguimos trazer uma extensão, no Costa e Silva, da escola cenecista de São Miguel do Iguaçú, Nadir Maggi, que tinha uma escola do grupo CNEC, Companhia Nacional das Escolas



Comunitárias e nós abrimos sala de aula, de extensão de São Miguel do Iguaçu, do CNEC (KNOB, 2018).

Após esse período, Lotário afirmou que outra importante conquista educacional para a comunidade foi realizada com a implantação do ensino médio público, no Colégio Estadual Costa e Silva, em Aparecidinha d'Oeste. Dessa forma, os alunos que anteriormente só possuíam a opção de cursar o ensino médio na extensão do CNEC, de forma particular, passaram a ter acesso também ao ensino gratuito.

Embora Jurema e Jair residissem em Itacorá, na época, seus filhos eram pequenos e só atingiram a idade para ingressar na escola, após o alagamento, quando a família já estava na comunidade de Cristo Rei, interior de Itaipulândia. Desse modo, nenhum de seus filhos estudou na extinta vila. Depois da formação do lago, Jair diz não ter se preocupado com educação, tendo em vista que ainda faltavam alguns anos para que fossem estudar. Já o vizinho do casal, Norbert Kolberg, com seus dois filhos pequenos, abrigou uma escolinha na comunidade para que pudessem ter acesso à educação. Posteriormente, conta Jurema, “todos os [seus] quatro [filhos] estudavam ali, pegavam a bicicleta e iam pra lá” (HEINDRICKSONb, 2018).

O único selecionado a trazer considerações acerca do ensino em Itacorá foi Adolfo, mas sem precisar muitos detalhes. Limitou-se a dizer que tinha um colégio muito bom e que havia uma professora ao lado de sua farmácia, a qual era muito esforçada. Citou também, superficialmente, as dificuldades que existiam, ressaltando que se fazia o possível para oferecer estudo às crianças que residiam na comunidade.

#### 5.4 RELIGIÃO

A pequena comunidade de Aparecidinha d'Oeste, embora tivesse uma pequena igreja católica construída, não recebia muitas celebrações em seus primeiros anos. Todos os depoentes recordaram-se que por pertencerem à paróquia de São Miguel do Iguaçu, não podiam receber sacerdotes de outras cidades para realizar missas. Bastante devota, Guiomar Coradini recorda-se com muito carinho dos primeiros anos da igreja e de seu envolvimento com a comunidade católica.

Eu era catequista. Eu fui a primeira catequista de Aparecidinha. Meu grupo parece que era de 24 alunos, acho, de catequese. Tudo junto: primeiro, segundo ano. Agora tem que estudar quatro anos, três anos. Daí estudava tudo junto. Ensinei curso de batizado também. Mas daí sempre a irmã Madalena vinha de São Miguel. Eu acho que ela nem existe mais. Ela já era bem velhinha (CORADINI, 2017).

Terezinha se lembra que antes mesmo da igreja de madeira existir, as famílias recebiam visitas de sacerdotes católicos na comunidade. Para ela, a recordação de um conselho de um padre, que visitou ela e sua família assim que chegaram na vila, antes mesmo de terem uma casa construída, jamais foi esquecida. Foi em uma visita, embaixo de um galpão.

Eu nunca esqueço. Uma vez ele [o padre] veio e viu o nosso sofrimento e daí ele falou assim: ‘Olha, uma coisa que eu digo pra vocês, quando chega um vagabundo pedi esmola, vocês pegam um machado, pega a enxada, pega a foice e fala: olha, você vai trabalhar! Quando chegar o fim da noite tu vai ter o que tu mereceu. Porque eu não acho justo é com vocês numa dificuldade dessa, trabalhando desse jeito e dá pra uma pessoa sã. Se é doente tudo bem, a pessoa doente, que não pode trabalhar, claro que tem que ajudar’. Eu nunca esqueço que ele falou aquilo (FRANCO, 2017).

Nessa época, o padre visitava a comunidade uma vez por mês e, mesmo depois da construção da igreja de madeira, a frequência mensal se manteve. Por vezes, até mais tempo se passava entre uma visita e outra. A esposa de Inácio Wolmuth, Irena, trouxe contribuições sobre esse assunto e disse que mesmo sem um padre, a comunidade rezava o terço na igreja, todos os domingos. Senhorinha Carvalho disse que nos tempos sem igreja, rezava em casa mesmo, e que a prática da época, ela mantém até hoje.

Quando não tinha igreja, Nossa Senhora, nós rezava em casa. Nós acendia vela detrás de uma moitinha. Quando nós acendia vela, nós fazia promessa e ia lá atrás do mato acender. Do mato, que não tinha igreja. Vish, bem depois só. Bem depois. [...] Minha casa aqui é cheia de santo. Eu tenho uma imagem que eu comprei [apresenta a imagem à pesquisadora]. Santo é o que não falta. Eu comprei uma imagem, pra mim ter dentro da minha casa e eu quero fazer uma capelinha pra eu botar ela. Eu quero botar ali no canto da minha casa e eu tenho que mandar fazer uma capelinha pra por, botar ela, né. Não quero botar na chuva e no sol (CARVALHO, 2017).

A conversa a faz recordar-se de outro assunto do tempo presente e Senhorinha fala com a pesquisadora sobre sua grande vontade e preparação para participar da novena no monumento de Nossa Senhora Aparecida, em Itaipulândia. A entrevista ocorreu semanas antes do feriado nacional de 12 de outubro e as preparações na cidade já estavam mobilizando os itaipulandienses.

Como bem ressaltado por todos os depoentes, a população de Aparecidinha d’Oeste era fortemente católica. “Agora não, tem bastante. Acho que tem umas nove igreja, umas nove religião. Aquele tempo era só católico”, lembra-se Guiomar Coradini. A frequência de realizações de missa na comunidade só passou a mudar, quando Itacorá, que também possuía

uma igreja católica de madeira, tornou-se paróquia. “Mudou tudo daí. Tinha mais, mais vez missa por mês”, relembra Inácio.

Do atual prédio da igreja católica de Itaipulândia, apenas Inácio fez menção. Recordou-se ao lembrar que o sino da antiga igreja de madeira da comunidade, na década de 1970, foi levado para o novo prédio, anos depois. Lotário também diz recordar-se de uma forte presença e liderança católica em Aparecidinha d’Oeste, na qual acredita que “em torno de 90 a 92% da população era católica” (KNOB, 2018) na vila.

Ao falar sobre a atividade religiosa de Itacorá, Adolfo recordou-se rapidamente da igreja de madeira da comunidade, tendo em vista que, pelo fato de existirem muitas serrarias na vila, a construção da igreja foi bastante viável e prática. Já para a aquisição do sino, o farmacêutico lembra de uma coleta entre os comerciantes. “Chegava ‘fulano, nós vamos comprar um sino, e eu preciso de uns troco’ [...] Cheguei, fiz aquela coleta, já compramos o sino, sobrou dinheiro. A comunidade era muito querida”, conta Adolfo (GHELLERE, 2018).

Na família Heindrickson, já era de conhecimento da pesquisadora a forte devoção e crença católica. Na primeira visita de contato com Jair, conforme já relatado nesse estudo, o agricultor encontrava-se sozinho em sua propriedade, lendo a bíblia. Quando questionados sobre os costumes e crenças religiosas da comunidade, Jair, no entanto, não pronunciou-se. Foi interpelado pela esposa que mapeou os centros religiosos das comunidades próximas a residência da família, considerando ainda as mudanças ocasionadas pela formação do lago.

Aqui no Cristo Rei tinha a igreja católica e congregacional. Aqui na Esquina Gaúcha tem a católica e a luterana. Tinha na época e tem ainda. A da Esquina Gaúcha ficou porque era bem em cima do morro, bem na lombada daí o rio não atingiu. No Itacorá, tinha a católica, crente, luterana e adventista. Tinha três ou quatro. Em Santa Inês ficou porque não atingiu e São José do Itavó ficou porque não atingiu também e na volta da cobra lá, atingiu tudo. E a evangélica e a católica atingiu as duas. Sumiu as duas (HEINDRICKSONb, 2018).

## 5. 5 ALIMENTAÇÃO

Sobre o modo de se alimentar, os depoentes recordam-se que não era muito diferente da alimentação de hoje, mas que o acesso aos alimentos era mais difícil. Segundo as lembranças dos entrevistados, a produção era para consumo próprio.

Ah, nós plantava feijão, arroz, mandioca, batata, moranga, abóbora, pepino, chuchu. Nós tirava bastante coisa da alimentação, mais da metade era da... nós criava porco, nós tinha carne, nós tinha banha, nós criava galinha, nós tinha ovos. Então, pra comer, o primeiro ano nós sofremos, não tinha nada. Daí do segundo ano, em diante, começou

a melhorar nossa alimentação. A gente socava canjica no pilão, com leite (CORADINI, 2017).

Para tomar suco, Guiomar lembra-se de seus filhos entrarem no mato para colherem frutas do pé: amora, laranja pipu, laranja do mato. Inácio e Senhorinha recordam-se das idas às vilas vizinhas comprar mantimentos que não produziam em suas terras. “Sal, erva, suco” (WOLMUTH, 2017) e “farinha de mandioca, toucinho e arroz com casca” (CARVALHO, 2017).

Lotário recorda-se de uma alimentação básica e não muito diferente dos produtos consumidos atualmente. Em geral, assim como a maioria dos selecionados, o professor enfatiza que se comprava somente o necessário, pois muita coisa era produzida nas propriedades, principalmente “na área de legumes que era comum que a maioria dos agricultores ou mesmo dos moradores da vila, do perímetro urbano, produziam uma boa parte das hortaliças nas suas propriedades e sítios”, argumenta (KNOB, 2017).

Adolfo, que residia na pensão em seus primeiros anos na vila de Itacorá, recorre aos pratos servidos pelo restaurante como referência à alimentação da época: “galinha assada, ovos, faziam macarronada, fazia um pão grande, pão caseiro muito gostoso, sabe? Salada a vontade” (GHELLERE, 2018).

Já na casa dos Heindrickson, que também residiam em Itacorá, o questionamento a respeito da comida na comunidade lhes despertara a lembrança de um episódio vivido por um vizinho da família. O casal, que lembra-se de ter adquirido muitos bois a partir da venda de melado, ajudou um morador próximo em um momento de crise financeira, com melado e banha.

Tinha terminado tudo que eles tinha, daí a banha salvou porque daí com banha, qualquer coisa que tu joga dentro, banha vai. E pão. Leva o milho no moinho, que aqui sempre tinha moinho e leva o milho no moinho que daí tinha farinha e fazia o pão, colocava o melado em cima e conseguia passar. Se não, não come. Pão de milho, se não tiver uma chimia [doce caseiro] pra por em cima, doce, tu não consegue comer” (HEINDRICKSONb, 2018).

Terezinha recorda-se de trabalhar muito durante à noite, quando chegava da roça, na preparação de alimentos que conseguiam em suas próprias terras. A agricultora “matava galinha de noite, descascava mandioca, escolhia feijão, tudo, socava arroz, toda noite” (FRANCO, 2017). A família de Terezinha comprava o mínimo possível e recorria ao comércio com pouca frequência. Além dessa preparação e produção familiar, as pescarias do marido também forneciam alimento por alguns dias a eles e aos filhos.

Com tanto trabalho, os momentos de lazer na comunidade pareciam escassos. O modo de diversão e distração vivido pelos depoentes é o tema das memórias a seguir.

## 5.6 LAZER

O trabalho pesado na roça, o pequeno desenvolvimento da comunidade e o baixo número de moradores resultavam em opções de diversão escassas e não muito praticadas pelas famílias. As mulheres, donas de casa sempre cercadas de filhos e serviços domésticos, acabavam por distrair-se em comunidade com menos frequência. Guiomar aponta as festas da escola e da igreja como os principais momentos de reunião e encontro das famílias na época.

Além disso, aponta a Sociedade de Damas como uma distração só para as mulheres que teve muita força, nos anos 1970, da qual ela também fez parte. Senhorinha Carvalho e Terezinha Franco reforçam a mesma ideia e lembram-se mais do trabalho do que de momentos de descanso. Aliás, nas poucas atividades de distração que Terezinha participou e recordou, a maior parte delas, eram relacionadas ao marido.

Os homens jogavam canastra fim de semana, no sábado, né? Eles jogavam canastra e daí o que perdia daí fazia uma galinhada e comprava um garrafão de vinho. Daí aquele que perdia tinha que pagar. Até eu, muitas vezes faltava companheiro daí tinha que jogar. Daí depois larguei de mão, agora nem lembro mais. E futebol também, às vezes faziam um campinho, numa várzea lá, jogavam uma bola, maior parte era pesca, os homens. Chegava quinta-feira, sexta, eles iam lá pro [rio] Ocoy, eles iam tudo quanto é canto, de a pé. Arrumava as mochila, caçavam esquilo, caçavam veado, caçavam tudo. Meu Deus do céu! E nós ficava em casa trabalhando. Eu não tinha sábado, não tinha domingo, eu ficava trabalhando direto (FRANCO, 2017).

Adolfo também mencionou a pescaria como uma atividade de muita alegria e costume da comunidade. Referindo-se a Itacorá, o farmacêutico lembra da fartura que os pescadores e aventureiros encontravam no leito do rio, antes da formação do lago. Segundo ele, era tanto peixe que muitos dias de pescaria no Paranazão, como chamavam costumeiramente o rio Paraná, se transformavam facilmente em dias de festa na vila.

Então, o lago dava mesmo, dava peixe que o pessoal era sábado, domingo, feriado, assim, que era uma festa. Sabe em cima das pedras, assim ... E era pra ter batido fotografia, mas naquela época, né? Você veja bem, aquilo ficava na história. Mas era uma festa e todo mundo pegava peixe. De lazer e pra sobrevivência também, né? Tinha uma época que, naquela vez não tinha piracema, todo mundo pescava de linha de mão, essas coisas assim, sabe? Ou qualquer coisa chegava na época, pegava a Curimba, você chegava pesca assim e que pegava num canto, qualquer coisa assim, a Curimba pulava dentro do barco, da quantia de peixe que tinha. Era muito peixe! E a sobrevivência, né? (GHELLERE, 2018).

Para Lotário, a prática mais recorrente como diversão e lazer nas comunidades era o futebol de campo. Havia também a prática de futebol de salão, onde comumente, em Aparecidinha d'Oeste, utilizava-se uma quadra de concreto, sem cobertura, que pertencia aos alunos do Colégio Estadual Costa e Silva, para prática de suas atividades físicas. Por ser a única quadra da vila, à noite e aos finais de semana, o uso para a comunidade era liberado. Mas, era o futebol de campo que dominava todas as comunidades e onde havia um campo, ele se tornava “a principal atração dos finais de semana, além dos bailes” (KNOB, 2017).

Na região, o professor lembra-se que as comunidades tinham salão de baile junto ao campo de futebol e que tais festas possuíam forte presença e apoio comunitário das famílias. “Participavam em um percentual muito grande desses bailes e ou ia nos finais de semana, principalmente no domingo, no domingo à tarde, nos jogos de futebol de campo, em amistosos ou mesmo em torneios ou campeonatos que saíam”, conta.

Jair e Jurema também recordam-se da força dos bailes e dos jogos de futebol nas comunidades, nos quais os encontros eram a principal atração das vilas. Para participar da programação e não perder as atividades dos finais de semana, recordam-se de percorrer grandes distâncias a pé ou de caminhão, onde todos iam em pé, na caçamba. O esforço valia a pena para o saudoso Jair, que mencionou com alegria que “os campo de futebol ali era bonito, era muito lindo porque era gente de todo lado” (HEINDRICKSONa, 2018). A conversa sobre bailes e as muitas histórias de idas e voltas na mata, por vezes à noite e com clima diverso, fez Jair recordar-se de um episódio com a vizinhança.

Uma vez esses Gewehr [família vizinha] tinha que trazer mandioca pro sítio aqui e eu pra não ir a pé, um dia chovendo assim mais ou menos [chovia no momento da entrevista] e ele tava com o trator e eu disse assim: ‘convido ele, ele leva nós de trator, ele trazia a mandioca ali, daí posava ali em casa e daí ele leva nós de trator, nós não vamos nesse barro’. E ele deixou o trator e foi a pé! [Risos]. ‘Se ferremos!’ diz o outro. Mas fomos igual. Aí ele tinha uns quase cinquenta [anos] na época e ele disse: Mas aqui tem pouca moça... [Risos] (HEINDRICKSONa, 2018).

Rapidamente, Jair preocupou-se em explicar à investigadora que “aquele dia tinha pouca moça mesmo, era um dia de chuva, não tava tão bom, era um dia muito molhado”, justificou. O ocorrido fez a investigadora questionar se Jurema não acompanhava Jair nos tais bailes da comunidade. A agricultora logo queixou-se contando que foi em, no máximo, quatro das tradicionais festas. “Ele ia pros baile e eu ficava em casa, daí nós namorava e ele não vinha me busca, eu ficava em casa esperando ele e ele tava no baile”, entrega Jurema. Jair

sorri envergonhado e logo lembra a esposa de que a conversa está sendo gravada. “O que é verdade é verdade”, defende-se ela.

Inácio, também ao lado de sua esposa, recorda-se apenas dos bailes de antigamente, como distração da época. Mesmo assim, Irena logo complementa que “naquela época [assim como hoje] também nós não saía, porque ia ir aonde? Não tinha onde é que sai.” Segundo Inácio, mesmo nas poucas festas que ocorriam, não eram momentos tranquilos de diversão. “Tu ia num baile, numa festa por ai, já puxava um 38 e dava um tiro de novo” (WOLMUTH, 2017). O comportamento citado por Inácio nas festas sociais e a segurança dos moradores nas comunidades também foram lembrados. Na sequência, os apontamentos recordados.

## 5.7 SEGURANÇA

Nos comentários dos selecionados, nenhuma menção a assaltos ou práticas parecidas foram recordadas. Nesse sentido, todos apontam a comunidade de Aparecidinha d’Oeste e de Itacorá como vilas tranquilas e pacíficas. Posto policial existia apenas em Itacorá e era acionado apenas em casos extremos, como morte, por exemplo. O que existia, segundo os relatos, eram delegados ou sargentos nomeados. Em geral, eram homens conhecidos e respeitados na vila.

Lotário afirma que tais homens era conhecidos como “delegado de calça curta”, sendo “geralmente uma pessoa não formada em nenhuma área e, se não era analfabeto, que às vezes respondia como delegado para estar intermediando muitas vezes em algumas questões de problema de segurança que se tinha” (KNOB, 2017).

A preocupação com as casas e propriedades não era alta, nem mesmo nas residências mais desprotegidas. Guiomar Coradini (2017) conta que sua primeira casa na comunidade “nem porta não tinha. Eu morei em casa, quando vim pra cá, que não tinha porta. Ficava tudo aberto porque a gente tinha bastante cachorro. Agora mesmo chaveando e trancando, tá perigoso”.

Um dos delegados nomeados em Aparecidinha d’Oeste e recordados pelos selecionados foi Né Taborda, proprietário e comerciante de terras na vila. Mesmo exercendo a função de sargento da comunidade, Né não livrou-se de morrer da forma mais comum e recorrente da época, na região: em brigas de bares e festas. Essa história, foi recordada por Jair e por Terezinha, sendo que a última fez questão de evidenciar o medo que sentiu com esse episódio.

O finado Né, que tinha um comércio de carreiro que tinha ali e ele era inspetor [delegado]. Tinha uns inspetor em Itacorá, daí o outro começou a provocar o finado Né, provoca, provoca, daí ele ficou com raiva e atirou nele. Daí ele não morreu na hora, finado Tupi, acho. Ele não morreu na hora, mas morreu depois. Daí os filhos falaram que queria vingança, nem que fosse na cadeia. Ele ficou um pouco preso, mas depois soltaram. Aí depois aqui daí já tinha um salãozinho de baile. Aí naquele justo salão de baile, mataram ele. Naquela época nós passamos muito medo, porque bem naquela época daí eles tavam perseguindo ele, daí eles ficavam rodando de noite, pra lá e pra cá, eu tinha muito medo, meu Deus do céu! (FRANCO, 2017).

Um costume dos homens da comunidade, recordado pelos entrevistados, era de estarem sempre armados. Por isso, conflitos em bares e festas eram frequentes. Do mesmo modo, por estarem munidos a todo tempo, perseguições e acerto de contas poderiam ocorrer em qualquer lugar. O costume peculiar e intimidador dos homens, em Aparecidinha d'Oeste, assustaram Inácio, em seus primeiros dias na comunidade.

Quando eu vim aqui, daí o patrão me convidou pra ir no culto, na igreja domingo de manhã. Eu cheguei terça-feira, comecei a trabalhar na quarta, aí domingo de manhã, ele falou: ‘vamos no terço?’ Que aquela época era terço, nem padre tinha. [Inácio pergunta] ‘Mas é aonde?’ ‘Lá em cima, tem a igreja lá’. [Inácio, então, responde] ‘Vamo!’ Fui ali e apareceu o nego de facão na cinta, na igreja! 38 no limpo na cinta, de revólver. Digo: meu Deus, dá uns troco pra passagem pra eu ir embora, pelo menos. [O patrão diz a ele] ‘Não, não, não, tu já vai acostumar’. Já fui acostumando, acostumando, quando vi era amigo de tudo eles. Tinha que saber levar, não podia se abusar com eles (WOLMUTH, 2017).

Como um costume não só de Aparecidinha d'Oeste, mas de diversas comunidades da região, em Itacorá tais confrontos também eram frequentes. Assim como Inácio foi intimidado em seus primeiros dias em Aparecidinha, em meio a um lugar inusitado para tal fato, o farmacêutico Adolfo também se surpreendera logo que chegou em Itacorá.

Para conhecer a vila, seus moradores e socializar com a comunidade a fim de consolidar seu comércio, visitou um barzinho local. Foi lá que presenciou uma troca de tiros em que um cabo da policial civil, identificado por Adolfo apenas como “cabo João”, foi baleado no braço. Naqueles dias recebeu as orientações dos colegas sobre o modo de vida na vila. “Eu era um piá, eu tinha 20 anos de idade e daí ele falou assim: ‘ó piá, não te assuste aqui não, que aqui é assim mesmo, só tu não te metendo em confusão que aí, aqui o lugar é bom’” (GHELLERE, 2018).

Sobre brigas e conflitos por terra, Jair foi o primeiro a fazer menção durante sua entrevista. Lembra-se que era comum famílias duelarem por pedaços de terra para morar e trabalhar. Nesses casos, as brigas envolviam diversos membros familiares e dificilmente encerravam-se rapidamente. Eram desentendimentos que se arrastavam por anos seguidos. Na



família Heindrickson, um caso de tentativa de invasão às terras de seu pai, foi recordado por Jair.

Eles tavam na roça, tavam trabalhando, só que era meu irmão que tava trabalhando. Ali na roça, ali em cima [sinaliza o local para pesquisadora]. Ali o meu irmão disse: ‘vem amanhã, né’ e eles vieram. Só que nós tava prevenido, né, pra qualquer coisa. Tava eu, esse meu irmão que morreu na água e esse outro, em três. E daí eles vieram ali só que se deram mal, daí. Eles acharam que nós ia correr, né. E aquele dia, nós tava pra decidir aquele dia, não foi decidido porque eles froxaram, mas aquele dia era pra nós decidir. [...] Então, isso aqui tem de tudo, como eu te falei, teve horas boa e teve horas difícil. Porque o meu pai mesmo, achava que às vezes, nós tava hoje vivo, amanhã não. Ele mesmo. Ele era um homem que serviu em Curitiba, na época, coisa que tinha muito conhecimento e isso que ele achava. Nós não era batizado, na época, nós era uma vez de família crente e ele ia passar pra católica, ele dizia que cada um escolhia quem queria. Aí ele disse: ‘olha, vocês vão se batizar que a coisa tá ...’. Por isso, que eu digo isso aí, que a gente passou horas. Só que sempre confiante, sempre acreditando que ia melhorar. E demorou um pouco daí melhorou (HEINDRIKSONa, 2018).

Mesmo narrando tais confrontos e brigas, os selecionados apontaram a comunidade como um bom lugar para se viver e trabalhar. Embora com dificuldades nos primeiros anos na região, o desenvolvimento foi, pouco a pouco, facilitando a vida das famílias da comunidade. Um dos fatores que se transformou na vila foi o acesso a mantimentos e produtos, por meio do comércio. Tal contextualização, é narrada pelos selecionados, a seguir.

## 5.8 COMÉRCIO

Os apontamentos sobre os estabelecimentos comerciais de Aparecidinha d’Oeste foram sempre citados, juntamente com colocações sobre as longas distâncias percorridas pelas famílias e sobre as condições difíceis das estradas e do transporte. Isso porque nos primeiros anos dos entrevistados na região, durante o início da década de 1960, não havia nenhum estabelecimento de produtos na vila. Já em 1968, Inácio lembra-se de instalar o primeiro comércio de Aparecidinha d’Oeste.

Embora não consiga recordar o nome do estabelecimento, recorda-se que, na primeira vez que entrou lá “tinha dois quilos de sal, um quilo de erva, e três ou quatro potezinho assim, nem sei do que que era, e um litro de cachaça só. Mais nada” (WOLMUTH, 2017). Segundo ele, essa “bodega” e a igreja de madeira, ao lado da escola, eram os únicos estabelecimentos da vila. Anos mais tarde, Toninho Proto abriu um casa comercial na avenida Tiradentes.

Guiomar Coradini recorda-se apenas de um mercado que vendia roupa em metro. Também localizado na avenida da vila, o nome citado por ela, como dono do comércio era

Dilo Schonts. Além dele, cita Antoninho, como proprietário de uma loja de roupa e de um mercadinho, anos mais tarde.

Senhorinha Carvalho apenas fala sobre as idas para acompanhar o falecido marido até propriedade de Adolfo Ghellere, em Itacorá, para comprar comida. Mesmo sobre a época em que morou na avenida, não cita nenhum nome ou referência comercial.

Dentro do universo dos depoentes, Terezinha Franco era a que menos utilizava os serviços do comércio, tendo em vista sua produção própria de alimentos. Recorda-se apenas de negociar, por meio de trocas, galinhas e o fumo colhido, por mantimentos que não conseguia produzir. Normalmente, tais acordos ocorriam nos comércios de Itacorá ou da cidade vizinha de Missal.

Jair e Jurema declararam que quando precisavam do serviço de comércio iam até um estabelecimento conhecido como mercado do Chico Vera, em Itacorá. O casal considerava o local como um mercado de grande porte para a comunidade, onde se vendiam produtos alimentícios e também vestuário. Ambos afirmaram que com a formação do lago de Itaipu e o processo indenizatório, os empresários mudaram-se para Aparecidinha d'Oeste e lá ofereceram os mesmos serviços. Sem perspectiva de melhora e desenvolvimento, anos mais tarde, deixaram Aparecidinha e mudaram-se para uma cidade da região. Jair e Jurema afirmam que, atualmente, a família reside no Mato Grosso.

Para Adolfo, que era comerciante e vivia em Itacorá, todos os serviços da comunidade estavam próximos. Em oposição aos depoimentos da maioria dos entrevistados, o farmacêutico entusiasmou-se ao falar dos serviços da comunidade. Em meio às tantas lembranças de seu bom relacionamento com outros comerciantes da vila, mencionou um evento bastante simbólico para todos, o qual foi o responsável pela organização.

O comércio era bom, comércio que vendia por atacado assim. Inclusive o comércio era muito bom, era de primeira, tinha dois comércio lá de primeira, tinha de tudo, o que você precisar tinha lá. Chegava você comprava de caminhão assim mesmo, vendia muito. Naquela época o pessoal lá vendia muito hortelã. Então, São José do Itavó mesmo ali era uma festa nos domingos que vendia hortelã, era uma festa. Eu tenho umas fotografias lá em casa do tempo da despedida de Itacorá. Fizemos um festão. Um festão de ficar na história mesmo. Fui nos comerciante ali e tinha duas casa de comércio forte assim e eu falei: 'vamos fazer uma festa de despedida de Itacorá?' 'Sabe que é uma boa?' 'É uma boa, vamos fazer, sim!'. Eu falei assim: 'eu dou a carne!' O caboclo outro falou assim: 'A bebida eu dou'. 'Ajudo com pão!' (GHELLERE, 2018).

As doações foram consideráveis e no dia da festa os números foram surpreendentes. Adolfo contabilizou que para aquele evento tiveram “uma Kombi de pão, cheia de pão, 25

baril de chopp de 50 litros, [...] um caminhão de refrigerante. Eu sei que tinha 800kg de carne, deixei mais dois bois dentro da mangueira, 300kg de carne de porco [...]” (GHELLERE, 2018).

O costume de buscar em outras localidades serviços de comércio, criado nos anos de 1960 e 1970, perdurou até as décadas seguintes, em que Lotário lembra-se que “era uma tradição e mesmo uma cultura de [que] se fosse fazer uma compra um pouco melhor, se saía pra Missal, ou Medianeira, ou São Miguel do Iguaçu pra ir às compras” (KNOB, 2017).

Na comunidade de Aparecidinha d’Oeste, anos de 1980, Lotário ponderou que todas as áreas eram razoavelmente assistidas, atendendo assim a pequenas necessidades como “a venda de comida e às vezes até roupa no mesmo estabelecimento comercial e além de posto de combustível para abastecer carros e máquinas agrícolas” (KNOB, 2017). Havia também, segundo o professor, o início de lojas de materiais de construção.

## 5.9 POLÍTICA

As movimentações políticas não pareciam interessar muito a Terezinha Franco e Guiomar Coradini que, da época, pouco se recordaram. Citaram apenas que os primeiros políticos eram da cidade de São Miguel do Iguaçu e o nome do primeiro prefeito de Itaipulândia, Lotário Knob. Terezinha recorda-se de ir à São Miguel para votar e ambas recordam-se que as campanhas eram calmas, diferentemente da realidade de Itaipulândia atualmente, pela qual as aposentadas tecem muitas críticas.

Senhorinha Carvalho se mostra empolgada sempre que fala sobre política e relaciona o assunto a tudo que pode, até mesmo ao número de sua residência (que termina com os dígitos 22, número utilizado pelo seu candidato à prefeito, nas últimas eleições da cidade). Embora se apresente entusiasmada com o assunto, suas lembranças são confusas sobre anos e ordem dos prefeitos da cidade, os quais cita apenas Lotário Knob, Vendelino Royer e Miguel Bayerle. Já Inácio Wolmuth, aponta detalhes mais precisos sobre a história política na vila de Itacorá e Aparecidinha d’Oeste.

Olha, naquela época era bonito ali a política. Não era que nem hoje. Eu ia votar lá no Itacorá a pé, no dia de chuva. Tudo por São Miguel, candidato a vereador, prefeito, só em São Miguel. Mas tinha os vereador lá do Itacorá, tinha vereador de São Miguel. Aí depois saiu um da Jacutinga [comunidade de Itaipulândia] ali, o Lauro Rossini. Saiu o João Karmirczak, saiu. Um vez votei pro irmão do Gentil Donini [atual ministro da igreja católica], o Arthur, era candidato. Ia vota pra ele daí eu ia indo a pé chovendo, ele passou por mim com fusca, não me levou. Ai eu cheguei lá, só fiz um X em cima

da cédula. Naquela época era cédula grande assim, só fiz um X. Não precisou do meu voto. Caminhando na chuva daqui pra lá. Votei, meu voto era dele! Mas não me levou. Pensa! Aí tinha o Waldomiro Klos, tinha bastante candidato lá. Itacorá sempre tinha vereador, sempre (WOLMUTH, 2017).

A lembrança de Itacorá sempre mantendo representatividade no poder legislativo de São Miguel do Iguaçu é compartilhada por Jair e Jurema, mas sem aprofundamento. Lembram-se apenas de alguns nomes, sem muitos detalhes e especificações, como “o Cazzuni, o Hugo Mark era vereador, o Vilibaldo ficou suplente. Sei que ali teve bastante por Itacorá” (HEINDRICKSON, 2018).

Os detalhes vagos a respeito da política em Itacorá também foram percebido pelas lembranças e memórias de Adolfo, que restringiu-se a comentar sobre a presença de três ou quatro vereadores, sem nominá-los, bem como afirmou que todos iam até São Miguel do Iguaçu, participar das sessões na Câmara Municipal.

Sobre isso, lembra-se de participar de algumas dessas viagens. “Eu aproveitava a carona pra vim com eles, com o Jipe, pra pegar medicamento aqui que meu tio tinha a farmácia aqui, aí eu pegava as caixas de medicamento pra eu levar” (GHELLERE, 2018). Após tal colocação, passou a falar de seus tios e de seu falecido pai, o qual Adolfo trouxe para o Paraná, para cuidar durante os últimos anos de vida.

Dos oitos selecionados, Lotário é quem traz mais contribuições no âmbito da política local, tendo em vista sua trajetória, participação e cargos ocupados frente a história de Itaipulândia. Do período de distritos, o professor afirma que a microrregião que reunia as comunidades de Itacorá, Aparecidinha d’Oeste, Santa Inês, São José do Itavó, Cristo Rei, Caramuru e atualmente compõem o município de Itaipulândia, normalmente contavam com dois vereadores na Câmara Municipal de São Miguel, o que não satisfazia a necessidade dos moradores que consideravam-se esquecidos pelo poder público.

Lotário foi o primeiro candidato ao cargo de vice-prefeito representando tais comunidades de São Miguel do Iguaçu e, segundo ele, foi nessa época que notou-se de forma mais efetiva, o descontentamento da população.

O povo era desacreditado no sentido de dizer que nós éramos esquecidos, que nós tínhamos que nos ligar à Missal, que ficava apenas a 10km e São Miguel do Iguaçu ficava a 35km. A gente sentia o clamor popular no sentido que estava desacreditado e que nós não tínhamos chance de eleger um prefeito ou um vice-prefeito, alguém que desse atenção à nossa microrregião, de Aparecidinha d’Oeste e comunidades da região. E então surgiu aí um pouco desse sentimento, essa ideia, essa cobrança ou

mesmo essa luta de se encabeçar um trabalho para emancipar porque para a época era mais fácil eventualmente criar-se um município aqui na região do que nós nos desligarmos de São Miguel do Iguaçu [...]. E aí, então, iniciou-se esse movimento pela emancipação [...] (KNOB, 2017).

Recordando-se também dos vereadores Lauro Rossini e o João Kazmirczack, Lotário pondera que por conta da inserção desses representantes das comunidades enquanto pertencentes à São Miguel do Iguaçu foi fundamental para que quando tomou-se a iniciativa de luta por emancipação, as vilas já estivessem estruturadas com relação “partidos políticos, com representantes ou com ideias” (KNOB, 2017) nesse sentido.

Nas concepções dos depoentes Inácio, Terezinha e Guiomar, notou-se uma visão política da época com certo saudosismo, alegando que antigamente não havia negociação do voto, havia maior sigilo quanto a opção política de cada um e as campanhas eram mais brandas que atualmente. A situação começou a mudar na região após a construção da usina de Itaipu e a formação do lago, que culminaram na emancipação de Aparecidinha d’Oeste.

#### 5.10 ITAIPU BINACIONAL E O ALAGAMENTO

A inserção desse tópico na entrevista foi considerada a partir do conhecimento da pesquisadora sobre o grande impacto e importância desse episódio para os rumos da história de Itaipulândia, que, a partir disso, passou por marcantes transformações. Além disso, a formação do lago de Itaipu é recorrentemente citada nas entrevistas, servindo muitas vezes como parâmetro de tempo e referência histórica (períodos pré e pós Itaipu).

Dessa forma, mesmo naqueles que não foram diretamente atingidos pela formação do lago, a lamentação pelo ocorrido surgiu como um sentimento. Dos oito depoentes, três foram afetados pelo processo de desapropriação: Adolfo João Ghellere, Jurema Heindrickson e Jair Heindrickson. Com exceção de Senhorinha Carvalho, todos os depoentes manifestaram-se sobre a transformação na região. Terezinha Franco, com sentimento de pesar, lamentava pelas terras produtivas que se perderam no episódio.

Nós graças a Deus não atingiu nada, nós. Mas os outros foi muito triste, meu Deus do céu, tá louco! Menina nós buscava tanta fruta, tanta fruta, ficava encantada! Tinha aqueles pé de lima, pé de fruta que sentada tu podia encher duas bolsas. Era incrível, incrível de ver aquelas moradas, aqueles arvoredo. Que pecado maior do mundo, né? Meu Deus do céu! Teve gente que se saiu bem, que vendeu logo que se colocou, se saiu bem. Mas algum teimoso também, gente que também, como diz o outro, não tem muita experiência de vida, não tem muita sabedoria também e certo, não foi logo procurar outro lugar, daí deu no que deu, ficou sem nada, muitos e muitos. Quanta gente que ficou sem nada, né? Sem aquilo lá, nunca que eles iam vender na vida, né,

como aconteceu aqui. Tinha que sair na marra, vender ou sair, não tinha, tinha que sair (FRANCO, 2017).

Ao lembrar-se de Itacorá após a formação, lamenta-se novamente. “Mas dava dó, né, e Itacorá, terminou tudo, tudo. Meu Deus do céu! Foi, não sei se foi pro bem ou se foi pro mal, se foi pra ajudar ou se foi só...” (FRANCO, 2017). Terezinha pondera ainda sobre a mudança e instalação de muitos estabelecimentos comerciais em Aparecidinha d’Oeste após a indenização da Itaipu, realidade cuja recordação também foi comentada por Guiomar Coradini.

Ah eu lembro que tinha muita, muita gente morando. Nossa! E daí veio o lago e daí se esparramou todo mundo. Um foi pra lá, outro pra cá. Nunca mais, tem gente que a gente nunca mais soube. Nunca mais se encontremos e nem endereço a gente tem. Tinha bastante, Itacorá ficou embaixo da água. Aquilo lá foi uma judiaria, já era uma cidade assim bem estruturada. A única coisa que tem do Itacorá é o cartório, o cartório era de lá. O cartório da Vanilda era de lá (CORADINI, 2017).

Além dos laços de amigos e familiares que se rompiam, Guiomar coloca outro fator contribuinte para o pesar de muitos habitantes. “Todo mundo tinha terra boa, né? Que plantava tudo e agora ficou tudo embaixo da água”, recorda-se. Grande parte de quem recebeu “certinho” a indenização por suas terras foi embora da região rapidamente, por vezes, nunca mais dando notícias. Inácio Wolmuth diz ter tomado conhecimento do projeto Itaipu, em um dia, em seu antigo trabalho na serraria. Para ele, tratava-se de um projeto descabido, em que não se podia acreditar.

Ah, aquilo ali mudou tudo o esquema. Eu não acreditava que o lago vinha aqui. Porque em 1967, o primeiro ano que eu tava aqui, 67/68, uma coisa assim era; veio um senhor de bastante idade, lá na serraria onde eu tava trabalhando, pediu uma água lá, e tinha mais um piação junto, uns dezoito, vinte anos. Aí eu pedi: ‘mas o que que vocês tão engenhando no mato ali?’ Cada um com uma mochila nas costas, eles tinham um relógio assim na mão e aí pedi: ‘o que que o dono tá engenhando nesse matão ali, caminhando com essa mochila nas costas?’. ‘Tô fazendo um levantamento’, ele falo, ‘pra barragem da Itaipu, usina elétrica da Itaipu que vai ser fechado o rio Paraná, lá na Foz’. Daí eu falei: ‘mas eu quero ver vocês fechar o rio’. Nós conhecia o rio Paraná lá do Itacorá, louco que era aquela água lá, tão forte que chegava até uns redemoinhos, uns buracos assim. Depende o caíco que pegava descia o caíco lá pra dentro, de forte que era a água. ‘Eu quero ver eles tranca aquela água lá’. [O senhor, então, lhe responde] ‘Lá em cima, naquele pé de guabiroba lá, pra cima da serraria, um pouco, onde é do Ademar. Lá naquele pé de guabiroba, pode ir lá olhar, lá tem uns palanquinho, tem uns número em cima lá, na hora que fechar o lago, 100 metro pra baixo daquele marquinho, vai vim a água’. Digo: ‘mas essa eu quero assistir primeiro’. Sabe que quando fechou o lago, onde é que o véinho aquele falou, que a água ia, tá a água lá hoje, lá veio a água. Isso foi em 67/68, quando ele fez aquele levantamento (WOLMUTH, 2017).

Nos dias em que a Itaipu iniciou a formação do lago, Inácio e a esposa recordam-se de ir à Itacorá acompanhar a água subir, por diversas vezes. Questão de dez, doze dias, lembra-se do lago já formado. Como também recordado por outros depoentes, “todo mundo mudou pra cá [Aparecidinha d’Oeste]”, após as indenizações. Mas quem não se acertou em termos financeiros com as condições oferecidas pela binacional, tinha um desfecho diferente e complicado.

Tem hoje casa embaixo da água lá que os cara não queriam receber o que a Itaipu queria pagar, até hoje casa embaixo da água. Galpão de fumo embaixo da água, ficou tudo embaixo da água, uns 30/40 metros embaixo da água o que o pessoal não quis receber o que a Itaipu queria pagar, não aceitava o certo, né? [...] Aí eles foram teimando e não saíram da terra, até que a água chegou na terra e se obrigaram a carregar e vazar embora. Perderam tudo, perderam casa, tudo! Não deu mais tempo pra nada. Eles tinham dez anos pra saí, mais ou menos, não saíram (WOLMUTH, 2017).

A fala de Inácio, assim como de Terezinha e Guiomar, passaram a ideia de que, na época, quem discordou das avaliações e preços pagos pela Itaipu, não se deu bem. As falas, transparecem a ideia de que “teimar” com os representantes da usina e permanecer nas terras por mais tempo, esperando melhores propostas, não eram atitudes inteligentes e, em todos os casos, não resultaram em bons negócios.

Adolfo Ghellere foi um dos depoentes diretamente afetado pela formação do lago. Com a desapropriação, perdeu grande parte das suas terras em Itacorá. Mas, para o farmacêutico, o negócio foi facilmente acordado com a Itaipu. Quando questionado sobre o processo de transformação da vila, dedicou-se a ponderar sobre a qualidade das terras e beleza das propriedades.

[...] Ninguém queria sair porque o seguinte: nossa terra ali era muito boa, melhor terra do mundo, era a melhor terra do mundo que nós tinha ali, certo? [...] Produzia tudo, café, coco da Bahia, o que você queria, produzia. Então a terra era uma terra abençoada, então as pessoas de idade assim, sentiram muito, porque você veja bem, tinha gente que tinha propriedade, que tinha aquelas mina de água assim, tinha gente com aquelas propriedades muito bonita, simples assim, mas tinha água dentro de casa, a mina de água tava dentro de casa assim. Tinha um senhor lá que tinha um tanque que fez tipo uma piscina, uma banheira, mas de madeira, então aquilo era gostoso. Porque água lá era difícil também, era complicado, a água do poço lá era muito fundo. O poço lá dava 25/30 metros de profundidade, as que tinham propriedade perto de um córrego, de um riozinho, era muito caprichado (GHELLERE, 2018).

Sobre o processo, Lotário, que chegou quando o lago já estava formado e por consequência, quando as desapropriações já haviam chegado ao fim, declarou, de um ponto de vista que buscava equilíbrio, ponderar sobre os dois lados do episódio. De acordo com suas considerações, a informação sobre os *royalties* que seriam pagos pela Itaipu foi bem recebida por grande parte da população, por oferecer esperança de desenvolvimento às comunidades, tendo em vista que tais recursos permaneceriam na região afetada. O valor dos *royalties* poderiam, então, a partir disso, serem aplicados na estruturação do novo município e impulsioná-lo. Além disso, a Itaipu passou a melhorar e investir em estradas na região, como por exemplo, o trecho Foz/Guaíra, considerando a ampla utilização e interesse da própria usina.

Do mesmo modo, Lotário indica também problemas e prejuízos a muitas famílias com a desapropriação, indenizações indignas, inflação no valor das terras na região, quebra financeira a muitos produtores, perda de contingente populacional, encobrimento de terras férteis, rompimentos de laços de amizade e de família.

Para Jair e Jurema Heindrickson, as consequências negativas da construção da Itaipu e da formação do lago foram devastadoras em muitos sentidos. Na época dos acordos e negociações acerca das desapropriações, Jair e Jurema moravam em uma casa, na propriedade do pai de Jair, seu Jorge, que também residia no local e trabalhava junto com o filho cuidando das terras. Muito produtiva, era do trabalho na terra e na lavoura que toda a família se sustentava, inclusive, os três filhos pequenos do casal.

Mas, o grande valor que toda a família Heindrickson dava à terra, não teve a mesma avaliação para a equipe da Itaipu, durante o acerto de valores pagos na desapropriação. Foi a partir de então, que a história de tensão entre os Heindrickson e a Itaipu teve início.

O valor solicitado pelo agricultor em troca dos mais de 100 alqueires de terra de sua propriedade era 100 mil reais. Segundo Jair, o pai estava disposto a aceitar 50 mil reais em um acordo indenizatório. Mas, o valor estipulado pela equipe de avaliadores que representavam a usina ofereceu 28 mil reais, como proposta definitiva. “Não, ele não aceitou sair. Ele não quis sair por causa do pouco. Ele achou muito pouco”, recorda-se Jair. A esposa diz que eles estavam pagando apenas o valor da benfeitoria e não da terra, propriamente.

Ele [seu pai] achou que era melhor perde, ele era um pouco também, meio alemão, né, o pai dele era alemão mesmo, né, então. Aí ele disse, ele achou que os militar, eles não podiam fazer isso. Porque ele foi militar, né, ele achava que eles iam respeitar um pouco, né, ele foi militar. Então, ele disse: ‘pra cachaça eu faço’ e oficial de justiça então disse pra nós, eu, ele e esse meu irmão que morreu na água, ele disse que depois de 100 anos pra nós ia ser muito bom. Ele disse depois de 100 anos, só que não, não



precisou tanto tempo, melhorou muito rápido, a gente conseguiu dar a volta por cima. Hoje, se eu disser que a Itaipu ela matou, ela matou, matou meu pai, matou minha mãe, matou meu irmão, porque esse que morreu na água, morreu por causa disso, mas pra mim, hoje tá bom. Porque se não fosse acho a Itaipu, nós tava plantando lavoura aí, fumo, que a pior coisa que tem é plantar fumo e por aí (HEINDRICKSONa, 2018).

A morte de seu pai, a qual Jair se refere em seu depoimento, ocorreu um ano e oito meses após a ação de despejo da Itaipu, na qual as casas, chiqueiros e demais construções foram derrubadas. Jorge morreu aos 65 anos, de infarto, nas terras restantes da família. Até o dia de sua morte, não havia recebido nenhum valor da Itaipu pelo processo de desapropriação. Segundo Jurema, ação de despejo teve início em 20 de setembro de 1982 e durou 22 dias. No último dia, quando as casas foram derrubadas, Jorge estava sozinho na residência pela manhã. À tarde, quando o casal voltou do Hospital em São Miguel, onde haviam retirado os pontos da cesariana de Jurema, tudo já estava demolido. O que restou foi um galpão construído pela equipe da Itaipu, para abrigar o estoque de farinha produzido pela família.

Sem ter para onde ir, a família abrigou-se temporariamente no local. “Aqueles dias que eles tavam derrubando as coisas ali, era só chuva e chuva e chuva e o caminhão patinava e eles não conseguiam sair, era um baral, um baral, e daí subiam pra cima com as coisas depois ali, dando risada e farra” (HEINDRICKSONb, 2018), lembra-se a esposa.

Como a ação de despejo durou o dia todo, somente à noite a família conseguiu entrar no galpão e abrigar-se provisoriamente. Foi quando iniciou uma tormenta na região.

Era só um galpalzão quadrado, só os cantos, aí não botaram janela, não botaram porta, não botaram nada e daí o vento embocou ela pra dentro e levou ela pra frente. O miolo ficou assim redondo pra dentro, ela veio bem pra baixo primeiro, nós tava dentro, ela veio pra baixo primeiro assim, veio pra baixo e daí nós achamos que ela ia cair pra baixo, daí o sogro segurando um colchão assim pra cima de nós que daí se ela caísse, o colchão defendesse pra não matar. O sogro segurando o colchão. A casa veio, o sogro segurou o colchão que se as tabua caísse não matava nós. Eu com as três criança, uma com um mês e pouquinho, o Jefferson e a Giuliane, a nenê no colo e os dois abraçados aqui segurando, porque o Jefferson quase fugiu, o sogro que pegou ele na porta porque ele queria ir atrás daquele ali [do Jair], que aquele ali tinha ido prende os terneiro lá embaixo. [...] E daí as criança gritando, um gritava mais que o outro. Meu Deus! Essas crianças gritavam, gritavam, gritavam e o sogro dizia: calma, calma, já passou! Já passou, já passou e aquela chuva, chuva, chuva. Molhava tudo. Não ficou nada, nada, nada. Não ficou um palito de fósforo no lugar (HEINDRICKSONb, 2018).

A data do episódio inesquecível para a família de Jair e Jurema é 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida. Seis meses depois, com algumas madeiras serradas por Jair, antes do despejo e com pedaços de pau encontrados na beira da água, o casal conseguiu levantar

outra casa para abrigar-se com os filhos pequenos. Rememorar a história, tão dolorosa e longa para a família, foi sentida por Jair.

A gente fica meio nervoso de conversar, parece que mexe tudo as veia assim, e eu nunca gostava assim de ofender o meu pai, o meu problema foi, que às vezes, eu não ia perder tanto, porque minha casa eu podia ter tirado, minhas coisas. Eu achava assim que ele tinha que dar assim, a última palavra. Só que a Itaipu, se ela reconhecesse, jamais que ela podia botar uma família com três crianças, que nem a menina que era tão pequena, com 30 dias, passava um pouco de trinta dias, botar na rua, é bastante. Esse oficial de justiça, ele acha que ele é grande, mas ele é pequenininho, ele é pequenininho (HEINDRICKSONa, 2018).

Anos mais tarde, os herdeiros de Jorge receberam da Itaipu os 28 mil reais que haviam sido recusados por seu pai. Jair e Jurema desvincularam-se, pelo menos judicialmente, de toda a história. “Eu assinei uma procuração pro meu irmão desistindo e eu ficava com esse terreno, e então, eu com a Itaipu, eu me desliguei totalmente”, pondera Jair.

Os apontamentos gerados pelos depoentes a partir de temas colocados pela pesquisadora, geraram as visões acima relacionadas sobre Aparecidinha d’Oeste e Itacorá. Na segunda fase da entrevista, novas memórias surgiram, a partir da apresentação de fotografias aos selecionados. Essas lembranças despertadas e suas contribuições acerca das comunidades que ainda não haviam sido recordadas, são apontadas no próximo capítulo.

## 6. AS IMAGENS: ANÁLISE E RESULTADO DO GATILHO DA MEMÓRIA

Para o estudo e seleção das fotografias apresentadas aos depoentes, a pesquisadora considerou os apontamentos de Erwin Panofsky (2009) e Boris Kossoy (2001). Os estudos de tais autores foram utilizados para embasar uma análise iconográfica e iconológica das imagens, com o intuito de absorver os elementos constituintes das fotografias selecionadas (referente à esfera iconográfica) e, também, as informações claras apreendidas na fotografia, seu conteúdo explícito.

A presente análise considerou ainda os pressupostos de Kossoy e Panofsky acerca da interpretação iconológica. A abordagem segue os caminhos interpretativos que podem ser apontados por meio de uma fotografia, pelos quais a leitura fotográfica deve ir além do elementos estéticos e informacionais constituintes na escala visível da imagem e buscar a compreensão e o conhecimento de seu contexto histórico e social. Para Kossoy (2001, p. 123-124),

o significado mais profundo da imagem não se encontra necessariamente explícito. O significado é imaterial, jamais foi ou virá a ser um assunto *visível* passível de ser retratado fotograficamente. O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos *ausentes* da imagem. Além da verdade iconográfica.

Assim, a consideração de tais apontamentos somam à pesquisa a partir da busca por fotografias ricas não só em elementos codificados na imagem, mas também, nas dúvidas e inquietações da autora acerca de que histórias tais fotos podem trazer. Quais acontecimentos e grandes fatos podem falar? Que desdobramentos tiveram os episódios retratados nelas?

As considerações de Panofsky e Kossoy também foram utilizados para a leitura fotográficas de outras pesquisas desenvolvidas que fazem uso da aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória. É o caso dos trabalhos desenvolvidos por Teixeira (2013) e Kaster (2017).

Além disso, contribuições de Hoffmann (2010) foram somadas ao processo de seleção das imagens, segundo seus apontamentos sobre a elaboração de um portfólio único de organização e apresentação aos entrevistados, facilitando a comparação e conferência dos depoimentos colhidos. A sugestão de Hoffmann (2011) é que o material organizado contenha

[...] além de figuras representativas, registros de locais significativos como ruas de comércio, hospitais, hotéis, escolas, estabelecimentos públicos, lugares de vivência, nos quais o sujeito se reconhece como parte integrante da cidade, ou seja, lugares de pertencimento (HOFFMANN, 2011 *apud* TEIXEIRA, 2013, p. 78).

Assim, no período de seleção das imagens, buscou-se também a escolha de fotografias que poderiam ser representativas, que pudessem gerar nos depoentes sentimentos de aproximação e identificação. Para isso, lugares comuns e representativos da vila compõe a maioria das fotografias, como igrejas, escolas, campos de futebol. Considerando os conceitos e pressupostos teóricos acerca do pertencimento e da leitura iconográfica e iconológica das imagens, o quadro de fotografias composto pela pesquisadora para o presente estudo centrou-se em 14 fotografias.

**Figura 12 - Mosaico de fotografias apresentadas aos selecionados**





Fonte: Elaborado pela autora. Data: 2017

As fotografias foram apresentadas aos depoentes uma a uma, na sequência em que estão inseridas no mosaico (Figura 12). Elas refletem diferentes momentos das comunidades de Aparecidinha d'Oeste e Itacorá, sendo a imagem 9, capturada na vila de São José do Itavó<sup>36</sup>, local também conhecido e frequentado pelos moradores de Aparecidinha, na época. Todas as fotos referem-se ao universo dos tópicos levantados pela pesquisadora aos entrevistados, na fase inicial da conversa. Os títulos das figuras apresentadas a seguir

<sup>36</sup> São José do Itavó é uma comunidade de Itaipulândia. Antes da emancipação, possuía mais moradores que a vila de Aparecidinha d'Oeste e também era mais desenvolvida. Por isso, recebia muitas famílias da vila vizinha, para usufruírem de seu comércio. No entanto, teve um período de auge passageiro, encerrado pelo fim do ciclo de hortelã.

correspondem às legendas das fotografias encontradas na Casa da Memória, em mapeamento feito pela pesquisadora. Por isso, alguns não precisam datas e fontes.

Em cada tópico, insere-se a imagem, os motivos que justificaram sua escolha e inserção no portfólio, bem como as narrativas rememoradas pelos depoentes, durante a entrevista.

### 6.1 IMAGEM UM

A primeira fotografia apresentada aos depoentes apresenta uma solenidade de formatura da segunda turma de concluintes do curso técnico em contabilidade, oferecido em Aparecidinha d'Oeste, em 1987. Nesse período, o lago de Itaipu já havia se formado e a comunidade havia alcançado um ligeiro desenvolvimento, inclusive na educação, com o suporte e oferecimento de cursos técnicos, como o retratado na imagem.

A fotografia foi escolhida para compor o portfólio, tendo em vista que a solenidade ocorreu em um importante local da comunidade: a nova sede da igreja católica, construída na década de 1980. Além disso, retrata um importante momento para as famílias da época, que conseguiam prestigiar a formação de um filho, em nível técnico. Pelo conhecimento da pesquisadora sobre a força e presença notória da comunidade católica nas vilas de Aparecidinha d'Oeste e Itacorá, a igreja matriz foi considerada um lugar de pertencimento. Sua apresentação aos depoentes buscava novas considerações a respeito do universo religioso, bem como sobre a educação nas vilas.

**Figura 13** - Segunda turma de concluintes do curso técnico em contabilidade, no ano de 1987, gestão Albino Bissoloti



Fonte: Casa da Memória, acervo Laudair Bruch

As primeiras percepções dos entrevistados eram de que a fotografia relacionava-se a algum juramento ou formatura. Todos tentaram identificar os alunos e três deles (Senhorinha, Terezinha e Inácio) indicaram nomes, alegando que talvez reconhecessem alguns deles. Todos os palpites foram retirados ao serem informados que se tratava de uma formatura do curso técnico em contabilidade. O elemento que mais chamou a atenção foi o chão da igreja, que permitiu aos entrevistados, informarem se conheciam ou não o local.

Guiomar Coradini, reconheceu a igreja ao levantar-se e ir para fora onde tinha mais iluminação. Não reconhecendo as pessoas, questionou a pesquisadora se haviam mais fotos dessa ocasião. Ao tomar conhecimento sobre o lugar ser a igreja católica, ponderou que foi catequista “só na igreja de madeira. Eu fui catequista só o primeiro e segundo ano que eu tava aqui. Era igreja de madeira, bem simplesinha” (CORADINI, 2017). Assim, percebendo que o chão da igreja da fotografia era de piso, descartou a possibilidade de ter catequizado lá.

Inácio também reconheceu o ambiente pelo piso, mas ambientou-se também pelas janelas. Lembrou-se do trabalho que realizou ali e arriscou alguns palpites a respeito da identidade dos homens presentes na imagem. “O piso, ajudei a colocar esse piso. Isso aqui é um dia de formatura, eu acho. Dia de formatura. O Ari [seu irmão] não tá junto ali, né? Aquele lá não é o Miguel [segundo prefeito de Itaipulândia]?” (WOLMUTH, 2017).

De acordo com Hoffmann (2010), é importante que seja observado o modo como os depoentes organizam suas memórias e que elementos presentes na imagem, facilitam determinada aproximação ou distanciamento com relação ao local ou evento retratado na fotografia. No caso de Inácio, a orientação e identificação por meio do chão e das janelas, foram fundamentais para que recordasse o espaço.

O ambiente e sua estrutura espacial facilitam a orientação, mas é necessário que sejam constituídos pontos e objetos concretos de identificação. Por isso é importante observar como o entrevistado se orienta ao explicar as ruas, utiliza pontos de referência para explicar ao pesquisador, e como se identifica com as construções e vias da cidade. A identidade do homem, implica na identidade do lugar e, conseqüentemente, na relação de pertencimento, de sentir fazer parte (HOFFMANN, 2010, p. 61).

Terezinha centrou-se em observar as meninas que, segundo ela, usavam um vestido muito parecido com o de sua filha, também usado na formatura. Desistiu quando foi informada que a formatura era do curso técnico e comentou que havia quebrado seus óculos dias antes, por isso, estava confusa. Senhorinha Carvalho disse que um dos homens parece um



filho seu, já falecido, mas não insistiu que fosse. Quando soube que era a igreja católica, apenas comentou que quer participar das novenas de Maria, que ocorrem em Itaipulândia, no mês de outubro.

A vontade pessoal e presente de Senhorinha de participar das novenas, foi compartilhada com a pesquisadora a partir de um movimento de memória desencadeado pelo gatilho disparado após a visualização da fotografia. A colocação, evidencia a organização da memória em função de preocupações pessoais do momento, mostrando assim, conforme os apontamentos de Pollak (1992, p. 204), “que a memória é um fenômeno construído” que parte do tempo presente.

Jurema reconheceu rapidamente que tratava-se da igreja matriz e que na ocasião Aparecidinha d’Oeste já havia sido emancipada, sendo portanto, Itaipulândia. Mas não teceu muitos comentários ao constatar que não reconhecia as pessoas retratadas na imagem. “Eu não tô conhecendo ninguém aqui. Não conheci ninguém aqui, nenhuma pessoa (HEINDRICKSONb, 2018).

O esposo de Jurema viu a fotografia mas disse não ter nenhuma memória sobre. Justificou a ausência com as poucas idas a Aparecidinha, tendo em vista um longo desvio que fazia a cavalo. A memória compartilhada por Jair, não relacionava-se às informações presentes na imagem, mas surgiram a partir de sua visualização. Assim, todo o trajeto com a rota alternativa foi recordado e compartilhado com a pesquisadora.

Aqui a gente cortava, eu e meu pai, Aparecidinha a cavalo. Nós ia até Laranjita, sabe Laranjita? [Indaga à pesquisadora]. Medianeira ali. Passa no Ipiranga e daí entra pra dentro ali na esquerda e vai daí, vai Laranjita, depois nós fomos nos Carrer em Medianeira, que eles eram vizinhos nossos do meu pai lá. Os Carrer eram vizinho e daí nós fomos de cavalo até ali na Laranjita, daí de Laranjita nós peguemos uma charrete do homem lá e fomos até nesse Vitório Carrer na época que era sertão ainda, né? Mas ônibus já tinha que passava aqui. Tinha uma ponte lá caída. Esperemos lá botar as coisas que a água acho que tinha mexido e aquela ponte ainda que não era essa ali, era outra que ficava mais embaixo. A ponte era rasa com o rio, né? Depois que foi feito essa alta, né? (HEINDRICKSONa, 2018).

O modo distinto com que cada entrevistado comporta-se e manifesta-se a partir da apresentação das imagens, foi percebido e evidenciado pela pesquisadora Hoffmann (2011), ao ponderar que “[...] algumas testemunhas lembram inúmeras histórias que se desenrolam na memória por meio do registro imagético, enquanto outras citam apenas pessoas e locais fotografados, muitas vezes, confundindo-os” (HOFFMANN *apud* TEIXEIRA, 2013, p. 142).

Adolfo Ghellere, que residiu em Itacorá e após sua extinção mudou-se para São Miguel do Iguaçú não pronunciou-se sobre a imagem, apenas alegou não reconhecer tal fato e

tais pessoas. Lotário, que já estava em Aparecidinha d'Oeste em 1987, à primeira vista diz não conseguir recordar-se da ocasião. Olhando insistentemente a imagem, algumas memórias e percepções lhe foram surgindo.

Isso aqui é dentro da igreja, dentro da igreja católica, no meu entender, né? Essa foto seria na década de 80, isso? 87? Eu acho até que eu era diretor dessa escola, naquele ano. Desconfio que esse aqui pode ser o Vanderlei Pauleski, tem cara de que pode ser, mas eu não consigo aqui, me recordar de quem pode ser os alunos aqui. O que eu consigo entender é que as turmas eram relativamente pequenas, e era isso mesmo porque os alunos tinham que pagar as mensalidades e então poucos se formaram. Esse aqui parece que é o Vilson Stahlhoefer e os demais não consigo reconhecer aqui (KNOB, 2017).

Após a insistência pessoal em tentar reconhecer rostos familiares, amigos ou ex-alunos que poderiam estar presentes na fotografia, o professor, em uma percepção saudosista e também bastante valiosa, analisou a importância e a tradição religiosa que permeava as solenidades de formatura nos anos de 1980. Para ele, há uma diferença notória entre as celebrações da atualidade, que desvincularam-se significativamente das celebrações religiosas e passaram a dar maior notoriedade aos bailes sociais.

A formatura por aqueles anos era assim uma das principais atrações do ano aqui naqueles anos, né? Aqui a formatura ainda era uma coisa, não que nem é hoje, ligado ao formando e a família. Na época a formatura parece que era uma coisa assim da comunidade. Uma coisa assim que se fazia um baile geralmente, o pessoal ia na celebração geralmente, misturava-se a parte civil da formatura com a parte religiosa. Era tudo quase que a mesma coisa, junto da igreja com a própria formatura e aqui me parece que foi isso mesmo. Devia ter tido uma missa e aí também a colação de grau, tudo dentro da igreja e a comunidade inteira ia na missa, participava disso e depois ia no baile (KNOB, 2017).

A colocação comparativa entre as relações da época retratada na imagem e dos dias atuais, inserida por Lotário, evidencia os apontamentos de Bosi (1994), que pondera que é do tempo presente que parte o chamado ao qual as lembranças despertadas respondem. Desse modo, a reconstrução e ressignificação de determinados momentos do passado ocorrem a partir das ideias e das vivências que partem do hoje, exatamente como o ocorrido com Lotário.

A partir das pontuações dos entrevistados após a apresentação da imagem, a autora acredita que a união de dois pontos como religião e educação (o interior da igreja e a solenidade de formatura) em uma mesma fotografia não tenha favorecido a efetiva identificação dos depoentes, que não discorreram especificamente sobre nenhuma das áreas.

Talvez, se a imagem retratasse a fachada da igreja ou evidenciasse o altar, a partir de um ângulo mais aberto, as recordações fossem ampliadas.

## 6.2 IMAGEM DOIS

Apresentada aos depoentes como segunda fotografia do portfólio, é a primeira em preto e branco. A imagem apresenta a escola de madeira denominada Carlos Gomes, que ficava em uma região correspondente à atual sede de Itaipulândia. A escola foi instalada ao lado da igreja e foi muito citada anteriormente pelos depoentes que residiam em Aparecidinha d'Oeste, quando questionados sobre a educação na vila, ainda sem a apresentação fotográfica. Foi adicionada à lista de imagens pela relevância da escola para a comunidade, já de conhecimento da autora e por isso, considerada com forte potencial provocador e acionador de recordações.

**Figura 14** - Escola Municipal Carlos Gomes durante a década de 1970, em Aparecidinha d'Oeste



Fonte: Casa da Memória, acervo Secretaria de Educação de São Miguel do Iguçu

No entanto, mesmo que três selecionados (Inácio, Guiomar e Terezinha) tenham afirmado que seus filhos frequentaram a escola, apenas Inácio conseguiu reconhecê-la, no primeiro contato. Guiomar ficou em dúvida se tratava-se da escola de Aparecidinha d'Oeste ou de Itacorá, tendo em vista que a estrutura das escolas eram semelhantes. Quando soube que era na sua vila, apontou sua filha na imagem e o professor Arno, de quem já havia comentado sobre.

Aqui acho que tá a minha Marlene, a mais velha das minhas filhas. Essa aqui ó. É tudo essa turma. Então, a maioria desses alunos foram meus alunos na catequese. Era a

escola de madeira e a igreja. Era bem pertinho. No mesmo lote. Olha só. Como é que tu conseguiu essas fotos antigas. Lá no museu, né? (CORADINI, 2017).

Terezinha Franco, embora já tivesse apresentado detalhes do funcionamento da escola na fase inicial da entrevista, não comentou nada sobre a fotografia além de “essa daqui, preto e branco, tá louco!”. Senhorinha sorriu ao olhar para a fotografia, quando pareceu confundir a turma de alunos com seus grupos de encontro. Depois de informada sobre ser uma turma da escola, não teceu comentários. Já Inácio, imediatamente apresentado à fotografia sinalizou que “essa aqui era a escola lá embaixo, era primeira que falemos antes lá embaixo do Dilo Kollemberg” (WOLMUTH, 2017). Depois de olhar atentamente, voltou atrás e disse que não se tratava da escola, mas da igreja. “É a igreja, sim, aqui. É sim! Olha a janela ali, ó. Era catequese. Será que a mana não tá junto ali?”.

Lotário, mesmo consciente de que a escola havia funcionado na década de 1970, portanto, antes de sua chegada, indagou-se sobre a possibilidade de a escola ser a que foi construída no terreno do posterior Colégio Estadual Costa e Silva. Em uma observação mais atenta aos detalhes, descartou tal possibilidade e afirmou que tal escola deveria tratar-se daquela construída junto à igreja.

Quando eu vim pra cá, o Carlos Gomes era onde hoje é o Costa e Silva e esse prédio aqui, parece que uma vez, pelo menos no meu tempo tinha um Carlos Gomes... Ela iniciou, na verdade, aqui perto do Supermercado Gasparini, não tenho certeza que foi ali, mas tem cara de poder ser lá porque é uma construção de madeira. Mas eu, quando vim pra cá, já tinha tido um bom tempo antes construído, um prédio novo, de alvenaria, onde é hoje pertencente ao Costa e Silva (KNOB, 2017).

Nas colocações da imagem 2, Inácio e Lotário apresentam movimentos de memória semelhantes em dois momentos. O primeiro deles apresenta uma importante característica da aplicação da técnica história oral: as pausas. Por muitas vezes, tal prática leva a continuidade ou não de determinado raciocínio ou memória, bem como a reinterpretação e organização de suas memórias, que a partir da pausa, são reformuladas.

Inácio em uma primeira análise da imagem, identifica-se e afirma ser a escola da qual já havia ponderado sobre. Posteriormente, mudou de posicionamento e disse que na verdade, segundo sua interpretação, tratava-se da igreja, que ficava ao lado e utilizou-se de elementos físicos constituintes na edificação (as janelas) para fundar tal colocação. Já Lotário, primeiramente questionou sobre a possibilidade de tratar-se do prédio que anos mais tarde foi instalado o Colégio Estadual Costa e Silva, no qual ele trabalhou como professor. Em sua

segunda análise, utilizou-se também de elementos constitutivos da fotografia (a construção de madeira) para constatar que tratava-se de outro local, tendo em vista que o prédio a que se referia era de alvenaria.

O segundo momento evidenciado no depoimento de ambos a respeito da segunda imagem do portfólio, refere-se à necessidade de localização e orientação à pesquisadora, sempre situando-a a partir de referências atuais. As expressões “[...] era primeira que falemos antes lá embaixo do Dilo Kollemberg” (WOLMUTH, 2017) e “ela iniciou, na verdade, aqui perto do Supermercado Gasparini [...]” (KNOB, 2017), demonstram a preocupação dos depoentes em situar a autora, que não possui referências antigas quanto a localidade da escola.

Jurema Heindrickson e Adolfo Ghellere novamente não reconheceram o professor e nenhum dos alunos, nem mesmo o local retratado na imagem. Sem considerações, não comentaram a segunda fotografia do portfólio. Diferentemente de ambos, Jair preocupava-se em sempre oferecer alguma referência, contribuição ou comentário. Nesse caso, mais uma vez, buscou esclarecer à autora o motivo de seu desconhecimento sobre questões relacionadas à Aparecidinha, trouxe recordações que iam “além da fotografia” e reforçou os apontamentos sobre as difíceis condições de transporte na época.

Lá eu não tenho conhecimento, a gente só passou. Conhecia daqui a Santa Inês. Depois fomos em uns bailzinho de caminhão desse meu irmão de Orleans, daí nós fomos em Aparecidinha. Se não, nós não ia pra lá. Ia só pra Itacorá. Era longe, mas nós tinha que fazer tudo isso aqui a pé, dava uns 8/10 km por volta, né? Em linha reta dava uns 5km. No começo as estrada eram assim, depois teve aquela uma reta lá em cima, mas tinha que ir lá primeiro (HEINDRICKSONa, 2018).

### 6.3 IMAGEM TRÊS

Também capturada após a formação do lago, a imagem três é de uma importante missa realizada na comunidade. O padre que conduzia a celebração era Isidoro Royer, que nasceu em Itapiranga, Santa Catarina, mas veio com a família para a região de Missal, e posteriormente, para Aparecidinha d’Oeste. Era o primeiro morador da comunidade a se formar padre e, pela força da fé e da igreja católica na vila, era muito conhecido e bem visto.

A fotografia apresenta a primeira missa realizada por ele na igreja de sua comunidade, que contou com um grande público religioso da vila. Três meses após a celebração, Isidoro faleceu ao se envolver em um acidente de trânsito, em três de abril de 1985. Sua morte gerou grande comoção na comunidade. Atualmente, a principal praça do município de Itaipulândia leva seu nome, como uma homenagem dos moradores. Pelo

reconhecimento e por tornar-se uma forte referência à comunidade católica de Itaipulândia, considerou-se uma fotografia rica em subsídios memoráveis para compor o portfólio.

**Figura 15** - Primeira missa realizada pelo Padre Isidoro Royer, na Igreja Católica de Aparecidinha d'Oeste, em 13 de janeiro de 1985



Fonte: Casa da Memória, acervo família Spies

Sem conseguirem precisar o local e o evento que ocorria, dois selecionados apenas sinalizam que se tratava de um evento religioso católico. Duas mulheres entrevistadas (Senhorinha e Guiomar) discursaram sobre a perda do sacerdote Isidoro, em grande parte de suas falas. Senhorinha se emocionou e chorou ao lembrar-se dele e da fragilidade da vida.

Meu Deus do céu! [Silêncio]. Aquele homem não podia ter morrido! [Choro] Não sei porque. Eu acho que é hora da pessoa. Primeira missa. [...] Nossa senhora, coitado! [Choro] Mas tudo passa, né, vizinha. Tudo passa, a gente tem a hora certa. Quando a gente nasce a gente já traz o destino, né? Já traz o destino a vida. Quando a criança nasce. Eu sofri muito, mãezinha do céu. Eu sofri. Não sei como é que eu tô viva ainda. [Choro] Mas, vamos levar até que Deus quer, né? Tem que levar a vida até que Deus quer (CARVALHO, 2017).

Novamente as pausas retornam à declaração de um dos entrevistados, mas com diferente sentido. A imagem desencadeia em Senhorinha reflexões relacionadas à morte, à fragilidade da vida e à vontade de Deus na vida de cada um. Após as pausas, não há novas interpretações ou reorganização de ideias. Existem apenas lágrimas. O choro, o silêncio, o não-dito dão indícios à ocorrência de sentimentos que a aposentada não preocupa-se em explicar ou justificar. Em percepções pessoais da pesquisadora, percebeu-se ao longo da entrevistas diversos momentos de retomada e reafirmação de Senhorinha a respeito da perda de muitos filhos. Pressupõe-se que tal imagem, fora novamente disparadora do gatilho de tais memórias dolorosas para ela.

Embora os motivos e causas dos sentimentos emanados por Senhorinha ao ver a imagem sejam apenas suposições ou aproximações levantadas pela pesquisadora, tal ocorrência reitera as afirmações de Kossoy (2001, p. 28) sobre a fotografia como “um intrigante documento visual”, que, simultaneamente atua como “revelador de informações e detonador de emoções”.

Terezinha e Inácio recordaram-se do dia do evento e de suas percepções e impressões da missa e do movimento da comunidade para a celebração. O registro peculiar que ficou gravado na memória de Terezinha Franco sobre aquele dia, foi compartilhado com a pesquisadora como um desabafo. Embora a celebração tenha sido um momento festivo e marcante para a comunidade, Terezinha recorda-se de um fato que lhe causou tristeza e estranhamento.

Ah, eu fiquei bem triste aquele dia, porque eu achei muito bonito. Só que cada um entrava com uma coisa na igreja, quando entrou a irmã dele, com uma flor, eu acho que a pessoa quando quer dar uma flor, a flor deve ser viva, cheia de vida. E daí ela, eu nunca vou esquecer, aquela florzinha, caidinha assim. Eu pensei: isso não é sinal de vida! Gente me deu uma tristeza, me deu uma tristeza de ver aquela florzinha murcinha! Podia ser uma rosa viva, bonita. Parece uma coisa que tava adivinhando. Deu acidente acho uns três mês depois que ele morreu (FRANCO, 2017).

A recordação de Terezinha, tão específica e peculiar perante suas demais colocações durante a entrevista, pode ser compreendida a partir das colocações de Pollak (1992) sobre o trabalho de organização da memória em nível individual e sua relação à identidade. Conforme apontado pela autora no capítulo 4, a agricultura sempre aliou o trabalho na lavoura com os serviços de casa, dedicando-se também a cuidar de sua horta e de suas plantas, prática que mantém atualmente. Por isso, o processo seletivo de sua memória, prioriza momentos como o relatado à pesquisadora e recalca, excluiu tantos outros detalhes da celebração, que não lhe trazem tal proximidade identitária.

Acionadas por meio da fotografia, as memórias de Inácio saltaram para o dia do velório de Isidoro, permeadas pelos seus afazeres do trabalho e a tentativa frustrada de entrar na igreja. No movimento de sua memória, foi a atividade de seu trabalho que o fez localizar-se na data e no evento que ocorria naquele dia. Assim como em outros momentos de suas contribuições, são suas ações profissionais que o situam quanto ao tempo e aos acontecimentos da comunidade.

Eu trabalhava lá no Benjamin, essa época. Quinta-feira santa era velório ali, não podia nem ir no velório que tinha que trabalhar. E muita entrega pra fazer naquele dia. Eu e

o Italino [companheiro de trabalho] passamos na frente ainda aquele dia, de tanta gente que tinha, quase não deu pra passar (WOLMUTH, 2017).

Jurema espantou-se com a quantia de padres reunidos e logo que segurou a fotografia, pôs-se a contar. “Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove padre. Altarzinho bem pequenininho ainda” (HEINDRICKSONb, 2018), comenta. Adolfo disse apenas lembrar-se do ocorrido, sem detalhes ou comentários sobre a imagem. Jair rapidamente começa a falar sobre uma missa em Itacorá. “Tem um rapaz, que não sei se foi na primeira missa em Itacorá, ele mora em São José do Itavó. Eu acho que ele tava na primeira missa...” (HEINDRICKSONa, 2018), quando é interrompido e alertado pela esposa de que a pesquisadora questionou sobre Aparecidinha d’Oeste. Desconcertado, interrompe seu pensamento e solicita à investigadora a próxima fotografia do portfólio.

O marido de Jurema é o depoente que mais interpreta as fotografias de forma a ir além dos elementos evidenciados na imagem. Tais considerações, além de acrescentarem detalhes curiosos sobre práticas, pessoas, eventos e locais da época, inserem-se fortemente na proposta da presente pesquisa, no sentido de evidenciar memórias e elementos por meio da história oral que, por vezes, não encontram espaços nas narrativas oficiais da história, embora possuam sentidos expressivos para seus narradores.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (THOMPSON, 1992, p. 44).

#### 6.4 IMAGEM QUATRO

A comunidade de Itacorá, assim como Aparecidinha d’Oeste, tinha uma igreja católica de madeira na vila. No entanto, como a população era maior do que Aparecidinha, não demorou para que tivesse que ser ampliada. A figura 16 mostra a captura do momento de desmanche da igreja para sua posterior ampliação. A fotografia aponta uma parte do telhado já desmanchado, homens trabalhando, crianças circulando com proximidade e uma mulher à esquerda na imagem. Assim como em Aparecidinha, a igreja possuía a estrutura de uma casa.

A fotografia foi inserida no portfólio considerando que mesmo aqueles depoentes que não residissem em Itacorá, poderiam recordar-se da mesma, tendo em vista a frequência em que iam à comunidade para realizar serviços ou buscar produtos. Aos depoentes que viviam



na vila, seria uma fotografia com maior identificação para eles, referindo-se ao contexto religioso da época. Assim, optou-se por sua inclusão e apresentação aos entrevistados.

**Figura 16** - Igreja Católica do distrito de Itacorá sendo desmanchada para construção de outra mais ampla



Fonte: Casa da Memória, acervo Adolfo Ghellere

Terezinha Franco não conhecia a igreja e não trouxe contribuições à essa imagem. Senhorinha Carvalho disse ter ido à muitas missas na igreja de Itacorá, mas não reconheceu o local pela fotografia. Extrapolando os elementos visuais da imagem, lembrou-se das dificuldades e da demora que ela e seu falecido esposo enfrentavam para ir até lá, saindo cedo para chegar em Itacorá ao meio-dia. Recordou-se também que visitava a filha casada que morava na comunidade. Em mais uma memória recorrente, Senhorinha diz que a filha que morava lá faleceu e que hoje, sofre muito pelos filhos que perdeu.

Guiomar Coradini e Inácio Wolmuth questionaram à pesquisadora se o desmanche que os homens da fotografia faziam era por conta da formação do lago. Em um mesmo movimento de memória, ambos associaram o desmanche, ao processo de desapropriação que a comunidade de Itacorá enfrentara em virtude da construção da usina de Itaipu e da formação do lago.

Após receber a negativa a tal fato, Guiomar passou a observar com atenção outros elementos da imagens como o trabalho dos homens e a estrutura da igreja, identificando o que ela denominou como “lechiguana” (colmeia de abelhas), no beiral frontal da casa. Tornou a recordar-se que tudo isso era feito no “muqui”, com muito trabalho e força. Novamente, a memória do trabalho retorna às recordações e ponderações dos depoentes. No caso da contribuição de Guiomar à essa fotografia, nota-se que a imagem que apresentava um espaço de fé da comunidade, a fez recordar do trabalho pesado que executavam na época.

O trabalho de reorganização de memórias e reformulação de narrativas em função das imagens, fortemente expresso nas colocações acima relacionados por Guiomar, evidencia que neste estudo o registro fotográfico é valorizado como instrumento e documento de pesquisa, conforme apontado por Hoffmann (2010). Embora trate apenas da parte visível da história, ou seja, daquela registrada no conteúdo fotográfico, como disparadora do gatilho da memória vai além e traz contribuições acerca de locais, costumes e fatos externos à ela.

Um exemplo disso é Inácio que comentou sobre a semelhança entre as igrejas das vilas e disse que a de Aparecidinha era “imitante” à da outra comunidade. Em seguida, recordou-se ao ver a fotografia, o local preciso de uma cancha de bocha que ficava ao lado da igreja, em Aparecidinha d’Oeste, para que o pessoal saísse da missa e fosse jogar. A cancha não aparece na imagem, mas foi rememorada a partir dela. Lembranças da atual igreja católica de Itaipulândia também surgiram.

Ali [na atual igreja católica da cidade] era a mesma coisa. Aqui também tinha cancha de bocha. Antes de colocar o pavilhão [atual centro catequético]. Onde eles colocaram o centro catequético, ali tinha cancha de bocha, bem num buraco. Jogava bocha lá no buraco, bem lá no fundo e o cara de cima, assistia lá de cima (WOLMUTH, 2017).

Essa é a primeira vez que o costume da comunidade de jogar bocha ao lado da igreja é citado. Quando a pesquisadora questionou na primeira parte da entrevista acerca das diversões e formas de lazer das famílias da vila, o tema não foi rememorado. Apenas a partir da visualidade fotográfica, tal memória foi acionada.

Apresenta-se aqui, o claro registro da funcionalidade da metodologia, que trouxe a partir da apresentação fotográfica, uma informação nova acerca das atividades de diversão das comunidades, no período pré-emancipação. Além da contribuição inédita sobre os costumes da vila, a leitura visual e geográfica feita por Inácio acerca da comunidade de Aparecidinha d’Oeste e posteriormente, de Itaipulândia, em suas diversas citações, demonstram um amplo conhecimento e orientação de Inácio em seu espaço. O uso dos pronomes “ali”, “aqui”, “lá”, demonstram uma relação de proximidade e pertencimento com o local que habita.

Sobre a quarta fotografia do portfólio, Lotário diz não ter nenhuma informação. Comentou apenas sobre a presença das crianças próximas à construção. “Tu vê as criança tudo ali perto, né? Hoje as crianças nunca que ficam ali, pode levar uma telha na cabeça, né?” (KNOB, 2017). Adolfo rapidamente reconheceu a igreja como o lugar do seu casamento com Marilda, “5 de julho de 1971, nessa igreja aqui, aham, em Itacorá. Aqui que nós casamos. Olha! [Mostra a esposa]” (GHELLERE, 2018).

Jurema olha atentamente a fotografia e discorda de que o local da fotografia seja a igreja de Itacorá. “Igreja de Itacorá? A igreja de Itacorá não era assim” (HEINDRICKSONb, 2018), comenta. Jair toma posse da imagem em suas mãos e afirma que recorda-se, sim, da igreja da imagem. “Não é a igreja. Tu tá dizendo que é a igreja, mas eu não conheci essa igreja”, novamente afirma. O esposo, então, contextualiza o local e explica o porquê de Jurema não ter memórias referentes àquela igreja.

Mas tu não conheceu mesmo, Jurema. Eu não tô dizendo que tu conheceu. Essa daqui tu não conheceu que essa daqui, eles já tinham eliminado ela pra fazer o pavilhão. Cansei de amarrar o cavalo pardo lá, lá tinha um puxadinho em um lugar aqui. Pode ver, não sei se dá pra ver. Era em um enxuto lá...Amarrava o meu cavalo lá e daí ia fazer os negócios... Essa é Itacorá, a primeira. Que o Olinto Basso ajudou a fazer, eu ajudei a fazer, não, eu não porque foi o véinho Dallaveda. Ele veio só parar com nós seis meses e daí o Olinto Basso veio de lá e pediu pra nós entrar... Essa é a primeira Jurema, antes do pavilhão (HEINDRICKSONa, 2018).

Novamente, as recordações apresentadas acrescentam informações sobre elementos exteriores à imagem, que foram, porém, acionados somente a partir de sua leitura. A funcionalidade da metodologia, neste sentido, novamente mostra-se como facilitadora e contribuidora no processo de recuperação de informações históricas sobre a localidade, a partir de detalhes, por vezes esquecidos, em relatos escritos ou depoimentos colhidos sem o aporte do conteúdo imagético.

Na maioria das leituras fotográficas, Jair e Jurema compartilham, atualizam e corrigem informações entre si. Em suas memórias, ambos subsidiam-se com detalhes, nomes, datas e locais. O movimento da memória do casal é disparado a partir das considerações do outro, sendo que, primeiramente, marido e mulher são provocados e acionados em suas memórias, pelo material fotográfico apresentado.

A correção de Jair sobre a afirmação de Jurema que dizia que a igreja da fotografia não tratava-se da igreja de Itacorá, aponta para o fato colocado por Thompson (1992) que exalta a ocorrência de entrevistas em duplas, em certo sentido. Embora em alguns aspectos como a divisão igualitária de contribuições e o próprio movimento individual da memória fique menos evidente, as recordações narradas passam constantemente pela validação e confirmação de uma memória diferente. Por isso, enriquecem o resultado. Desse modo, caso a entrevista ocorresse apenas com Jurema, a informação repassada por meio da leitura fotográfica indicaria que tal igreja não correspondia à igreja de Itacorá.

## 6.5 IMAGEM CINCO

A quinta imagem do conjunto de fotografias apresentadas é o retrato do grupo de mulheres que participavam da primeira Sociedade de Damas de Aparecidinha d'Oeste, formada em 1971. O grupo contava com uma forte participação das mulheres da vila e fez muito sucesso na época. Na etapa de questões sobre o panorama de Aparecidinha d'Oeste e Itacorá, a Sociedade de Damas foi apontada como uma das atividades de lazer da época.

Na fotografia, as mulheres estão uniformizadas, em três fileiras dominantes, com algumas sentadas e outras em pé, posando para a captura. Ao fundo, a bandeira do grupo apresentava “Salve Bandeira Bom Progresso”. Estava encostada em uma parede de madeira, indicando que atrás havia um estabelecimento, mas não é possível identificar se trata-se de uma casa, igreja ou clube.

O intuito de inserir a fotografia na seleção de imagens foi incluir e investigar a participação das mulheres da época em atividades comunitárias e de lazer. Por reunir um número expressivo de participantes, a imagem foi considerada com potencial para gerar proximidade e identificação com o grupo de selecionados.

**Figura 17** - Sociedade de Damas Bom Progresso no ano de 1971: primeira Sociedade de Damas de Aparecidinha d'Oeste



Fonte: Casa da Memória, acervo Tereza B. Hentges

Conforme esperado pela pesquisadora, a fotografia é muito rememorada e comentada pelos depoentes de Aparecidinha d'Oeste. Guiomar Coradini foi quem já havia falado sobre as atividades do grupo anteriormente. Sobre a localização, lembrava claramente de se tratar de um “clubezinho”, no centro da vila, onde haviam os encontros.

Ponderando sobre a atual localização, para nortear a pesquisadora, indica um terreno da principal avenida de Itaipulândia. Novamente, nota-se uma preocupação de orientação

geográfica e um conhecimento do local, tanto passado quanto atual, por parte dos depoentes. A colocação de Guiomar sinaliza uma relação íntima da aposentada com a comunidade de Aparecidinha d'Oeste (e posteriormente com Itaipulândia), que narra os fatos a partir de uma forte ligação com o lugar. Evidencia-se o sentimento de pertencer e de habitar a vila.

Ao ver a fotografia, Guiomar foi logo buscando se reconhecer e reconhecer as amigas da época.

Ah, a primeira dama de Itaipulândia. Eu tô grávida aqui. Eu era da diretoria. Aqui eu tô ó [mostra para pesquisadora], grávida do neguinho [seu quinto filho]. Essa aqui era a professora Nelsi, professora dos meus filhos. Aqui a Maria...A mãe do Miguel Bayerle, dona Lígia. Comadre Rosa, filha do compadre Pedrão e a comadre Maria. Aqui tem uns já que faleceram, outros foram embora. Deixa eu ver onde que tá a comadre Ivone... Isso aqui, essa professora também foi catequista, já é falecida também, professora daqui. Isso aqui tudo umas foram embora, outras casaram, outras morreram. Essa aqui é a mulher do Nestor, a Ilva. É a dona Lídia mesmo, a mãe do Miguel (CORADINI, 2017).

Em todas as fotografias com elementos humanos, havia um grande desejo e inquietação dos selecionados em identificar por nomes as pessoas influentes da vila, profissionais marcantes (como no caso do professor Arno, na imagem dois), amigos, vizinhos ou compadres, bem como reconhecer-se e reconhecer pessoas de sua família. Essa busca mostrava um amplo desejo de ver-se inserido na história e nos momentos registrados pela comunidade.

Desse modo, quando havia uma aproximação ou reconhecimento dos selecionados com as pessoas presentes nas imagens, a reação era sempre de integração, de pertencimento. Em situações contrárias, quando não conseguiam se recordar das pessoas retratadas, lamentavam-se.

Todos os depoentes de Aparecidinha d'Oeste relataram que as atividades principais do grupo eram promover encontros mensais com jogos de bolãozinho, prática muito comum de lazer da época, lanches e prêmios as participantes. O intuito era divertir e unir as mulheres, permitindo que tivessem um espaço de socialização na comunidade. Todas compravam o uniforme “azul e branco”, como recordado por Senhorinha e pagavam uma mensalidade para sanar as despesas.

A matriarca da família Carvalho divertiu-se ao olhar a fotografia, rindo por várias vezes. Ela conseguiu encontrar a filha Rosa na fotografia, mas não se localizou. Mesmo assim, reforçou que estava presente nessa ocasião, fortalecendo sua participação no grupo. “E eu não tô vendo eu aqui, mas eu tô por aqui. Porque o meu cabelo, não era branco, era preto.

Eu pinteí uma vez meu cabelo, de preto, quando eu fiquei rainha da sociedade de Damas, daí a mulher pintou meu cabelo” (CARVALHO, 2017). Recordando que fez muitas amigas nos encontros, frisou que participar dos encontros a divertia.

Terezinha Franco, embora tenha admitido que não frequentava os encontros, lembra-se das atividades do grupo.

Eu comprei a roupa e tudo, mas daí nem fui no final, daí. Ah, eu nunca gostei dessas coisas assim. Nunca gostei de joguinho essas coisas. Que nem hoje, hoje tem matinê aqui [o tradicional matinê da terceira idade]. Eu disse: ah, eu não vou! Eles vem muito tarde e eu quando chega cedo já tem que começar a fazer meu serviço, molhar minhas plantas, daí eu não vou. Vem de noite de lá só. E é muito calor lá dentro, não dá pra aguentar, é quente, quente, quente (FRANCO, 2017).

O comentário de Terezinha diz muito acerca de sua personalidade, identidade e comportamento com a comunidade, em diversos segmentos. Nota-se que o motivo que fazia com que saísse de casa era sempre relacionado a questões de trabalho, de casa ou suas obrigações de mãe e de cidadã (como no caso das idas à Itacorá para vacinar seus filhos ou para votar, em período de eleições). Muitos fatos comuns a toda a comunidade e a todos os depoentes, são sabidos por ela somente através de seu marido, que como pode ser percebido em suas contribuições, era quem mais saía de casa e se envolvia com a comunidade.

Inácio e a esposa também divertiram-se com a fotografia e por muito tempo procuraram Irena [a esposa] e também a mãe de Inácio, pois lembram-se de participarem e de se divertirem com o grupo. Novamente, houve uma pausa por parte de Inácio, para buscar organizar suas memórias e trazer novas possíveis contribuições. Após um tempo, desistiram da procura. As características apontadas por ele quanto ao funcionamento do grupo, lugar e atividades eram compatíveis com as demais colocações, sem novas informações. Nesse sentido, a contribuição da presente aplicação metodológica apresenta-se na validação de dados, onde as informações são compartilhadas pelos depoentes.

Lotário também afirmou que a Sociedade tratava-se de um passatempo para as mulheres da época e que ainda existe um grupo pequeno que leva o mesmo nome. Mas, não soube precisar o local de encontro ou contato de participantes. Adolfo, como em todas as fotografias que lhe foram apresentadas sobre Aparecidinha d’Oeste, disse apenas não recordar-se. Nenhum comentário ou recordação foi apresentada por ele. Jurema Heindrickson novamente apenas lamentou não conhecer ninguém e por residir em Itacorá, justificou não participar do grupo.

Já seu esposo retornou a trazer informações acerca da fotografia anterior sobre a igreja de Itacorá. Sua memória recordou-se de outro episódio acerca do sino da igreja da comunidade, após revê-la na fotografia.

Aquele Romildo Barth, casado com a Tereza, irmã da Maria de Lurdes. [...]Eles vieram depois que eu vim, mas ele era um rapaizote bem alto já na época. Não sei se ele é mais velho que eu ou não e a gente se encontrou e até um dia, nós se encontramos lá em uma picada, nós se encontramos com o pai dele, então ele conta, porque eles eram mais católico que nós, nós, no final não era católico. A gente entrou ali em 1964 porque o vinho Dallaveda era católico e daí o Basso veio ali e daquele dia em diante nós não era católico mas nós pagava o dízimo. Nós pagava e o Basso que era o presidente, que até ele ficou bravo quando terminou Itacorá e o sino de Itacorá era pra vir pra Esquina Gaúcha, na época e foi pra um aqui, fizeram um câmbio e foi pra um lugar aqui. E lá tinha um [sino] mais pequeno, daí foi pro Mato Grosso. Ele disse, ele ficou bravo, porque ele que iniciou, ele disse: ‘esse sino era pra vim ali, pra ficar aqui’. Aí fizeram um câmbio, uma pessoa que foi de Itacorá pra Mato Grosso e aquele sino de Itacorá era muito grande, aí trocaram e foi aqui pra um lugar [...] (HEINDRICKSONa, 2018).

O movimento de memória evidenciado com tal contribuição de Jair, aponta para uma absorção de conteúdo expressivamente maior das fotografias de Itacorá, com relação às fotografias de Aparecidinha d’Oeste. Sua percepção, pode facilmente ser compreendida e justificada pelo fato de Jair residir em Itacorá. Mas, diferentemente dos demais depoentes, há um distanciamento do agricultor com relação à comunidade. Na ocasião acima narrada, a fotografia que lhe fora apresentada sobre a Sociedade de Damas não causou-lhe sentimento de identificação ou proximidade nenhuma. Mesmo assim, não se absteve de comentários e retornou a falar sobre Itacorá.

De acordo com os pressupostos de Augé (1994), sobre as considerações a favor de lugar, a identidade é um fator decisivo para que determinado espaço seja considerado um local de pertencimento ou de passagem. “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73).

## 6.6 IMAGEM SEIS

A fotografia de outra atividade de lazer da época não teve o mesmo reconhecimento da primeira. Nessa imagem, há um time de futebol de campo reunida para uma partida de inauguração do espaço de esporte. Além dos 11 integrantes do time, há quatro homens na fotografia capturada dentro do campo, que não integram o time e, dos quais, apenas dois são identificados: Sargento Dias (no canto esquerdo) e Orestes Gasperini (no canto direito).

Na época, poucas mulheres acompanhavam os jogos e por isso, Terezinha, Guiomar e Senhorinha não contribuíram com considerações sobre tal foto, apenas evidenciaram que seus filhos participavam de alguns jogos mas, seus maridos não.

Embora as mulheres depoentes não tenham acrescentado informações sobre a fotografia, suas contribuições a aspectos históricos da época não podem ser desconsiderados. Isso porque o próprio distanciamento de atividades como essa, reforça e valida dados sobre as relações sociais da comunidade, ainda nos anos de 1980, em que mesmo em eventos abertos a todos das vilas, como os jogos e campeonatos de futebol, a participação popular era marcada apenas por homens.

Guiomar recebeu a visita de seu sobrinho em sua casa, bem no momento da apresentação da imagem seis e apresentou a fotografia à ele. Ivaldir Coradini recordou-se de grande parte dos jogadores presentes na imagem e ressaltou a dinâmica dos times e a força do futebol de campo da época. Além disso, uma colocação contestatória de Ivaldir foi também compartilhada por Inácio e diz respeito a localização do campo. Segundo eles, não trata-se da área esportiva da comunidade de Santa Inês, e sim, do campo da comunidade de Caramuru [ambas eram vilas vizinhas à Aparecidinha]<sup>37</sup>.

**Figura 18** - Inauguração do campo de futebol da Santa Inês, em 1982. Sargento Dias, doador da área do campo e Orestes Gasperini, doador das camisas



Fonte: Casa da Memória

---

<sup>37</sup> Tais comunidades pertencem hoje ao município de Itaipulândia. O terreno do antigo campo do Caramuru atualmente faz parte da sede da cidade.



Inácio, assim que viu a imagem foi apontando alguns jogadores conhecidos e amigos. Sua esposa, que também a via, questionou se o campo da fotografia era o da Santa Inês, antes mesmo da pesquisadora repassar as informações. Segundo ela, os pés de árvores ao fundo da imagem lhe referenciavam ao local. A pesquisadora, então, confirmou a informação e acrescentou os nomes de Sargento Dias e Orestes Gasperini. Foi nesse momento que Inácio discordou.

Não, mas daí não é lá na Santa Inês. Daí é aqui em cima, onde é que era o primeiro campo, ali. Agora tá certo. É ali em cima, onde é que é do Facione, na saída para o Caramuru, né? Ali do lado do Posto Tonin, que agora tá fechado, do lado de cima. Agora sim! Eu falei que o Chicão nunca jogou na Santa Inês. É o Sargento Dias, ali ó. Aquele lá ó, que não consigo me lembrar...[...]Era o 4S<sup>38</sup>. O Sargento Dias doou esse campo pro 4S, aí os filhos dele participavam tudo ali (WOLMUTH, 2017).

Segundo Inácio, foi em uma negociação de troca do Sargento Dias e um agricultor da cidade chamado Valter Facione, que esse campo do Caramuru foi transferido para Aparecidinha d'Oeste e transformou-se no primeiro campo municipal de Itaipulândia.

Atrás de onde é o centro de eventos ali. Aquela terra, lá em cima, foi trocado por essa aqui, o campo lá em cima por uma área ali. O Sargento com o Valter Facione. Lá em cima agora é do Facione lá. Foram procurar o sargento, fizeram um cambalacho com o sargento lá e ele aceitou, só que daí botaram o nome do estádio ali 19 de julho, como estádio Lucídio Ambrósio Dias, [nome do] sargento Dias, aí ele aceitou trocar. Aqui vai pra lá do Ivo, pura terra naquela época, chão batido. E a grama? Não tinha grama, pode ver, não tem (WOLMUTH, 2017).

Novamente em suas colocações Inácio reforça sua relação de pertencer à comunidade por meio do uso de pronomes demonstrativos, proximidade notória em seus discursos e sua clara inserção social no espaço que, por todo o fator identitário, lhe caracterizam como um lugar.

Terezinha não fez nenhuma consideração sobre a fotografia. Apenas recordou-se de um encontro que teve com Orestes Gasperini, após ouvir seu nome na legenda da imagem. Jair e Jurema reconheceram apenas o Sargento Dias, na imagem. Ao revê-lo, a esposa de Jair recordou-se de estar no Hospital, em São Miguel do Iguaçu, em um momento trágico da família Dias.

Eu tava lá quando chegou o morto. Ele [Sargento Dias] com os dois filhos. Um foi pra cadeia e um foi pro cemitério. Os dois filhos, tavam as duas noras e os dois filhos, um

---

<sup>38</sup> Clube de jovens da comunidade, na época.

morto e um vivo. No Hospital ali em São Miguel, o Santo Antônio. Chegaram com ele pra ver se conseguiam fazer ele sobreviver e o médico disse: “Não, tá morto!”. Aí era uma choradeira, a mãe, a mulher dele, as nora... Foi uma coisa assim arrasante, né? (HEINDRICKSONb, 2018).

Ao citar o fato da doação do terreno feita pelo Sargento Dias, Jair, mais uma vez, extrapolou as informações contidas na imagem e ponderou sobre o respeito que toda a comunidade tinha por ele e o fim de sua vida com poucas terras. Um contraste com relação há tantos alqueires e propriedades que possuía.

Ele tinha muita terra. Ele morreu pobre, mas... Porque eu conversava muito com ele assim, depois que era Aparecidinha, que daí Itacorá tinha terminado. Daí a gente foi pra lá e ainda a gente se encontrava. Eu conhecia os dois filhos dele, mas os dois do casal mesmo, porque esse outro que deu problema, era de mãe diferente, né? O pai era, mas a mãe não. Então, por isso, acho, deu as discórdia. Então, eu conversava com ele, só que diz que era um homem muito respeitado, todo mundo tinha medo dele, né, mas eu não tinha porque nunca tive nada e coisa e nunca tive medo de ninguém, porque nós aqui, Itacorá tinha o batalhão, o destacamento ali em Itacorá já na época, né? (HEINDRICKSONa, 2018).

Adolfo Ghellere, que também reconheceu o Sargento na fotografia e o conheceu em encontros nas vilas, apenas ponderou que no dia intimidador em que presenciou a troca de tiros em um bar de Itacorá, o qual atingiu o “cabo João”, e foi recordada por ele na primeira etapa da entrevista, o Sargento Dias também estava presente.

Lotário reforçou a ideia de que o futebol era uma atividade forte na época e em uma observação atenta à fotografia, comentou sobre o campo não ter grama. Ao ponderar sobre Sargento Dias, o professor disse tê-lo conhecido, mas não lembra-se precisamente o ano de seu falecimento. Seu domínio de terras na região, a posterior venda das mesmas e o desconhecimento quanto a localização do campo doado também foram comentados.

E ele era dono de quase todas as terras dessa microrregião, né? Muita terra ele tinha, Caramuru ali, então, nem se fala. [Depois] Ele foi vendendo, não sei se por necessidade, ali onde o Natal Basso tem as coisas dele, o moinho, ele tinha muita terra ali [...] Ele era sargento no tempo do regime militar, pelo poder que ele tinha, ele conseguiu estruturar um monte de terras. Ali onde é o posto Tonin [localização atual], por ali. Por isso que quando tu falou desse campo, eu sei que uma vez tinha um campo de futebol, uma vez, quando eu comecei a vir pra Aparecidinha d'Oeste, quando eu tava morando em Missal ainda, tinha um campo de futebol logo onde tem o antigo posto Tonin, que agora tá fechado até o posto aquele, né? Isso, no lado direito tinha um campo de futebol e aquilo ali era a terra do sargento Dias, que ele doou essa terra pra fazer esse campo, né? Essa da Santa Inês, eu não sabia que era dele (KNOB, 2017).

Dois fatores ocorridos a partir da apresentação da imagem seis aos entrevistados levaram a pesquisadora a investigar a localização do campo retratado na fotografia. O primeiro deles relaciona-se a contestação dos pioneiros, que conhecedores dos campos e também das comunidades discordaram fortemente da afirmação sobre tal espaço pertencer à vila de Santa Inês. O segundo, leva em conta a aplicação da história oral na presente pesquisa como técnica e não como metodologia, conforme ponderado no capítulo 3, o que indica que as informações coletadas nas entrevistas devem ser checadas por meio da consulta de outros documentos e fontes disponíveis.

Em consulta a obra dos memorialistas Scarpato e Bohm (2006), a pesquisadora não encontrou registros de que Sargento Dias fosse proprietário de terras na Santa Inês.

Nas localidades do Caramuru, Buriti, parte de Jacutinga, Guaraci e Lagedo do Cedro<sup>39</sup>, as terras eram de posse do Sr. Orcídio Ambrósio Dias, conhecido popularmente como Sargento Dias. Segundo relatos o mesmo possuía cerca de 800 alqueires de terra, e teria sido o doador de vários terrenos para a comunidade de Caramuru, onde residia (SCARPATO; BOHM, 2006, p. 53).

Além disso, a pesquisadora entrou em contato com Gilmar Dias, filho do Sargento Dias, que reside em Itaipulândia, na comunidade do Caramuru. Após ver a fotografia, Gilmar ponderou que trata-se do campo de futebol citado por Inácio, conhecido por 4S. Reafirmou ainda que seu pai jamais possuiu terras na comunidade de Santa Inês.

Para que não restassem dúvidas a respeito da localização, Gilmar acompanhou a pesquisadora até a casa de Santos M. Scarpato, na comunidade do Buriti, em Itaipulândia. Sandro está presente na fotografia, posicionado ao lado direito do goleiro, em pé, conforme a sinalização da figura 19.

---

<sup>39</sup> Atuais comunidades de Itaipulândia.

**Figura 19 - Santos M. Scarpato em destaque**



Fonte: Acervo da pesquisadora

Ao visualizar a fotografia, o aposentado identificou todos os homens presentes na imagem, afirmou categoricamente que trata-se do campo 4S, localizado na comunidade do Caramuru, na época. “Nunca joguei futebol na Santa Inês”, declarou. Sandro considerou ainda elementos secundários da imagem, reconhecendo as árvores e identificando uma rua que passava mais ao fundo. Declarou que, se a imagem fosse um pouco mais aberta, evidenciaria um pé de manga, ao lado esquerdo da fotografia, próximo ao ônibus, que faria todos recordarem-se ainda mais rapidamente.

Assim, na presente fotografia analisada, a metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória atuou de forma eficiente no sentido de confrontar e questionar dados disponíveis em outros tipos de documentos, como o material disponibilizado pela Casa da Memória, contribuindo desse modo, para a disseminação correta de informações históricas a respeito das comunidades do município de Itaipulândia.

## 6.7 IMAGEM SETE

Como referência à comunidade de Itacorá e de Aparecidinha d’Oeste, nos serviços de saúde, as farmácias eram mais procuradas pelas famílias do que os próprios hospitais da época. A imagem sete traz uma das primeiras a se instalar em Itacorá: a farmácia Santo Antônio, local que já havia sido citado pelos depoentes, na parte inicial da entrevista.

A fotografia apresenta uma parte da fachada da farmácia, que no momento da captura estava em pleno funcionamento com às portas abertas. Em frente, havia um concentração de

homens, mulheres e pessoas, próximas à rua. No chão, uma bicicleta próxima à calçada. O estabelecimento possuía um letreiro de identificação e o prédio era construído em alvenaria.

A grande recorrência dos moradores das comunidades da época aos estabelecimentos de farmácia comerciais, em razão da distância que encontravam-se dos grandes hospitais, fez com quem a pesquisadora incluísse tal imagem à pesquisa. A farmácia em questão pertencia a um integrante da família Ghellere, referência pioneira nos serviços farmacêuticos de Itaipulândia. Desse modo, almejou-se inseri-la para despertar possíveis informações à respeito dos serviços de saúde da época.

**Figura 20** - Farmácia Santo Antônio de propriedade do Sr. Adolfo Ghellere, no distrito de Itacorá, em 1970



Fonte: Casa da Memória, acervo Adolfo Ghellere

Embora os entrevistados conhecessem o local e utilizassem os serviços da farmácia sempre que necessitassem de atendimento de saúde, as recordações não foram muito além dos apontamentos já apresentados por eles no início da conversa. Terezinha apenas reforçou o atendimento singular de Adolfo, que para ela, “atendia melhor que um médico” (FRANCO, 2017).

Guiomar suspeitou que o estabelecimento fosse em Itacorá, mas não soube reconhecer que a farmácia era de Adolfo Ghellere. Senhorinha Carvalho também não reconheceu a farmácia. Quando soube que se tratava de Itacorá, disse que um dos homens presentes na fotografia, se tratava de seu falecido esposo. “Não lembro, agora ele eu conheci. Sempre usava o chapéu de palha na cabeça. Barrigudo. É” (CARVALHO, 2017). A informação não foi confirmada pelos filhos.

Inácio rapidamente reconheceu a farmácia como sendo do “Adolfinho”. “Ali que eu fiz a injeção pra parar de sair o sangue, lá naquela farmácia em que fizeram a injeção...”, recorda-se ele, referindo-se a história de seu acidente na roça, contada na primeira parte de entrevista. Além disso, lembra-se da preferência popular pelo atendimento de Adolfo. “Era famoso, era mais famoso. O pessoal preferia ele do que os médicos lá de Itacorá” (WOLMUTH, 2017).

Jair e Jurema rapidamente reconheceram o estabelecimento. “Essa é a farmácia da frente do destacamento. Que a outra era uma casinha, né. Eu acho, pelo menos. Porque aqui já é de material, né?” (HEINDRICKSONa, 2018), comenta o agricultor. Jurema logo confirma a constatação do marido. A palavra “outra”, na colocação de Jair, diz respeito a primeira farmácia de Adolfo, instalada em uma pensão, também conhecida por Jair e Jurema e já citada por Adolfo, em sua apresentação (cap. 4).

Lotário não conheceu a farmácia, mas conhecia bem a tradição da família no ramo. Lembra-se com mais detalhes do estabelecimento aberto pelo irmão de Adolfo, Lírio Ghellere, em Aparecidinha d’Oeste, cuja localização era em um prédio que “tá lá ainda onde hoje é a floricultura da Nena, ali era a farmácia do Lírio Ghellere” (GHELLERE, 2018). O sentimento de proximidade com a comunidade e a capacidade de explorar elementos além da imagem, são características nos apontamentos de Lotário.

A partir de sua leitura “além da fotografia”, o professor recorda-se ainda que na época os farmacêuticos eram pessoas sem formação, mas com um bom conhecimento. A realidade mudou na farmácia de Itaipulândia, quando o filho do proprietário Lírio, Richard, cursou farmácia e hoje, coordena as atividades do comércio na cidade.

As colocações extra fotográficas de Lotário, acerca do panorama que cercava a realidade sobre questões de saúde nas comunidades da microrregião, são características da leitura fotográfica, que segundo Kossoy (2001), oferece indícios que dizem respeito a questões externas aos elementos visuais da imagem, tais como o contexto econômico, político e social da época em que foi capturada.

Adolfo, muito contente ao ver a imagem, não citou nada relacionado ao atendimento de saúde realizado, condições de trabalho ou clientela. Com a fotografia, recordou-se do período de construção de seu estabelecimento, da formação do lago e do processo de desapropriação de sua área comercial, reforçando sua incredulidade com o projeto e as consequências da construção da usina.

Essa aqui é a minha, é a minha farmácia. Ela foi tirada de baixo, né? Santo Antônio. Farmácia boa, gastei uma nota. Quando eu tava fazendo o alicerce dessa casa, aí eu vi uma onda, olha só a Itaipu tá pra indenizar isso aqui tudo, daí eu disse: “mas eu ela não vai indenizar, a água não vai chegar aqui”. Eu falava: “eu quero ver de perto”. A barranca do rio assim, eu tinha uma propriedade lá, que tu não enxergava o Rio Paraná, não se enxergava o rio Paraná. Você calcula bem a profundidade que tem esse rio ali, que dá barranca assim, não se enxergava lá no fundo. Onde tem o Golfo, sabe? Não se enxergava lá o Rio Paraná e a água represou, subiu, subiu e aqui nessa farmácia aqui, nessa farmácia aqui, aqui na frente tinha uns pé de pinos americanos, com uns 10, 12 metros, que ficou só as pontas dele. Tu calcula lá debaixo, quanto subiu a água, pra vir aqui. E dava uns 3 km pra vir a água da barranca do Rio, até aqui, nessa farmácia. E subindo, você calcula a fundura desse rio (GHELLERE, 2018).

A barranca do rio citada por Adolfo é retratada em uma fotografia do acervo da família, que foi encontrada por sua esposa. Desde o início da segunda parte da entrevista, para atender ao pedido do marido, a mulher procurava fotografias nos álbuns. Quando encontrou tal imagem, fez questão de apresentar a pesquisadora para legitimar sua fala e documentar tal episódio vivido pela família, durante a formação do lago. Na imagem, Adolfo, a esposa e sua filha, na barranca onde ao fundo, já é possível visualizar as águas do lago.

**Figura 21** - Propriedade de Adolfo Ghellere, em Itacorá



Fonte: acervo pessoal família Ghellere Data: 1982

## 6.8 IMAGEM OITO

O tradicional desfile cívico de sete de setembro é exposto na oitava fotografia do portfólio apresentado aos depoentes. A imagem apresenta turmas de diferentes idades, desfilando pela principal rua da comunidade de Aparecidinha d'Oeste. Não há informações sobre quais escolas participavam da cerimônia. Há alunos carregando faixas e professores acompanhando. Algumas pessoas assistem ao desfile nas laterais da rua. Casas e alguns estabelecimentos também podem ser notados na fotografia.

As informações visuais acerca da principal rua da comunidade foram os fatores que influenciaram a inclusão de tal imagem ao conjunto da pesquisa, tendo em vista o provável conhecimento e lembrança dos entrevistados sobre a avenida e sobre as cerimônias tradicionais da vila.



**Figura 22** - Desfile cívico ocorrido na Avenida Tiradentes, em Aparecidinha d'Oeste, no início da década de 1980



Fonte: Casa da memória, acervo Projeto Memória

A fotografia foi rapidamente identificada pelos depoentes selecionados que viveram em Aparecidinha d'Oeste e todos comentaram sobre as estradas de chão e a poeira que traziam na época. O posto de gasolina, que aparece apenas parcialmente no canto superior da fotografia é citado por Guiomar e Inácio e identificado como o atual Posto Missões, ainda existente na cidade. Em contrapartida, das casas que aparecem na imagem, nenhuma foi citada ou reconhecida por eles. O desfile recordou em Senhorinha, a participação de seus filhos mais velhos, que “batiam tambor no sete de setembro, no desfile” (CARVALHO, 2017).

Já Guiomar lembra da própria participação, inclusive da última, dias antes da entrevista ocorrer. “Tem um ali que, bom não sei se foi tirado foto. Eu sempre participei, até agora eu participei do desfile agora com faixa de miss. A minha faixa tá em cima da cama ainda, nem guardei” (CORADINI, 2017). A faixa citada por Guiomar é a de Rainha da Terceira Idade, conquistada em bailes de carnavais da cidade. O apontamento, reitera as considerações de Candau (2012), que pondera sobre a memória ser constante atualizada. Todos os dias, partem memórias do tempo presente que reordenam as memórias do passado, como as de Guiomar ao acrescentar em suas memórias de desfiles ao longo da vida, a importância da última, quando desfilou com a faixa de miss.

Inácio, mais detalhista e nostálgico, afirma que “naquela época [os desfiles] eram mais bonitos do que hoje. Hoje não tem mais essas coisas bonitas como antigamente. E era tudo estrada de chão ainda, naquela época. E era avenida naquela época, só que era tudo chão. Avenida Tiradentes” (WOLMUTH, 2017).

Do tempo do registro, seu Inácio avança alguns anos e lembra-se que apenas após a desapropriação da comunidade de Itacorá, é que as estradas de Aparecidinha, inclusive a avenida, receberam obras para o calçamento. Algumas tentativas de identificação da professora que aparece na imagem foram lançadas, mas Inácio e sua esposa, nada confirmaram. Antes de encerrar suas impressões sobre a imagem oito, Inácio novamente, recordasse dos momentos antigos, com uma visão romântica e saudosista.

Naquela época os pia marchavam. Hoje só caminham. Tem que marcha, não marchava, a professora, diretora pegava no pé. Pelas ruas fora assim, tudo marcado, marchando, batendo tambor e marchando...O Ari, meu irmão, tava sempre junto... O Ari, o Miguel Bayerle, o Peninha, o Laudério, o Vanderlei Rigo, tudo eles batiam o tambor, eram bateristas (WOLMUTH, 2017).

Jair e Jurema, que pouco comentavam as fotografias de Aparecidinha d'oeste, novamente, não trouxeram novas contribuições à imagem. Adolfo Ghellere apenas chamou sua esposa, a qual, segundo ele, era sua namorada na época e indagou-a sobre alguma recordação da época.

Pela data apresentada na legenda imagem, Lotário não soube precisar se já havia chego na comunidade de Aparecidinha d'Oeste. Mas afirma ter participado de muitos desfiles na vila e que tal evento era tradicionalmente organizado e muito assistido pelos moradores. Dos desfiles que participou após sua chegada em 1983, conta muitos detalhes e ressalta que nesse período, Aparecidinha já despontava como uma comunidade central para as demais.

Me lembro também quando eu vim pra cá mesmo, eles vinham de uniforme, tinha uma fanfarrazinha que vinha de São Miguel do Iguçu pra bater tambor. Um certo dia nós, meio ainda, éramos chamado a ir desfilar também, não todos os alunos, mas uma boa parte dos alunos, a irmos desfilar em São Miguel do Iguçu, que era então o desfile da cidade e as escolas teriam então que participar também, mas me lembro que então, lentamente depois eles faziam os desfiles aqui mesmo, que daí os alunos não precisavam mais ir para São Miguel do Iguçu, de todos os alunos, de todas as escolas aqui da nossa microrregião, faziam um desfile separado, que esse aqui deve ter sido só da nossa escola, e talvez só veio a nossa escola aqui da microrregião, e só talvez veio a fanfarra de São Miguel do Iguçu e quem sabe as autoridades para fazer a cerimônia e esse tipo de coisa. Mas era interessante porque mesmo não sendo município, essa região tinha parece uma, era uma região diferente, ela tava aqui Aparecidinha d'Oeste, Itavó, Santa Inês, Caramuru, Esquina Gaúcha, tinha as escolas e aqui Aparecidinha d'Oeste então era o centro, mesmo que às vezes alguns tinham que ir no desfile em São Miguel, mas se fazia o desfile de sete de setembro aqui (KNOB, 2017).

Sobre as estradas, Lotário também atentou-se na imagem, recordando-se que todas eram de chão e somente a partir do processo de emancipação é que a Itaipu “estendeu um braço de asfalto até a vila de Aparecidinha d'Oeste e fez um calçamento dentro da rua

principal” (KNOB, 2017). O teto do posto de gasolina e algumas casas também são citadas por Lotário, que recorda-se de poucos comerciantes na avenida nessa época, além do posto já citado. Segundo ele, naquele período, existiam muitas casas velhas na avenida principal, que foram, logicamente, as primeiras a serem construídas na vila e, com o passar do tempo, sem reformas ou novas construções, deixavam a Avenida Tiradentes com a marca de residências antigas. Ao atentar-se ao público que assistia e lembrar-se também da ocasião, o professor traz à pesquisadora, uma história de sua própria infância, evocada a partir da imagem visualizada.

O desfile era o dia que parava a região e todo mundo vinha assistir o desfile, mas o desfile era todos uniformizados os alunos, era marcha mesmo, marcava passo, não era pelotão de caminhada pra representar, era quase todo mundo marchando, todas as turmas, mesmo maiores que outras crianças marchando, marcava passo e disso eu me recordo muito bem que no tempo que eu era aluno de primário lá no Rio Grande, no Sul, como nós não tínhamos tambor pra ensaiar, nós morávamos em uma comunidade do interior e daí nós tínhamos que ir na cidade pra fazer em sete de setembro, o desfile lá, a marcha e era passo, daí nós pegava lata de querosene, pegava e com um pedaço de pau, marcava um, dois, um, dois... e nós marcando, eu era sempre o menorzinho da turma, então, ele colocava em ordem, o menor na frente, os maiores pra trás, e aí então, o professor Ciro Damke, aquele que eu falei que era o diretor da escola de Missal, quando eu comecei a lecionar aqui, naquele período já era professor do primário aqui e que já era meu professor lá no Rio Grande, que é o pai do Márcio Damke da loja ali, né, e daí quando eu marchava, cheguei na frente da igreja que ficava no mesmo pátio da escola e aí, então cheguei na frente, peguei e virei de lado, pro lado, e ele veio e me deu um tapa na orelha. “Quando chega um obstáculo”, sei lá que termo que ele usou, né, “você tem que chegar na frente e continuar marchando, marcando passo, você não pode ir pro lado” e isso então, para o resto da vida aprendi que quando tu tá em desfile militar, na época era regime militar, então, imagina os alunos ali. Me lembro também que nos meus primeiros anos aqui era assim também, e tinha que acertar o passo, era coisa mais feia o aluno desfilar, todo mundo assistindo e o aluno, errar o passo, estar no pé errado, né e era assim, era bonito mas era uma cultura. [Risos] (KNOB, 2017).

Embora trate-se de uma lembrança pessoal e exclusiva do depoente, tal fato narra uma memória acionada a partir do suporte imagético que lhe foi apresentado. É uma memória marcante e específica do entrevistado que, sem acesso à fotografia, não lhe seria despertada e compartilhada ao falar de um desfile de sua comunidade, enquanto participava na condição de professor.

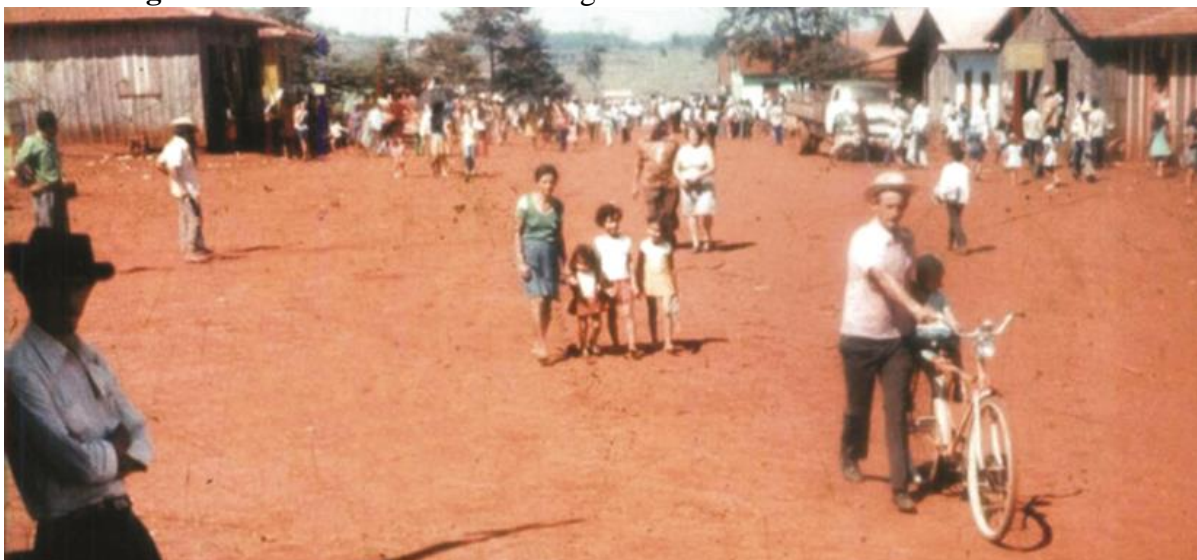
Mesmo com a funcionalidade da fotografia como disparadora do gatilho da memória, a partir das recordações pessoais de alguns depoentes que compõem o quadro de selecionados, a fotografia não despertou memórias descritivas ou pontuais sobre o evento, tão pouco sobre a organização e composição da avenida.

## 6.9 IMAGEM NOVE

A imagem nove foi capturada após o encerramento de um desfile de sete setembro, na comunidade de São José do Itavó, comunidade vizinha à Aparecidinha d'Oeste e que, atualmente, é um distrito de Itaipulândia. A fotografia mostra muita movimentação na rua, de homens, mulheres e crianças. Há casas de madeira nas laterais e um caminhão, mais ao fundo.

Não há identificação de nome de rua. A legenda disponibilizada pela Casa da Memória traz uma informação genérica sobre um período vivido pela comunidade. A inserção de tal imagem ao conjunto apresentado e analisado nesse estudo, teve como objetivo descobrir maiores informações sobre a comunidade e sua relação com Aparecidinha.

**Figura 23** - São José do Itavó no auge do ciclo da hortelã durante a década de 1970



Fonte: Casa da Memória, acervo Sandra Bombardelli Marcon

Por ser uma imagem bastante semelhante com a anterior, alterando apenas a vila correspondente, o efeito de desencadeamento de memórias não diferiu da imagem oito, com contribuições rasas. Dos selecionados, Guiomar e Senhorinha afirmaram não terem conhecido a comunidade e comentaram apenas visões e recordações mais recentes sobre a vila. Já Terezinha que saía de casa apenas para resolver questões domésticas, de saúde ou compromissos eleitorais, afirmou que a comunidade de São José do Itavó ficava mais próxima de Aparecidinha, do que Itacorá, e por muitas vezes, caminhava até a vila.

É no Itavó lá, tinha mais comércio lá do que aqui. Quantas vezes nós ia lá no Itavó, comprava um saco de compra e trazia nas costas. Sim. Mercadinho mais forte lá primeiro do que aqui. Daí nós fomos lá, ia lá, pedia a conta e enchia um saco de compra e vinha. Meu Deus, que sofrimento! (FRANCO, 2017).

Os primeiros comentários sobre a comunidade feitos por Inácio foram bastante negativos. Recordar-se de lá como uma vila sempre feia, suja e estranha. “Desde que eu conheço aquilo lá, desde [19]68/ [19]69, eu conheço aquilo lá, nunca endireito”. Após provocações da pesquisadora, o aposentado recordou-se mais do período de desenvolvimento da vila e de número expressivo de moradores naquela época. A partir de então, novas informações vieram à tona, as quais eram desconhecidas pela autora, tendo em vista a informalidade e a não concretização do ocorrido.

Aqui, quando veio Itacorá, veio mais pra cá, não pro Itavó. O Itacorá era pra ir pro Itavó, era pra ir pro Itavó. O cartório, delegacia e tudo. Aí não! Daí foram em cima do Bissoloti [prefeito de São Miguel do Iguaçu, na época] e da Itaipu pra passar pra cá. Aí virou aqui. Fizeram uma comissão ali pra virar município e já virou também. Pra não ir pro Itavó. Ali a comissão foi o Lotário, o Davi, o Domingos, o Romeuzinho, o Karmirczak, que fizeram aquela comissão pro município. E um tempo teve também o Irineu Friedrich, ele era vereador, primeiro vereador. Primeiro vereador e morreu no acidente lá perto da ponte do Ipiranga (WOLMUTH, 2017).

A colocação de Inácio foi uma exceção as demais contribuições dos pioneiros com relação a imagem nove, por considerar o caráter inédito de suas ponderações a respeito da vila de São José do Itavó ter sido cogitada para receber a estrutura de Itacorá. A qual, se concretizada, poderia ter ocasionado uma mudança excepcional na história de Itaipulândia. Apesar de não existirem documentos oficiais que validem tal informação, o caráter fundador da memória deve ser considerado e em outras possíveis pesquisas, pode ser investigado.

Na entrevista de Lotário Knob, presidente da comissão pró-emancipação, nada foi dito à respeito da informação compartilhada por Inácio. Sobre a comunidade, o professor apenas observou as casas que compunham a rua capturada na fotografia e comentou acreditar que já tenham sido desfeitas ou reformadas.

Adolfo Ghellere foi o único a recordar-se do ciclo de hortelã da vila, tendo em vista a grande circulação de dinheiro que tal produção gerava não só em São José do Itavó, mas também na vila de Itacorá, onde o comércio era mais desenvolvido. “O hortelã era uma festa, menina! O pessoal ali, chegava e fim de semana, final de ano, dava prata, né? Era dinheiro vivo, sabe? Era uma festa! O hortista chegava e assim, era uma festa mesmo!” (GHELLERE, 2017). Para o comerciante farmacêutico, que já havia se consolidado no ramo pelas vilas da região, era uma época de bom rendimento.

O casal Heindrickson não fez muitas contribuições sobre a comunidade. Jair, primeiramente, disse até que não conhecia tal vila. Depois, voltou atrás afirmando que não a conheceu profundamente e apenas próximo ao período de emancipação. “Eu conheci, mas não

foi assim... Foi mais depois da [emancipação]. Eu fui, fui até lá num moinho, uma época, mas foi mais no fim, né? Eu ia no moinho, no último tempo, que primeiro tinha pra cá, né?” (HEINDRICKSONa, 2018).

A esposa lembrou-se apenas de uma longa caminhada que fizera até a comunidade. Ela estava grávida e segundo a agricultora, os serviços que precisava encontrava apenas em São José do Itavó. “A parteira, fui lá uma semana antes do meu filho nascer, daí eu fui a pé. Fui a pé e voltei a pé. Que a parteira era lá, né, tinha que ir lá” (HEINDRICKSONb, 2018).

Novamente, apesar das poucas considerações a respeito de uma imagem do portfólio apresentada às mulheres depoentes, sendo elas reduzidas a atividades do lar e da família, tais colocações ou não-colocações apresentam um importante dado informacional e característico da época.

Desse modo, mesmo que das quatro selecionadas, apenas uma delas tenha trabalhado fora de casa e da lavoura, suas inserções e participações na composição do quadro de depoentes é fundamental para que se possa compor uma leitura histórica e informacional mais próxima da realidade vivida pelas comunidades da época, que posteriormente formaram Itaipulândia. Tal evidência contribui, do mesmo modo, para que as relações sociais, econômicas e políticas atuais da cidade sejam compreendidas.

#### 6.10 IMAGEM DEZ

O propósito de seleção e apresentação da imagem dez foi facilitar e despertar nos depoentes, lembranças visuais sobre as ruas comuns de Aparecidinha, quando a vila começava uma fase de progresso e desenvolvimento pela formação do lago e desapropriação de Itacorá. A rua corta a avenida principal de Aparecidinha e, por isso, poderia ser rememorada, tendo em vista o pequeno número de ruas na vila, naquele período. A fotografia mostra casas de alvenaria prontas e outras em construção, mais ao fundo, quintais de casas, postes de energia elétrica, alguns galpões e carros estacionados. As estradas eram de chão e alguns carros e caminhões circulavam.

**Figura 24** - Rua Rui Barbosa, na década de 1980



Fonte: Casa da Memória, acervo Waldomiro Klos

No entanto, as recordações dos selecionados não identificaram muitos pontos de memória na imagem e não corresponderam aos propósitos da pesquisadora. Terezinha, Adolfo e Guiomar não contribuíram com informações sobre a fotografia. Senhorinha, mais uma vez, centrou-se na estrada de chão. Ponto recorrente em suas observações e memórias sobre as fotos apresentadas, sorriu e comentou novamente.

E dá pra notar que era estrada tudo de chão, tudo de chão. Agora não, agora você sai aí e não pisa no chão. Graças a Deus. Eu vou daqui lá no posto e não piso no chão. Naquela época era tudo de chão, a gente saía e voltava com o pé que era uma batata. [Risos.] Não é verdade? Deus o livre. É, é assim que funciona (CARVALHO, 2017).

Inácio foi logo dando palpites sobre os possíveis locais, mas sem muitas certezas. “Isso aí, isso aí não é lá embaixo... Perto do Benjamin lá, não. Bom, na esquina que vai pra lá...” (WOLMUTH, 2017). Quando observou com atenção a fotografia, ressaltou detalhes pontuais. “Eles tão construindo a casa, vai saber de quem é ali... e tem um avião voando ali em diante, um helicóptero, acho...”. A pesquisadora, que não havia reparado no helicóptero que sobrevoava, questionou sobre. “[Eles vinham] Por causa da Itaipu. É um helicóptero, sim!” (WOLMUTH, 2017).

Quem mais refletiu sobre a fotografia foi Lotário, tendo em vista que a rua capturada na imagem cruza a rua de sua casa em certa altura. O detalhe do helicóptero sobrevoando a comunidade também foi notado por professor e o deixou intrigado quanto ao possível motivo.

Repensando sobre a localização atual, pôs-se a buscar compreender qual a rua que cruzava a Rui Barbosa, na imagem capturada, considerando a possibilidade de ser a rua de sua própria residência. Lamentou-se também, por não haver a data específica da fotografia.

Rua Rui Barbosa, se na época levava esse nome, é hoje, é essa rua aqui de cima. Será que é essa? Ela pode ser essa esquina aqui de cima, ou a da avenida principal. Se essa aqui é a Rua Barbosa, essa que atravessa pode ser a rua Floresta ou pode ser a Tiradentes ou ainda a seguinte seria a Castro Alves que é em frente à escola Costa e Silva. Mas tem muita cara de parecer a Tiradentes essa que desce ali. Pena que essas coisas realmente não tem anotado, né? A gente vai esquecendo, né, depois não tem mais alguém que consegue recordar, mas aí de repente, vai mostrar uma foto dessas pra quem na época morava aqui “ah, olha a época do fulano de tal, né” (KNOB, 2017).

Jurema, em uma tentativa semelhante à Lotário, buscou localizar-se na imagem segundo referências próprias. “Aqui é a casa onde que o Preto tem a churrasceria, na esquina. Era dos Schwab, dos genro do Schwab, ele era motorista de ônibus” (HEINDRICKSONb, 2018). Pelas referências apontadas por Jurema, a aposentada referia-se a rua do Lotário, onde encontra-se uma tradicional churrasceria da cidade, na esquina. Jair não inseriu nenhum comentário sobre.

Pelas poucas contribuições adicionadas à imagem, a autora sugere que em pesquisas próximas apenas fotografias com algum elemento descritivo de destaque sejam inseridas no portfólio. Imagens muito abertas, sem um ponto central para referência e visualização, não são recomendadas.

### 6.11 IMAGEM ONZE

Voltada ao trabalho na lavoura, o intuito da presença de tal fotografia na análise era aproximar os entrevistados do trabalho que desenvolveram por algum tempo ou por toda a vida na lavoura, tendo em vista que todas as famílias que chegavam à região, minimamente por um período, trabalharam na roça.

A imagem mostra dois bois à frente, puxando uma carroça carregada, guiada por Valdir Heindrickson, pioneiro irmão de Jair Heindrickson e cunhado de Jurema Heindrickson, que se instalou na comunidade de Esquina Gaúcha, em 1968, cuja vila, atualmente, pertence ao município de Itaipulândia. Integram a composição fotográfica a estrada de chão rural e mato ao fundo.



**Figura 25** - Valdir Heindrickson na localidade de Esquina Gaúcha, em 1968



Fonte: Casa da Memória, acervo família Heindrickson

De modo surpreendente para a pesquisadora, um ponto que encantou os selecionados foram os bois. Muitos falaram sobre, em seus primeiros comentários sobre a fotografia. Terezinha e Guiomar apostaram que os bois eram do finado marido de Senhorinha, Pedro Carvalho. “Ah, meu Deus do céu! É os nossos bois. O cigano e o mineiro. Uhum. Nossos bois. O mineiro e o cigano. Esse é o mineiro e esse é o cigano” aponta Senhorinha, antes de ser informada sobre os proprietários indicados pela legenda da imagem.

A confusão de informações por parte de alguns depoentes foi prevista por outros pesquisadores que aplicaram a proposta metodológica. A retomada de tais considerações reforçam que no desenvolvimento e realização de tal proposta de estudo, o trabalho de conferência de informações é fundamental e recorrente. “As checagens de informações e revisitas aos entrevistados para averiguação de dados são necessárias em diferentes momentos [...]” (HOFFMANN *apud* TEIXEIRA, 2013, p. 158).

Guiomar impressiona-se com a fotografia. “Olha, mas o tempo disso aqui! Que que é isso aqui? Cana? Lenha? Olha o tamanho dos bois!” (CORADINI, 2017). Lotário diz não ter passado por tal experiência de trabalho. Reconhece apenas os traços do princípio de uma comunidade, ainda a ser explorada. “Aqui dá pra ver claramente que é o início do desbravamento da nossa região que é era isso aí mesmo, era tudo meio que manual, que não tinha trator ainda, o boi pra puxar tudo, desde as torra pra levar pra serraria, às vezes até a pé ainda, né?” (KNOB, 2017).

Inácio suspeita que os bois sejam de seu pai, mas é corrigido pela esposa que lembra-se dos bois do sogro serem mais escuros que os da fotografia. Neste caso, a confusão citada por Hoffmann (2011), novamente ocorreria. Conforme os apontamentos de Thompson (1992) também já inseridos na pesquisa, a interferência de uma terceira pessoa nas memórias de um depoente, soma às fontes da pesquisa, recordações mais precisas. Mesmo que, embora neste caso, a terceira pessoa tratava-se apenas de uma acompanhante da entrevista e não fosse uma depoente inclusa no quadro de selecionados.

Já Terezinha, lembra-se apenas dos próprios bois que possuía. “Nós tinha umas junta de boi muito bonita, meu Deus do céu...Junta de boi nós tinha duas. Mais era de criação assim, porque mais que duas junta assim, não ocupava, né? As terras lavrava tudo com boi, com arado, né? (FRANCO, 2017).

Ao ser informado sobre os proprietários dos belos bois, Inácio lembra-se de um episódio externo, que as informações da fotografia o fizeram recordar.

Na Esquina Gaúcha tu entra um pouco e vai pra baixo assim, daí entra no Cristo Rei. Lá tem o galpão embaixo da água, na terra desse véio aqui [aponta o senhor da foto]. O véio não aceitou o dinheiro da Itaipu, esse véio aqui. Esse que tá lá embaixo, perderam tudo! perderam dinheiro, perderam terra e tudo. Não pegaram dinheiro da Itaipu, diz que tá depositado em juízo, mas agora o véio morreu... O outro filho dele também morreu na água lá. O Jairo e o Edson e outro [filho] não vai lá atrás daquela terra lá embaixo. [...] A Itaipu depositou em juízo, mas agora o veio morreu, a veia morreu, não sei como é, os filhos não vão atrás, de certo. Fica por aquilo. Fica lá depositado o dinheiro em juízo, se um dia um neto de um filho dele acha que pode mexer lá, vão lá e mexem. Advogado bom tira o dinheiro lá. Aquele lá não era fácil naquela época, ele era um daqueles bem teimoso (WOLMUTH, 2017).

Adolfo e sua esposa Marilda, também recordaram-se da história da família, primeiramente, por já tê-los atendido em seu tempo com a farmácia de Itacorá, quando a esposa de Valdir Heindrickson estava em trabalho de parto. “É sim, filho do Jorge Heindrickson, aí o Adolfo levou pro hospital e o médico falou assim: ‘ainda bem que esse rapaz trouxe você aqui, se não ia morrer os dois’”, conta. Adolfo, então, passou a narrar a história da família e a versão conhecida por ele sobre o desacordo com a Itaipu.

Esse homem aqui, Jorge Heindrickson, morreu à mingua. Morreu assim com a cabeça assim, em cima do cabo da enxada, isso aqui é uma coisa que a Itaipu até hoje não sabe disso aí. Foi uma coisa muito ingrata. Ele chegou aqui e o seguinte, então ele tinha uma área de 80 alqueires de terra, escriturada, aí, entrou os posseiros e a Itaipu não reconheceu esses 80 alqueires de terra. E pagou pros posseiros lá e não pagou pra ele e só pagou 40 alqueires. Ele falou: “Não! Eu quero meus 80 alqueires que tão escriturado, eu tenho escritura dessa área. Só que tem uma área desse pessoal aqui,

que entraram”. Ai ele chegou e não recebeu essa área aqui e foi despejada. E era uma época de inverno, uma época de farinha de mandioca, tinha as tuia de farinha de mandioca, aí a Itaipu entrou, contratou desterra, com chuva, empurrou toda a propriedade dele, foi empurrando aquela farinha de mandioca da tuia e foi empurrando até na divisa dele, na terra que sobrou pra ele. E não recebeu até hoje, que eu sei essa propriedade não receberam...Ai ele tava na propriedade dele e foi carpi com o netinho. Dá uns 2km no máximo dali, foi carpi lá a lavoura de milho, não sei o que e tinha uma sombra e daí ele deitou, um pouco na sombra ali, né? Descansar. E daí deu 11h, deu meio dia, o netinho chegou e falou assim: “Ô vô, vamo embora, vô! Eu tô com fome, vô!” Que vô, o vô já tinha morrido (GHELLERE, 2018).

As considerações de Inácio e de Adolfo a respeito do evento ocorrido com a família Heindrickson reforçam um dos elementos apontados por Pollak (1992) como constitutivos à memória: os acontecimentos. Alguns fatos são tão marcantes para determinados grupos e comunidades que, são rapidamente acionados pela memória.

Jair e Jurema reconheceram a fotografia rapidamente e informaram a autora que ainda a possuem no acervo familiar. Jair também reconhecendo o irmão, recorda-se de suas histórias e seu comportamento, embora sem detalhes. “Esse aqui que é o meu irmão de Quedas. Essa aqui é o que pegou o cara mais... É que nem diz o outro, às vezes tô vivo por causa dele. Porque esse aí era muito ligeiro, muito ligeiro e muito violento, como diz o outro” (HEINDRICKSONa, 2018). Jurema reconhece o cunhado e identifica rapidamente a carga que traz. “Com a carroçada de cana ele vem aqui” (HEINDRICKSONb, 2018). Conforme recorda-se o casal, Valdir vinha de outra comunidade vizinha, denominada Luzitânia.

Após uma colocação da autora, indicando que acreditava que o homem da imagem tratava-se de seu pai, Jair pondera que Jorge apareceu apenas no registro do documentário Desapropriado, chamado por ele de fita.

Ele disse: “não precisava me matar!” Porque ele disse que ele veio ali pra trabalhar, pra construir... ele fala um pouco diferente, não sei bem como que é ali. Nós fomos descobrir essa fita, nós sabia que tava, que tinha, porque nós vimos o homem vim fazer, né, só que nós não conseguia. Eles não dão em Itaipulândia, não deixavam, não era fácil (HEINDRICKSONa, 2018).

A partir de então, narra sua busca constante pelo material e a dificuldade de acesso que teve para encontrar o material que retratava a história dos desapropriados pela Itaipu. Um encontro na cidade de Santa Helena, também afetada pelas águas da usina, reuniu grupos indígenas, agricultores e de movimento sociais da terra, para uma reunião. Segundo o caso, o evento ocorreu há mais de 20 anos. Foi apenas nessa ocasião, que a família teve acesso ao material audiovisual de sua história.

Um padre de Santa Helena ele queria a gravação, aí uma moça levou pra fazer a gravação pro padre, porque o padre que quis, lá de Santa Helena. Aí a moça, nós demos carona pra moça e ela disse assim, daí nós viemos almoçar na cidade, né, aí a moça disse assim: “eu faço uma pra vocês também terem uma cópia”. Mas daí eu fui lá e não dava tempo, aí ela fez a pro padre e depois fez a cópia de novo pra nós e mandou aqui pra esse do ônibus, não lembro como que é... Eu sei que veio aqui, mas a moça fez e então, eu consegui por ali, por intermédio daquele padre, que cederam só pro padre. Porque igual o pastor Fuchs eles lá, eles não gostam que ela aparece muito. Eu hoje que fiz, já mandei pra Santa Catarina, meus irmão lá tudo tem, aqui também, eu dei pro Kadu, pro Mega. [Fotógrafos de Itaipulândia] Por que não, né? O que é a verdade, tem que ser (HEINDRICKSONa, 2018).

A frase dita pelo pai de Jair, em seu depoimento ao documentário, embora não tenha sido colhida por essa pesquisadora, reitera a relação entre o homem e as edificações, entre o espaço físico que habita e ao qual pertence. A frase “não precisava me matar!” é dita no exato momento em que a casa de Jorge é demolida pela equipe de funcionários da Itaipu. A destruição de um espaço tão permeado de recordações, memórias e marcas familiares, é vinculado por ele à sua própria morte.

Para Bosi (1994), é uma perda parcial do próprio eu, da própria identidade e do caráter de um lugar único. “Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvões, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver” (BOSI, 1994, p. 436).

Ao contrário do que pretendia a autora ao inserir tal fotografia no portfólio, recordações acerca do trabalho nas lavouras, diretamente, não foram discutidas profundamente a partir de tal fotografia. Os caminhos de recordações despertados por ela, levaram a outras questões como o caso duplamente citado do desacordo financeiro entre Itaipu e a família Heindrickson, que fugiram da leitura dos elementos visuais da imagem e sobrepuseram-se as ideias de pertencimento e identificação. Indícios sobre as atividades trabalhistas da época, foram adicionadas a pesquisa em outros momentos e a partir de outras fotografias.

## 6.12 IMAGEM DOZE

A décima segunda imagem apresenta um momento de grande transformação nas vilas de Itacorá e Aparecidinha d’Oeste: a formação do lago de Itaipu. Na fotografia, as águas começavam a subir e inundar antigas terras habitadas. Era uma profunda transformação física e estrutural na região. A imagem selecionada mostra homens, mulheres e crianças, em um trecho de estrada de chão, acompanhando a aproximação das águas do Rio Paraná. A

magnitude da mudança e da ação da Itaipu era vista com dúvida por grande parte dos moradores da região. Incrédulos, acompanhavam dia após dia, a elevação e a formação do leito do lago.

A inserção de tal imagem ao portfólio de pesquisa justifica-se pelo objetivo da autora em apresentar alguma produção fotográfica que os remetesse a Itaipu e a formação do lago. Acredita-se que a inclusão de uma fotografia que retratasse a construção da usina hidrelétrica ou do canal de desvio, evidenciasse de modo mais efetivo a magnitude do projeto proposto e seus possíveis desdobramentos. No entanto, na Casa da Memória, local que serviu de fonte para a composição do quadro de fotografias selecionadas e apresentadas aos pioneiros nas entrevistas, não foram encontradas fotografias correspondentes, nos acervos fotográficos disponibilizados. As únicas, giram em torno de capturas como a selecionada e apresentada a seguir.

**Figura 26** - Famílias acompanhando de perto a subida das águas do Rio Paraná, logo após o fechamento das comportas da Itaipu



Fonte: Casa da Memória, acervo Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)

Dos entrevistados, Guiomar e Senhorinha não trouxeram contribuições ao fato. Ambas, moradoras de Aparecidinha d'Oeste, disseram que recordam-se pouco do lago e de sua formação. Terezinha embora tenha visto as mudanças do lago em poucas ocasiões, rapidamente apontou “o povo tudo olhando, nós ia olhar! Tu fazia um risco ali, quando tu via, já tinha aumentado” (FRANCO, 2017). A rápida elevação não era exagero de Terezinha. Foram necessários cerca de quinze dias para que o lago se formasse e Itacorá desaparecesse.

Já Inácio, estava lá sempre que possível, sozinho ou com a família. Pela fotografia, lembra-se do movimento beira lago.

Aí era o Itacorá quando começou a fechar o lago lá. Aquela estrada que nós tava também, é lá da Esquina Gaúcha pra dentro lá. Todo mundo lá, tinha umas de guarda-chuva ali. Todo mundo ia ali vê quando a água subia, era cobra pra tudo que é lado. Aquele dia que nós fomos de fuca lá, nós também tava perto da água. [...] Todo mundo ficava curioso, ia lá olhar quando a água tava subindo. Todo dia, tava cheio de gente lá até que tinha uma estrada que ia lá, que ia na água. Todo dia tinha gente lá, o tempo todo, todo dia, dia inteiro. E até uma altura ia a pé lá pra baixo (WOLMUTH, 2017).

Lotário, sempre buscando trazer contribuições, lembrou-se das memórias da esposa Angelita, a qual acompanhou as águas subirem nas próprias terras de seu pai, que também foi indenizado, parcialmente. Das recordações dela, o professor traz detalhes curiosos de fatos que tornaram-se corriqueiros na região, conforme o lago se formava.

Parece a beira do Paranazão, será? Quando tava subindo, então o povo foi lá, por curioso ver o lago se formando, isso? Imagina, né, os bicho corria, né. É, a Angelita ela é de 1969, e quando formou o lago foi em 1980, né, o pai dela em parte foi indenizado, uma parte da terra, o pai dela. Mas o resto da terra eles continuam, continuam na família. Aqui em Missal. Ela se lembra bem, diz que eles ficavam lá, vendo os bicho escapando, vinham pras casa, fugiam, né e vinha o pessoal também da Itaipu, pra resgatar os animais e a água vinha subindo, né. De noite ia deitar e a água tava lá, no outro dia de manhã já estava em outros pontos, né. Era a atração, né? Foi questão de poucos dias, né. A água hoje tá lá, amanhã já tava bem pra cá. Diz que era terrível como vinha, né, a bicharada, fugindo (KNOB, 2017).

Tal colocação de Lotário, demonstra a aplicabilidade e funcionalidade dos apontamentos defendidos por Pollak (1992), quando refere-se a acontecimentos vividos por tabela, ou seja, “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer [...] Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 201). Como o professor chegou à comunidade quando o lago estava formado e, portanto, não acompanhou o processo evidenciado na imagem, as recordações narradas por ele sobre suas memórias acionadas por meio da fotografias, são lembranças herdadas por integrantes do grupo de seu convívio, não vividas por ele.

Evidenciam-se também, os quadros sociais da memória apontados por Halbwachs (*apud* BOSI, 1994), compreendendo que nossas memórias são formadas não só a partir de nossas experiências vividas, mas também daquelas percorridas por nossas relações sociais, seja nosso universo familiar, profissional, de lazer, religião ou político. “Se lembramos, é

porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: ‘o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam’” (BOSI, 1994, p. 54).

A ação de acompanhar e buscar visualizar a rápida transformação nas vilas e na região pode ser compreendida não só pelo sentimento de curiosidade, mas também de compreensão, de inserção e de seguridade com a comunidade. Conforme apontado por Halbwachs (1990) e Lynch (1999), a identificação e conhecimento do espaço em que está inserido reflete-se no bem estar e no equilíbrio emocional das pessoas que habitam tal espaço. Mudanças drásticas e repentinas na comunidade podem comprometer o sentimento de orientação, pertencimento e identificação com o lugar. Essa observação da mudança, dia após dia, é uma ação coletiva das comunidades que tentam crer e compreender as transformações a sua volta.

No entanto, vale destacar que para que os moradores já citados (Inácio, Terezinha, Guiomar e Senhorinha) sentissem as mudanças geradas pela formação do lago, precisavam deslocar-se até a vila de Itacorá. Pegavam seus carros e, acompanhados de suas famílias, visitavam a comunidade e regressavam para Aparecidinha d’Oeste, na qual o espaço era o mesmo, não haviam transformações ou desorientações. Desse modo, a proporção e recepção dos efeitos gerados pela construção da usina de Itaipu, foram sentidos por eles de modo diferente dos depoentes que viviam em Itacorá e foram desapropriados.

Mas toda essa agitação se desenvolve em um cenário familiar e, que parece não ter sido afetado. Será o contraste entre a impassividade das pedras e o tumulto no qual se encontram que os persuade que apesar de tudo nada está perdido, já que as paredes e as casas continuam em pé? É por isso que o efeito da agitação, que abala a sociedade sem alterar a fisionomia da cidade, atenua-se quando passamos àquelas categorias do povo que se apegam mais às pedras do que aos homens [...] (HALBWACHS, 1990, p. 134).

Além disso, pondera-se que, desde o início da aplicação da proposta metodológica, a autora argumentou acerca de sua percepção pessoal sobre a forte relação entre os moradores de Aparecidinha com sua comunidade. Orientação, conhecimento, pertencimento e inclusão. Embora reconhecessem a superioridade de estrutura da comunidade vizinha de Itacorá, optavam por percorrer as longas distância entre uma vila e outra, e retornar para habitar suas casas, seus lugares reconhecidos, caracterizados e sentidos somente em Aparecidinha d’Oeste. Do mesmo modo, tal relação identitária exista com relação aos moradores de Itacorá. “Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte da sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (LYINCH, 1991, p. 1).

Para eles, a imagem gerou comentários relacionados à localização e reconhecimento do local. Adolfo não ponderou que acompanhara com frequência a elevação do lago, embora tenha apresentado a fotografia à autora que demonstra tal ação (Figura 21). Sobre a fotografia do portfólio de pesquisa, questionou-se apenas se tratava-se de sua propriedade. Ao ouvir a negativa da esposa, sinalizou que “era uma rua que descia. Ela descia e ia lá pra Santa Helena, de Itacorá, pra Santa Helena e a água represou. E o pessoal ia acompanhando, acompanhando” (GHELLERE, 2018).

Jair também teve o extinto de tentar localizar-se e convidou a esposa para auxiliá-lo. O agricultor acreditava que a rua apresentada na imagem era próxima ao campo de futebol da comunidade ou que talvez, se tratasse da avenida. Jurema corrige o esposo, alegando que tal via era mais larga do que a da imagem. Quando questionados se haviam ido acompanhar tal elevação do lago, Jurema pontuou poucas ocorrências. “Nós fomos quando tava saindo da margem do rio, que eu fui junto, foi quando tava saindo da margem do rio, depois quando tava na metade da fazenda do Adolfinho ali eu fui de novo. Eu fui só duas vezes” (HEINDRICKSONb, 2018).

Ao contrário dos moradores de Aparecidinha d’Oeste que relataram regulares visitas para monitoramento do lago, os depoentes Adolfo, Jair e Jurema viam a mudança acontecer continuamente. A água estava subindo em suas propriedades onde outrora plantavam, colhiam, residiam. Eles não precisam ir ao seu encontro. Ao contrário, a cada dia, ela se aproximava. Do mesmo modo que os entrevistados de Aparecidinha, a identificação, o pertencer à comunidade apresentava-se como uma constante em suas colocações.

Para Augé (1994) a identidade está diretamente relacionada ao espaço e a relação dos indivíduos com ele. Assim, o fator identitário, aliado às memórias afetivas vinculadas ao espaço e ao grupo constituído ao seu redor caracterizavam a comunidade de Itacorá como um lugar para Jurema, Jair e Adolfo. Considerando que a emancipação de Itaipulândia tornou Aparecidinha d’Oeste como sede do município, o caráter de lugar para seus antigos moradores foi reforçado com o processo, afinal, o desenvolvimento trouxe crescimento e a partir de então, deixou de ser preciso sair de lá, para qualquer necessidade.

Contudo, a pesquisadora identifica que para Adolfo, Jurema e Jair, Aparecidinha d’Oeste/Itaipulândia não lhes configura um lugar de memória ou de pertencer. Adolfo, após receber o montante de seu processo indenizatório, mudou-se para São Miguel do Iguaçu, onde já havia criado laços e se estabelecido antes mesmo de ir para Itacorá. Jair e Jurema se mantêm nas terras da família que não foram encobertas pelas águas e tornaram-se vizinhos de



uma comunidade que não mais existe. A relação do casal com Itaipulândia, aproxima-se das concepções de um não-lugar, vazio de memória e de caráter. É também, para Jair, um local que se desenvolveu somente a partir do dinheiro das terras das famílias de Itacorá.

Se não surge o município por causa dos *royalties*, que nós paguemo isso aí, mas alguém ganhou dinheiro com isso aí. Alguém ganhou milhões com esse *royalties* aí. Um prefeito trabalha ali, totalmente com liberdade. Então, como a Itaipu tirou de quem era dono, tá dando agora pra quem não é, né, porque pros municípios, gente que vem, que nunca participou de nada de Itacorá, hoje ganha dinheiro de Itacorá. Então, isso é o significado. Então, pra alguns ficou bom. Esse é Itaipulândia (HEINDRICKSONa, 2018).

A colocação de Jair, que posiciona-se e assume sua visão sobre os *royalties* e o processo indenizatório de Itaipu sobre os municípios, valida os apontamentos de Bosi (1994, p. 453), ao ponderar que “na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência”. Nessas situações, o depoente não se satisfaz na narrativa objetiva e ‘neutra’, mas questiona, julga, critica e expõe seu lado, de modo bastante claro.

Quando os fatos políticos resultam ainda em uma recolocação espacial, como é o caso da família de Jair e de todos os desapropriados, a memória é, para Bosi (1994) diretamente atingida e prejudicada.

O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. [...] Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças (BOSI, 1994, p. 443).

## 6. 13 IMAGEM TREZE

Capturando um momento representativo da história das comunidades de Itacorá e Aparecidinha d’Oeste e também de todo processo desapropriatório que envolveu a construção da usina de Itaipu, a décima terceira fotografia apresentada foi produzida no dia de uma missa e almoço de despedida das áreas que seriam inundadas pela construção da usina. Na imagem há uma grande movimentação de pessoas, em uma área aberta. Trata-se da propriedade de Adolfo Ghellere, em Itacorá. O destaque da fotografia, contudo, é uma bela e grande árvore que domina a imagem. Ao fundo, uma galpão.

A famosa árvore era conhecida nas vilas por “árvore da morte”, em alusão a uma famosa história de diversos assassinatos cometidos ali, antes dos anos de 1960, quando as

terras pertenciam a um posseiro argentino. As mortes, ocorriam sempre no acerto de contas de seus funcionários, para evitar que tivesse de pagar à eles, o que lhes devia pelo trabalho.

O intuito da autora era coletar informações em torno da despedida da comunidade, o sentimento que motivara tal realização. Para selecioná-la compreendeu-se também que, pela magnitude e relevância da festa, os depoentes acrescentariam informações e memórias a respeito, tendo em vista que local da festa era bastante conhecido pela comunidade, bem como seu organizador.

**Figura 27** - Timbaúva (árvore da morte), localizada próximo à barranca do Rio Paraná, no distrito de Itacorá



Fonte: Casa da Memória, acervo Adolfo Ghellere

Na cerimônia, dois depoentes estavam presentes: Adolfo João Ghellere, organizador do evento; e Jair Heindrickson. Para os demais que não comparecem na ocasião, a imagem lhes gerava identificação a partir das lembranças com a propriedade e os serviços ofertados por Adolfo. Senhorinha lembra-se das compras que o marido fazia no pequeno estabelecimento de comércio da propriedade.

Lá na Fazenda Apolo. Às vezes eu ia junto. De carroça. Busca bóia. [Risos]. Ai eu trazia toucinho, banha derretida, num galão. Arroz com casca, farinha de mandioca. Nós comia muito, muito, muito, muito farinha de mandioca. Nós trazia um saco assim ó [mostrando o tamanho com as mãos]. Nossa, pra criar esses filhos. E eu tô viva ainda! (CARVALHO, 2017)

Terezinha, Jurema e Lotário não trouxeram contribuições à imagem. Guiomar disse não recordar-se da fazenda. Ressaltou apenas a grandeza da árvore em destaque na foto e tentou identificar de que espécie se tratava. Inácio Wolmuth foi o único a recordar-se da famosa árvore e fez questão de contar a história.

Essa árvore... ali, não sei não. É a árvore da morte, acho... Árvore da morte, lá embaixo, na costa do rio. Ali os madeireiro enforcavam os peão quando pediam a conta jogava dentro do rio depois. [...] Despedida de Itacorá, fizeram naquela árvore lá. Acho que um dia antes que foi fechado o lago, um dia antes que fechou o lago, que daí no dia que fechou 10 dias tava tudo feito já, subiu ligeiro. Essa árvore da morte, ali foi matado mais de 500 pessoas, naquele pau ali, tudo enforcado...[...] Tinha aqueles ingleses, madeireiro ingleses e argentinos, aí os caboclos iam ali trabalhar com eles aí o dia que pedia a conta pra ir embora, pra não pagar eles, pendurava na corda, depois jogava no rio Paraná e ia embora, sumia. Árvore da morte. E já antes de fechar o lago, já tava embaixo da água (WOLMUTH, 2017).

Adolfo, que estava à frente da organização do evento e já havia comentado sobre a festa em si na primeira parte da entrevista, quando questionado sobre o comércio da comunidade, a partir da fotografia, dedicou-se a falar somente da árvore. Primeiramente, referiu-se à ela como figueira. Quando informado pela pesquisadora que o nome registrado na Casa da Memória é Timbaúva, pôs-se a corrigir. “Essa árvore aqui é Timburi, pode anotar o nome dessa árvore aqui, essa árvore aqui tem uma raiz só. Essa árvore aqui, quando foi pra carregar que eu cortei ela” (GHELLERE, 2018). Ambos os nomes (Timburi e Timbaúva) são diferentes denominações que referem-se a mesma planta.

As dificuldades enfrentadas para que a árvore fosse cortada antes que o lago a encobrisse e outras lembranças de momentos junto a Timbaúva foram narradas por Adolfo.

Eu cortei ela, pra tirar fora, e daí eu cortei ela. Um caminhão Mercedes, tive que amarrar a carroceria lá porque se não me tombava o caminhão, o toco dela, precisava lá de uns cinco, seis homens pra abraçar ela toda aqui, até eu cheguei um dia e fiz uma brincadeira com um gaúcho de Missal, que ele era dono de uma casa de carne em Missal, era um domingo e eu tinha derrubado ela, sabe? E tinha umas duas, três abelheiras nessa árvore, certo? Aí eu cheguei, com uma máquina fotográfica, e falei: “o gaúcho, pula pra cá!”. Eu vendo que tinha um enxame de abelha, eu disse: “Pula pra cá, levanta a mão, abaixa a mão!”. Daqui a pouco ele deu uma disparada, aí deram um saró nele. [Risos]. Ele todo pilchado, sabe? (GHELLERE, 2018).

Posteriormente, o farmacêutico retornou a falar sobre a festa, sobre a missa celebrada antes do almoço de despedida e de suas estratégias para evitar brigas durante a confraternização. A declaração de Adolfo, que narrava o episódio difícil do corte da árvore,

confrontava a afirmação de Inácio, que ponderou sobre o encobrimento da “árvore da morte”, antes mesmo do lago estar completamente formado.

Jair, ao ver a fotografia recordou-se também do corte da árvore, embora não tenha trabalhado efetivamente no processo.

Eu não vi corta, não ajudei, só vi ela cortada. Eu vi ela em pé e vi ela cortada, as torra embaixo ainda, não tinham levado. Só que daí eu escutei o Vendelino<sup>40</sup> falar que a árvore tava embaixo da água e eu digo: mas não é, a pessoa não sabe nada, né e daí... Porque você fala o que te falaram, mas ela não tava embaixo da água. Foi tirada e daí uma pessoa me disse: “Não, eu sei até a serraria que foi cortada”. Só que eu não lembro. Essa árvore foi cortada, pelo menos, dali pra baixo (HEINDRICKSONa, 2018).

Quando informada pela pesquisadora sobre a identificação da árvore da fotografia como uma figueira, Jair imediatamente esclareceu a autora que na história da árvore da morte, duas árvores eram utilizadas e, uma delas, era a figueira.

É duas árvore importante na personagem, porque a Timbaúva era pra matar, a árvore da morte e a figueira era uma figueira que tinha caído, que tava deitada, mas depois ela tava lá, deitada dentro do rio. E daí era pra desova. Botava nas costas, um saco de pedra e jogava lá dentro. Tem a figueira, mas daí a figueira fica dentro do rio, ela ficava fora, mas daí ela dobrou e daí lá ela cresceu de volta, mas daí o cara entrava em cima da água, né e daí pra despachar. O significado era esse, né, daí a figueira entra na história. [...] A figueira tava longe, porque aqui ficava em cima ainda. Na fazenda quase do Adolfinho, ali né, um pouco pra baixo. Pra baixo disso ali tinha uma escola antigamente daquele pessoa que vinha tirar madeira ali, antes de Itacorá, que vinham por água, tempo dos ingleses. E ela era um pouco pra cima, então, aqui [na festa] eu tava no meio, só que não te digo onde que eu tava porque é difícil. [...] Eu tava na hora da missa e tava depois né, até terminar, porque daí nós ficamos esperando matar o boi. Isso aqui parece uma arvorezinha pequenininha aqui, curtinha, mas deu duas tora ou mais de três metros (HEINDRICKSONa, 2018).

Com o fato esclarecido pelo depoimento de Jair e também documentado na obra de Scarpato e Bohm (2006), a árvore a qual Inácio se referiu ao afirmar que já se encontrava embaixo da água, antes mesmo do lago se formar, pode ser a figueira, tendo em vista sua curvatura parcial que invadia a água.

Os apontamentos acerca das “árvores da morte” não resultaram em nenhuma nova contribuição sobre tal prática da época, restringindo-se as informações já coletadas pelos memorialistas Scarpato e Bohm (2006) e publicados em sua obra. Nesse caso, a inserção da imagem no portfólio contribuiu apenas com a validação dos dados acerca do episódio e

---

<sup>40</sup> Vendelino Royer. Prefeito de Itaipulândia em 2006, ano de lançamento da obra *Itaipulândia, Seu povo, sua origem*, sua História, de autoria de Iria Bruch Bohm e Rodison Scarpato.

apresentou-se como uma escolha equivocada quanto aos pressupostos de pertencimento, tendo em vista a ausência de colocações sobre a despedida e emoções acerca das mudanças da época.

#### 6.14 IMAGEM CATORZE

A última imagem apresentada aos entrevistados pelo portfólio produzido pela pesquisadora, é também a mais recente delas. A fotografia apresenta um momento simbólico e muito importante, principalmente, para a comunidade de Aparecidinha d'Oeste. Trata-se da cerimônia de instalação oficial do novo município de Itaipulândia, datada em 1 de janeiro de 1993. Na ocasião, cortam a fita comemorativa, o primeiro prefeito da cidade Lotário Knob e o vice-prefeito, José Naconeski Sobrinho.

A inauguração ocorre em frente a prefeitura municipal da época, onde atualmente encontra-se a Casa da Memória municipal. Na imagem, muitos homens e algumas mulheres, acompanham a cerimônia e aplaudem o feito. No chão, notam-se lajotas de calçadas e ao fundo, uma casa de madeira. O intuito da inserção da imagem ao conjunto do material, foi rememorar o período de emancipação e de formação política do município trazendo contribuições além das oficiais, proferidas pelo líderes do processo emancipatório.

**Figura 28** - Instalação oficial do município de Itaipulândia em 1º de janeiro de 1993, pelo então prefeito Lotário Knob e pelo vice-prefeito José Naconeski Sobrinho



Fonte: Casa da Memória, acervo Projeto Memória

Terezinha e Guiomar reforçam as ideias da parte inicial da entrevista e não discorrem sobre os feitos políticos da cidade. Ambas, apenas reconhecem rapidamente o prefeito Lotário na fotografia e passam a tentar identificar os demais rostos presentes na cerimônia. Jurema também não pronunciou-se sobre a fotografia. Senhorinha Carvalho, que já no início da entrevista apresentou-se empolgada com o ambiente e as campanhas políticas, recordou-se do Lotário e, rapidamente, apontou recordações de tempo mais recentes.

[Risos] Conheço o Lotário, aqui ó. Conheço. Cortando a fita. Ah, meu Deus do céu, todo mundo batendo palma pra ele corta a fita. [...] Quando virou município, a primeira eleição, quando virou município. Agora o número da minha casa é 22. O número do Miguel. [Risos] Ô Santo Deus, é verdade. O dia que esse aqui [Lotário] ficou prefeito, a posse dele foi ali [aponta em direção ao clube de eventos próximo à sua casa] e a cervejada era lá pra baixo, na frente da casa dele. Ele queria que nós fosse lá toma cerveja. Digo: ‘eu não vou’. Até que o finado [marido de Senhorinha] foi. E esse aqui é o Antoninho, mora ali pra baixo. Esse aqui ó [Mostra o senhor atrás do Lotário na imagem]. Conheço tudo eles. Beleza. É uma recordação (CARVALHO, 2017).

Os comentários de Senhorinha acerca do nome de Miguel Bayerle e do número 22, referem-se a sua mudança de posicionamento político atual, tendo em vista que não apoia

mais o grupo político de Lotário (número 12), e sim, o partido de Miguel (número 22). As campanhas políticas são bastante fortes na cidade e, grande parte da população, não esconde o posicionamento político. Fato que acaba por sempre dividir o município em dois polos: lado A ou lado B.

Adolfo reconheceu o prefeito e o vice-prefeito de Itaipulândia rapidamente, mas não trouxe muitas contribuições. Apenas limitou-se a ponderar que, na ocasião, “o Lotário ganhou essa eleição por causa do Naconeski, se não, não ganhava a eleição, ele era muito popular” (GHELLERE, 2018).

Jair Heindrickson, ao ver a imagem, passou a tentar reconhecer os homens que acompanhavam a cerimônia e apontou alguns nomes. A imagem despertou no agricultor, as lembranças do processo e do trabalho da comissão de emancipação para conseguir votos suficientes para que Aparecidinha d’Oeste fosse emancipada. Segundo ele, a comunidade não possuía o número de eleitores necessários.

Isso é de Itaipulândia já. É o Lotário, é o da Santa Inês, o Naconeski, ali o Bentevi...Aqui é o Pepino, o Roque, né? [...] O Lotário, pra mim, ele não fez muito. Mas pro município ele fez bem, ele organizou bem, né. O processo de emancipação foi ele, não tinha, não tinha, como te falei não tinha voto aqui. Eu sei onde que foi os voto que arrumaram. Não tinha! Precisava de três mil votos, que nós não chegava. E ficou bom que ficou tudo pertinho, eles dizem que eu moro lá no fundão, mas eu vou a pé ali, eu ia a cavalo, na época [...] (HEINDRICKSONa, 2018).

Inácio, que sempre apontou indicações em todas as fotografias, apresentou-se bastante confuso com a última imagem apresentada. O ângulo de captura (de dentro para fora da fita), não apresentou a fachada da prefeitura, o que pode ter influenciado na dificuldade dos depoentes em identificar o local e a cerimônia. Inácio e sua esposa reconheceram prontamente a presença de Lotário e se empenharam em levantar outros nomes. O local e a inauguração, no entanto, não foram reconhecidos. Após as informações repassadas pela pesquisadora sobre a ocasião e provocada acerca da emancipação do município, Inácio apenas ponderou que a partir desse dia “tudo mudou”.

A mesma dificuldade encontrada por Inácio, foi percebida também no entendimento de Lotário. Sem compreender claramente a imagem, o professor apresentou-se confuso quanto a localização e o motivo do evento. A primeira percepção foi a tentativa de identificar os presentes. Mesmo assim, o motivo do encontro lhe inquietava.

Olha, essa aqui foi cortada a fita aqui. É o José Naconeski, né? O padre Armando, esse era o padre, Armando da Costa, aqui o Roque, que era secretário na prefeitura, aqui é o Fernandes, de Missal, ele eu acho que era vereador de Missal na época, ou não, acho que ele tava aqui pela imprensa, ele tava de repórter da rádio Grande Lago, o Bentevi, que era vereador na época, esse aqui parece que é o Valdir Spiecker, quem que tá com a filmadora aqui? Essa aqui tem cara de ser a Célia, esposa do Naconeski. Onde é que pode ser isso aqui, inauguração do que? (KNOB, 2017).

Ao ser informada pela pesquisadora sobre as informações presentes na legenda de tal imagem, Lotário questiona. “Mas não pode ser na frente da subprefeitura isso?”. Alguns elementos da imagem parecem confundi-lo e dificultar sua percepção. “Não é na frente da subprefeitura, que a primeira prefeitura foi instalada ali onde hoje é a casa da memória. [...] Essa casa aqui, ela aparece aqui, mas...Só se pegou um ângulo muito estranho, né?” (KNOB, 2017).

Mesmo após a informação repassada pela autora, Lotário apresenta-se confuso quanto ao evento. Aos poucos, recorda-se da solenidade de posse legal feita pela Câmara de Vereadores Municipal, mas pondera que sua realização ocorreu em um clube da cidade, denominado 19 de julho. Na sequência, a pesquisadora sugere que um ato oficial de inauguração deva ter ocorrido no local onde instalou-se a primeira prefeitura de Itaipulândia, mas, ele afirma não recordar-se dele, nem mesmo por meio da fotografia apresentada.

Não, não consigo me lembrar desse ato. [...] Eu não ia recordar. E realmente eu acho que nos primeiros anos tinha esse tipo de calçada na frente da prefeitura, esse tipo de piso. Pena que a foto não aparece o contrário, daí apareceria o fundo, que seria a prefeitura, onde é a casa da memória, porque foi lá que nós instalamos a primeira prefeitura (KNOB, 2017).

As colocações rasas e a não compreensão da maioria dos entrevistados com relação ao evento retratado na última imagem que compõem o portfólio, demonstram um desacerto na escolha de tal fotografia. Conforme apontado por Lotário, o ângulo fechado e o posicionamento do fotógrafo no ato da captura da imagem, não favoreceram o aparecimento de elementos que pudessem despertar nos depoentes, o sentimento de identificação. Referindo-se aos dados informacionais acerca do processo emancipatório, com exceção de Jair Heindrickson, nenhuma contribuição foi obtida.

Desse modo, a autora atenta para que durante a formação do portfólio de pesquisa que será apresentado aos depoentes, haja uma preocupação maior em buscar ângulos mais claros, comuns e abertos, tendo em vista que, pelas memórias e contribuições obtidas por meio da exposição do material fotográfico, a riqueza de elementos visuais presentes na imagem, favorece a maior compreensão e dissertação sobre.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, desde sua proposta inicial, buscou evidenciar o modo como a fotografia, a partir de seu potencial informacional e acionador de memórias, contribui para a investigação acerca da história de formação e emancipação do município interiorano de Itaipulândia, no oeste do Paraná. A partir da pesquisa, a riqueza que envolve o processo de desenvolvimento e transformação dos municípios da região oeste foram evidenciados e por vezes, compreensões sobre determinados caminhos percorridos pelo município de Itaipulândia, ao longo de sua história, foram determinados por fatores externos ao seu território.

Os desdobramentos da construção da usina hidrelétrica de Itaipu foram decisivos para que Aparecidinha d'Oeste fosse emancipada e Itaipulândia surgisse como cidade-mãe de outras comunidades (São José do Itavó, Santa Inês, Caramuru, Esquina Gaúcha e da extinta Itacorá) que assim como Aparecidinha, sentiam-se distantes e não pertencentes à São Miguel do Iguçu.

Desse modo, para tais vilas, o saldo obtido a partir da formação do lago, foi conveniente e satisfatório, tendo em vista que o suporte financeiro, a autonomia política e administrativa, bem como o fortalecimento da infraestrutura permitiram que aqueles que já residiam em Aparecidinha d'Oeste, mesmo que não tenham sido diretamente afetados pelo processo indenizatório, recebessem de modo indireto, compensações e melhorias a partir das terras de Itacorá.

Portanto, as lembranças evidenciadas pelos depoentes selecionados, que residiram somente em Aparecidinha d'Oeste relacionam-se principalmente às mudanças significativas da vila, mas, em sua maioria, a partir da ótica do desenvolvimento: ruas de pedra e asfalto, postos de saúde, escolas, ônibus, hospital, mercado. Além disso, apenas colocações sobre a incredulidade da formação do lago e a compaixão pelas famílias que tiveram de mudar-se foram notadas. Sobre percalços do processo pelas indenizações e dificuldades de negócios para recolocarem-se na região, apenas Lotário, que não acompanhou o processo em Aparecidinha, tendo em vista sua chegada posterior à comunidade, levantou questões sobre.

Já em Itacorá, comunidade extinta após a formação do lago, os sentimentos são mais precisos e detalhados quanto às memórias e visões da Itaipu. Embora os três depoentes selecionados tenham declarado que não eram contra o projeto de construção da Itaipu, não deixaram de expressar seus sentimentos de tristeza pelo ruptura das relações sociais

construídas na comunidade, pelas belas e produtivas propriedades, pela transformação em seus universos de trabalho e de vida.

Quanto à ausência predominante de considerações acerca dos conflitos de terra, pondera-se que as organizações de maior força da época eram o Movimento Justiça e Terra e a Comissão Pastoral da Terra. Em geral, o grupo reunia agricultores e famílias da região de Santa Helena, São Miguel do Iguaçú, Missal, dentre outras cidades próximas à Aparecidinha d'Oeste. Dentre os moradores de Itacorá que participaram de tal movimento, não há registros da permanência na região. Além disso, a maioria dos depoentes que compõem o quadro da presente pesquisa não enfrentaram processos de desapropriações. Dos três indenizados, Jurema, Jair e Adolfo, nenhum deles integrou tal movimento de luta, embora, no caso da família Heindrickson, a briga ocorrida com a Itaipu tenha sido motivada pela busca dos mesmos propósitos dos integrantes do Movimento Justiça e Terra: a luta pelo preço justo das terras inundadas.

A partir da mudança física e geográfica do espaço onde residiam os depoentes desapropriados, identifica-se como principal herança do processo indenizatório o desenraizamento e a fragmentação de memórias que ligavam tais indivíduos a própria identidade no espaço físico e social. O deslocamento os desligara também do ambiente onde haviam instituído o caráter que lhes configura o sentimento de habitar.

Assim, compreende-se que, simultaneamente, durante o processo de construção da usina de Itaipu, da formação do lago, do desenvolvimento das vilas e da emancipação de Itaipulândia, o caráter do lugar tenha se modificado apenas para os moradores de Itacorá, os quais, diretamente viram e sentiram as mudanças físicas no espaço, deslocaram-se e reestruturaram-se em outros locais.

Para os moradores de Aparecidinha d'Oeste, as condições espaciais identitárias permaneceram as mesmas e a noção de pertencimento não fora abalada ao longo dos fatos desencadeados. Ao contrário, a ocorrência atuou como um elo de esperança para quem residia ali e desejava o desenvolvimento da comunidade, para que nelas pudessem permanecer. A mesma vila, no entanto, fora percebida pelos desapropriados como um espaço aos quais não pertenciam e não se faziam reconhecer. Outros locais foram buscados, tendo em vista a consideração de Aparecidinha d'Oeste como um não-lugar.

Desse modo, a partir das considerações de memória relacionadas à identidade, propostas por Candau (2012), as recordações acerca da formação do lago de Itaipu apresentam-se como memórias fracas, quando pensadas a partir da compreensão dos pioneiros

depoentes como um só grupo. Isso porque as lembranças e considerações sobre tal ocorrência e seus desdobramentos aparecem com pontuações por vezes superficiais e que não são compartilhadas pelos seus membros de modo coerente. Nesse caso, tal memória surge como um elemento desagregador que compromete a organização de discurso do grupo apresentado.

No âmbito da aplicação da proposta metodológica, a presente pesquisa evidencia o poder da fotografia em acionar memórias comuns aos depoentes relacionadas às dificuldades estruturais da época, como a abertura de estradas, as condições desfavoráveis ao deslocamento, o difícil acesso aos serviços de saúde e ao comércio de produtos, bem como uma ampla memória sobre a realidade do trabalho, a fertilidade da terra, as longas jornadas. É o trabalho, por fim, a justificativa de tudo, a razão do estar e permanecer no lugar que habitam. É a fusão clara do trabalho com a história de vida. É a memória do trabalho, então, como apontado por Bosi (1994, p. 481), “o sentido, é a justificação de toda uma biografia”.

Nesse sentido, evidenciam-se os níveis de memória de alto nível e da metamemória propostos por Candau (2012), que podem ser percebidos a partir das colocações sobre a própria trajetória de vida e de trabalho (apresentadas como memória de alto nível, com pontuações e contribuições individuais); e das pontuações comuns acerca da vida em comunidade na época (apresentadas como metamemória, nos enunciados compartilhados por todos os membros do grupo).

Como maior característica dentre as memórias acionadas a partir do contato visual com as fotografias que compõem o portfólio da presente pesquisa, identificou-se os micro relatos acerca de acontecimentos, sendo esses, vividos pessoalmente ou por tabela. Relatos acerca das longas idas à outras comunidades, episódios corriqueiros em festas, missas, encontros, perda de filhos, acidentes de trabalho, duelos de famílias das comunidades, predominaram as recordações acionadas pelas fotografias apresentadas.

Além disso, algumas personalidades foram também citadas. De modo notório, apresentaram-se os nomes de Né Taborda e Sargento Dias. Dessa forma, dentre os elementos apontados por Pollak (1992) acerca dos aspectos constitutivos da memória, dois deles (acontecimentos e pessoas) foram destacados dentro da aplicação do presente estudo.

Conforme apontado por Halbwachs (1990), a memória, que a *priori* pode ser compreendida como individual é, na verdade, construída coletivamente e socialmente, estando sujeita a constantes transformações e flutuações. Desse modo, mais importante do que categorizá-las como individuais e coletivas, o estudo prioriza enfatizar as relações sociais como fatores contribuintes ao conteúdo e nível de memória compartilhado.

Dentro da presente pesquisa, a seleção de depoentes buscou selecionar não somente aqueles que tivessem cargos de liderança ou destaques nas vilas, mas incluir os moradores comuns, que viviam a realidade mais verdadeira da comunidade, em seu dia a dia. Por isso, mesmo as mulheres, agricultoras, que pouco saíam de suas casas para eventos sociais e que pouco se comunicavam, tendo em vista a vida reclusa em suas residências e propriedades, suas inserções enriquecem amplamente o trabalho por registrar, de modo notório, qual era sua posição, lugar e função dentro das vilas naquela época.

Acrescenta-se ainda a importância da observação quanto aos lugares de fala, principalmente sobre a ótica da construção da Itaipu e seus desdobramentos, onde percebe-se um discurso comum aos moradores de Aparecidinha d'Oeste sobre o ato errôneo de se impor à Itaipu, evidenciando sutilmente uma teimosia desnecessária. Em contrapartida, no discurso dos desapropriados, ressaltam-se as narrativas contrárias, de desacertos e injustiças em alguns acertos com trabalhadores. O dito e o não-dito, no presente trabalho, devem ser somados à posição daqueles que disseram ou calaram-se.

A inclusão cumpre a premissa fundamental e singular dos preceitos da aplicabilidade da História Oral, apontados por Thompson (1992) ao colaborar na construção de discursos que servirão de subsídios e registros históricos, apresentando a ótica de pessoas comuns, contrapondo a hegemonia dos discursos oficiais. Expõe-se também, a relação de disputa e poder daqueles que sentem prejudicados com relação a história hegemônica da construção da Itaipu, neste caso representado pela família Heindrickson, em buscar espaços de exaltação de uma memória de resistência e de oposição.

A aplicação da proposta metodológica, dentro do presente estudo, pôde comprovar a funcionalidade de alguns aspectos, bem como o desacerto de outros. A partir da experiência percorrida pela autora, indica-se uma redução dos tópicos provocativos apresentados aos depoentes na parte inicial das entrevistas. O intuito é comprimir tais divisões para que, os pioneiros selecionados não se cansem da entrevista, ainda na etapa introdutória aos materiais fotográficos.

Além disso, no que se refere ao conteúdo das fotografias selecionadas, o estudo evidenciou a seleção acertada e também errônea dentro das catorze imagens selecionadas. Sugere-se a escolha de imagens com ângulos mais abertos e tradicionais, tendo em vista que em capturas realizadas sob perspectivas incomuns, a identificação e, conseqüentemente, as considerações a respeito da imagem foram dificultadas.

No caso específico da presente pesquisa, considerando-se o recorte espaço-temporal analisado, a consideração de duas vilas para obtenção de informações acabou por disseminar as lembranças dos entrevistados. Em determinados momentos, os depoentes de Aparecidinha d'Oeste nada contribuíram em imagens sobre Itacorá e vice-versa. Para evitar que tal ineficiência ocorra, indica-se a opção por somente um vilarejo, para que assim, os depoimentos sejam mais profundos e mais detalhes possam ser adicionados a entrevista.

Por tratar do município de emancipação mais recente a compor o quadro de pesquisas realizadas a partir de tal proposta metodológica, faz-se necessário ressaltar uma contradição entre as condições de produção de material histórico referente à época e a efetiva organização e democratização no acesso a tais materiais. Considerando que, no período em que Itaipulândia fora emancipada, considerou-se que não haveriam grandes problemas de acesso a materiais históricos visuais.

No entanto, percebeu-se que a recente emancipação e consideração à respeito da história do próprio município, resulta na desorganização e desestruturação de centros e espaços de memória local para pesquisa histórica. Assim, os recursos para checagem e averiguação de informação são bastante restritos. Esse contexto, de modo algum inviabilizou a realização e execução efetiva da pesquisa apresentada, mas ressalta-se que tal realidade deve ser da ciência do pesquisador e ponderada no início dos estudos, para evitar possíveis complicações.

Por fim, a presente pesquisa apresenta como resultado principal a eficiência da metodologia, por evidenciar, em diversos momentos e a partir de diferentes contribuições, o poder enriquecedor e agregador da fotografia ao coletar informações históricas que contribuem na averiguação, validação e reflexão de dados acerca da história do município referido. Soma-se ainda, a constatação de compreensão de um universo surpreendente e singular da memória, que funda e dá razão a toda e qualquer investigação histórica.

No estudo desenvolvido, a presente pesquisadora, apresenta-se como colaboradora à investigação e formação da trajetória histórica da cidade, considerando as concepções de Le Goff (2003) acerca do universo da “história nova”, inserindo assim aos materiais considerados históricos, a riqueza documental dos registros imagéticos e de memória.

**REFERÊNCIAS:**

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLETTO LIMA, Ivone. **As águas turbulentas da discórdia**: depoimento. 15. mai. 2010. Curitiba: Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Breno Baldrati. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?id=1003141>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DESAPROPRIADO. Direção: Frederico Fullgraf. Curitiba: Mutirão Produções Cine-Áudio-Visuais, 1983. 01 VHS (58min).

FACHIN, Odilia. **Fundamentos da metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados**. Terra e Água: o conflito de Itaipu. Canoas: ULBRA, 2003.

GONDAR, Jô; GEIGER, Amir; FARIAS, Francisco R. de; DODEBEI, Vera. GONDAR, Jô (Org.). **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In:\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 131-160.

HOFFMANN, Maria Luisa. **Guardião de imagens**: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

\_\_\_\_\_. A fotografia aliada à história oral para a recuperação e preservação da memória. In: BONI, Paulo César (Org). **Fotografia**: múltiplos olhares. Londrina: Midiograf, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Itaipulândia**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=34134>. Acesso em: 10. jul. 2017.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/comparacoes>. Acesso em: 12. mai. 2017.

KASTER, Jaime dos Santos. **A fotografia na recuperação da história e preservação da memória**: a ferrovia e a estação ferroviária de Ibiporã (PR). 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

KNOB, Lotário Oto. **Emancipação de Itaipulândia**. Itaipulândia, 2. ago. 2016. Entrevista à Nádia Moccelin.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaio sobre história e fotografias**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acesso em: 12. dez. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dezembro 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Fenomenologia do significado e do lugar. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. Cap. 9, p. 443-489.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/memoria-e-patrimonio-cultural/texto-de-michaelpollak-memoria-e-identidade-social/view>. Acesso em: 13 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 13 jun. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **Casa da memória de Itaipulândia**. Disponível em: <http://www.itaipulandia.pr.gov.br/conteudo/assessoria-de-imprensa/casa-da-memoria-de-itaipulandia>. Acesso em: 11 jul. 2017.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção da Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SCARPATO, Rodison; BOHM, Iria Bruch. **Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição dos autores, 2006.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969)**, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZIOBER, Beatriz Ramalho. Ações para a salvaguarda da biodiversidade na construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.17, p. 59-78, 2014.

### **Pesquisa Documental**

CARVALHO, Senhorinha. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 20 set. 2017. (52min12s): gravação em áudio.

CORADINI, Guiomar. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 18 set. 2017. (91min39s): gravação em áudio.

FRANCO, Terezinha Eva Polga. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 20 set. 2017. (52min38s): gravação em áudio.

GHELLERE, Adolfo João. Entrevista concedida à pesquisadora, em seu escritório. São Miguel do Iguaçu: 9 jan. 2018. (68min5s): gravação em áudio.

HEINDRICKSONa, Jair. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 12 jan. 2018. (145min52s): gravação em áudio.

HEINDRICKSONb, Jurema. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 12 jan. 2018. (145min52s): gravação em áudio.

KNOB, Lotário Oto. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 16 set. 2017. (90min51s): gravação em áudio.

WOLMUTH, Arcoli Inácio. Entrevista concedida à pesquisadora, em sua residência. Itaipulândia: 21 set. 2017. (99min36s): gravação em áudio.



**ANEXO**

ANEXO A  
Banco de dados em CD

Neste CD, estão disponíveis os arquivos de áudio das entrevistas realizadas com os oito depoentes selecionados e apresentados no presente estudo.